



RELATÓRIO DE ATIVIDADES

2009



FAPES

Fundação de Assistência e
Previdência Social do BNDES

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. PREVIDÊNCIA	7
3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPES	15
4. ECONOMIA E INVESTIMENTOS	19
4.1 Economia e Mercados em 2009	21
4.1.1 Mundo	21
4.1.2 Brasil	23
4.2 Gestão dos investimentos	29
4.2.1 Patrimônio	29
4.2.2 Segmentos de aplicação	35
4.2.2.1 Renda fixa	35
4.2.2.2 Renda variável	36
4.2.2.3 Operações com participantes	38
4.2.2.4 Imóveis	40
4.2.3 Gestão de Risco	41
5. PLANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE	43
6. AÇÕES DO PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR.....	53
7. CENTRAL DE ATENDIMENTO.....	61
8. GESTÃO ADMINISTRATIVA.....	67
8.1 Recursos humanos.....	69
8.2 Gestão da qualidade	71
8.3 Tecnologia da informação.....	71

9. DEMONSTRAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO.....	73
9.1 Demonstrações contábeis	75
9.2 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais).....	78
9.3 Parecer Atuarial	95
9.4 Parecer dos Auditores Independentes	99
9.5 Parecer do Conselho Fiscal	100
9.6 Resolução do Conselho Fiscal.....	101
9.7 Resolução do Conselho Deliberativo	102
10. OUTROS DEMONSTRATIVOS	103
10.1 Resumo da Política de Investimentos 2010	105
10.2 Demonstrativo de Investimentos	108
10.3 Relatório de Participação em Assembléias de Acionistas.....	115
10.4 Informações segregadas de despesas dos planos de benefícios	128
10.5 Demonstrativo Patrimonial e de resultados do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2009 e 2008.....	136
GLOSSÁRIO.....	137
COMPOSIÇÃO FAPES	140

1. INTRODUÇÃO

Em 2009 ocorreram fatos marcantes na vida da FAPES. Além dos 35 anos de existência completados pela Fundação, a trajetória estabelecida por esta Administração para dotar a entidade de uma robusta institucionalidade cumpriu etapas relevantes. Foram colhidos resultados de providências anteriormente adotadas, bem como multiplicadas as ações para prosseguir com as mudanças no ambiente interno da FAPES, que são essenciais para promover avanços e melhorias.

A Fundação concluiu, no início do ano, a elaboração de seu primeiro Plano Plurianual (2009-2010-2011), explicitando um conjunto de ações que visam alcançar seus objetivos estratégicos. Numa avaliação do que foi realizado em 2009, verifica-se que foram obtidos significativos progressos, tais como os destacados a seguir:

- a. foram identificados e mapeados os macroprocessos, processos e subprocessos que compõem o modelo de negócios da Fundação e, a partir desse trabalho, foram promovidos ajustes e melhorias nas atribuições e nos procedimentos operacionais em inúmeras unidades administrativas, assim como no âmbito da estrutura organizacional;
- b. os estudos sobre a infraestrutura tecnológica tiveram como desdobramentos a criação do Departamento de Tecnologia da Informação - DETEC, bem como as abordagens para aperfeiçoar os sistemas e as ferramentas de TI existentes e para desenvolver novos que atendam plenamente às características dos negócios da Fundação;
- c. os trabalhos desenvolvidos pelos grupos que abordaram riscos, controles internos e conformidade originaram a Gerência de Controles Internos e Riscos – GECIR, os ajustes e aprimoramentos na área de investimentos e a criação da Diretoria de Administração e Controle – DIRAC;
- d. nos planos de ação também foram analisados aspectos e elementos relevantes para a gestão do passivo atuarial da Fundação, fornecendo uma visão ampla sobre o assunto.

O trabalho realizado em 2009 prosseguirá, sempre focado na missão e na visão da FAPES. Nesse sentido, o Plano Plurianual revisto para o triênio 2010-2011-2012 executará planos de ação que darão continuidade àqueles iniciados no ano de 2009 e agregarão novas iniciativas introduzidas pela evolução natural experimentada pela Fundação.

Além dos planos e projetos relacionados ao Plano Plurianual, em continuidade à implementação do Sistema de Gestão de Qualidade, a FAPES obteve a sua segunda certificação, que desta vez, atestou a conformidade dos processos relativos à gestão dos recursos garantidores do plano de benefícios com a norma ISO 9001:2008.

Ainda, no campo da gestão financeira, em um ano que sofreu impactos bastante intensos da crise econômica, a FAPES alcançou bons resultados nos investimentos, em função da recuperação dos mercados a partir do segundo semestre e da constante realização de estudos e aperfeiçoamentos de metodologias. A Fundação encerrou o ano com patrimônio de R\$ 6.941,1 milhões e atingiu o superávit acumulado de R\$ 610,9 milhões, que equivale a 9,7% do Passivo Atuarial. O retorno dos investimentos foi 25,9%. O segmento de renda fixa apresentou rentabilidade de 16,1%, o de renda variável 59,0%, os imóveis de 30,9% e as operações com participantes 14,4%. Cabe também registrar o pagamento à vista, pelo Patrocinador, da contribuição devida em decorrência das mudanças na curva salarial do PECS nos acordos coletivos de 2005, 2007 e 2008, em montante equivalente a R\$ 395,3 milhões, sendo tais recursos investidos integralmente em renda fixa.

O relacionamento com os participantes e com os beneficiários do Plano de Assistência e Saúde teve grandes aperfeiçoamentos com a implementação das mudanças estruturais na Diretoria de Seguridade, iniciadas em 2008. O Departamento de Assistência concentrou seus esforços nas melhorias da administração do plano de saúde disponibilizado pelo Mantenedor para seus beneficiários.

Assim sendo, na sua condição de gestora do plano – mas contando sempre com a orientação e o apoio do Sistema BNDES, único responsável pelas normas, pelo regulamento e pelo custeio integral do plano –, a FAPES tem buscado atender às melhores expectativas dos beneficiários, contratando hospitais, laboratórios e profissionais, no Plano de Escolha Dirigida, que prestem serviços no nível de excelência, e reajustando o valor de reembolso das despesas médicas realizadas com profissionais de Livre Escolha.

Por sua vez, o Departamento Médico pôde desenvolver várias ações de saúde para os empregados do Sistema BNDES e da FAPES, prevenindo doenças como Diabetes e Hipertensão e estruturando a sala de apoio ao aleitamento materno, que contou com a parceria da ARH-BNDES.

Com relação à Previdência, a nova estrutura permitiu aprimoramentos na gestão do plano de benefícios. Exemplo dessas melhorias é a operacionalização das normas do cálculo de jôia para pagamento à vista, possibilitando, quando requerido, a sua amortização total ou parcial. No atendimento também foram realizados aperfeiçoamentos visando a satisfação dos

participantes, tais como a programação de atendimento exclusivo aos novos empregados em processo de adesão ao Plano Básico de Benefícios. Tais melhorias prosseguirão, buscando sempre a plena satisfação dos participantes.

Em 2009, reforçando sua atenção não só com participantes e beneficiários, mas também com a sociedade como um todo, a Fundação avançou, ainda, no campo da responsabilidade social e ambiental, publicando seu primeiro Balanço Social no Portal FAPES.

Para finalizar, cabe registrar que, na realização de suas atividades ao longo de todo o exercício, a Diretoria contou sempre com o apoio decisivo dos patrocinadores, com a articulação e o entrosamento crescentes com os dois outros órgãos estatutários de governança da entidade – os Conselhos Deliberativo e Fiscal – e com a competência e a dedicação de todo o corpo funcional da Fundação.

A Diretoria-Executiva

PREVIDÊNCIA



2. PREVIDÊNCIA

Em 2009, houve 504 novas adesões ao Plano Básico de Benefícios e 105 participantes se aposentaram. No final do ano, dos 4.328 destinatários do Plano de Benefícios, 4.046 são participantes, dos quais 1.440 são assistidos.

Nos últimos três anos, se aposentaram 435 pessoas e o número de ativos aumentou de 2.058 para 2.550.

Em relação às normas do Plano Básico de Benefícios, foi instituído o cálculo de jóia para pagamento à vista. Tal amortização pode ser feita com recursos próprios ou portados à FAPES constituídos em outra entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada.

Quadro 1 – Demonstrativo da Massa Destinatária

DESCRIÇÃO	2008	ENTRADAS	SAÍDAS	2009*
Destinatários	3.848	665	185	4.328
Participantes	2.224	536	154	2.606
Ativos	2.162	512 ⁽¹⁾	124	2.550
Opção por Institutos ⁽²⁾	2	12	12	2
Autopatrocinados ⁽³⁾	60	12	18	54
Assistidos	1.624	128	31	1.721
Aposentados	1.358	105	23	1.440
Beneficiários	266	23	8	281
Vinculados	0	1	0	1
Com Cobertura de Riscos	0	1	0	1
Sem Cobertura de Riscos	0	0	0	0

* Na descrição Assistidos estão sendo considerados os benefícios concedidos, ou seja, aqueles homologados pela DIRSEG, porém ainda não processados pela Folha de Pagamento de Benefícios.

(1) Do total de 512 entradas, houve 504 novas adesões e 8 participantes autopatrocinados que passaram à condição de ativos - 4 retornos de licença sem vencimentos e 4 novas admissões no Patrocinador.

(2) Participantes que se desligaram do patrocinador e se encontravam dentro do prazo de 60 dias para optar pelos institutos previstos no Regulamento.

(3) Participantes autopatrocinados são aqueles que se desligaram ou se encontram em licença sem vencimentos no patrocinador, mas mantêm as contribuições para a FAPES.

Os participantes que ingressaram têm a idade média de trinta e um anos, o que impactou a idade média da massa ativa, reduzindo-a de 41,6 para 39,8 anos. Houve aumento de 17,2% no quantitativo de participantes ativos, resultando no percentual de adesão de 97,8% dos empregados admitidos no Sistema BNDES e na FAPES ao Plano Básico de Benefícios. O gráfico 1 apresenta a evolução da massa destinatária do Plano de Benefícios.

Gráfico 1 – Evolução dos Quantitativos de Participantes Ativos e Assistidos

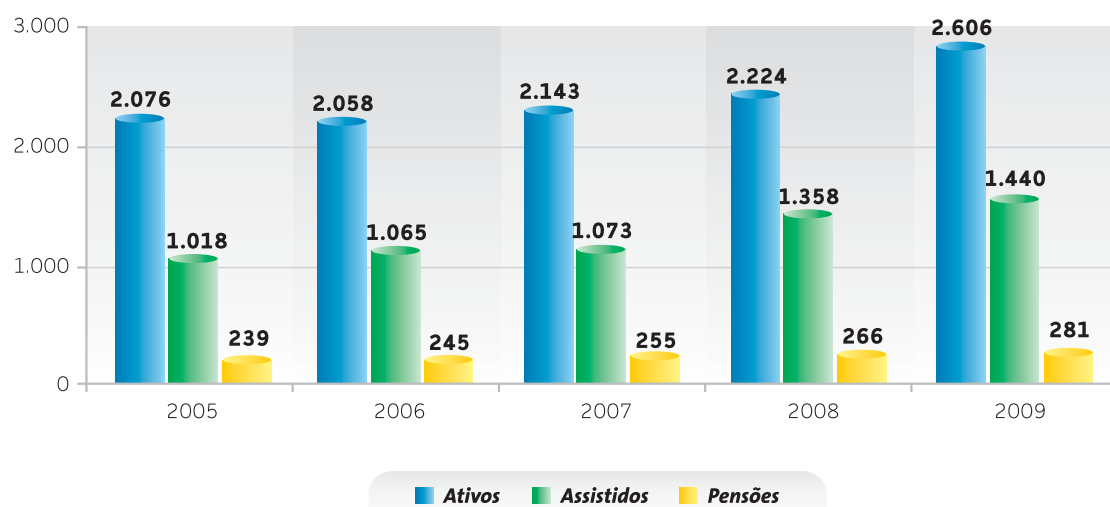


Gráfico 2 – Participantes ativos por faixa de idade

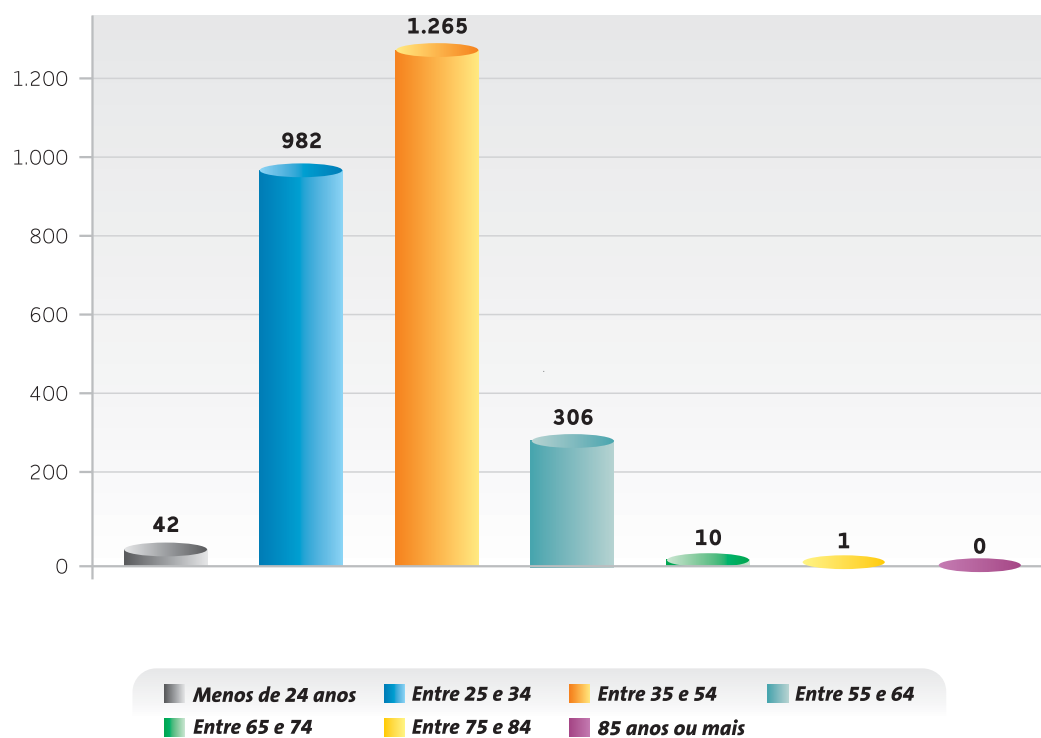
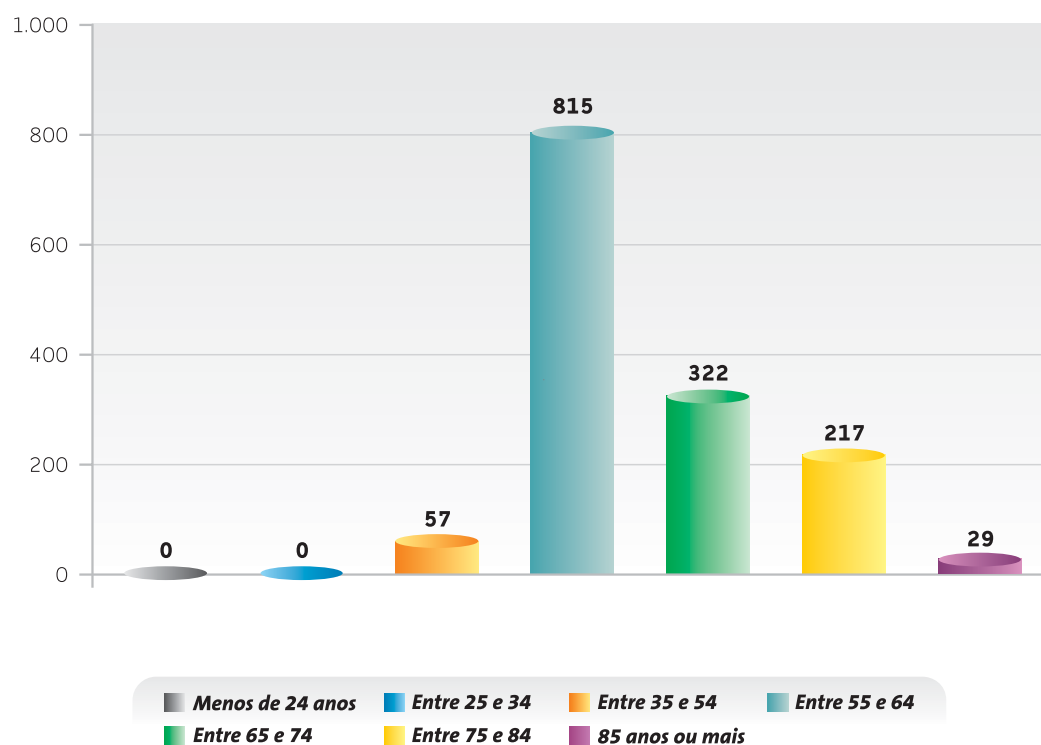


Gráfico 3 – Participantes assistidos por faixa de idade



Em 2009, os dependentes inscritos pelos participantes no Plano Básico de Benefícios totalizaram 5.589, para fins de direito aos benefícios previdenciais.

Quanto à gestão das receitas previdenciais oriundas das contribuições e jóia dos participantes ativos, autopatrocinados e assistidos, registrou-se, em 2009, o recolhimento à FAPES de R\$ 58,6 milhões, representando um crescimento de 20,08% em relação ao ano anterior. Por outro lado, os recursos utilizados para cobertura dos encargos previdenciais cresceu 35,9%, em razão do expressivo aumento do número de complementações de aposentadoria concedidas durante o ano.

O quadro 2 evidencia a característica de maturidade do Plano Básico de Benefícios, no qual o recolhimento das contribuições anuais é complementado por parte da receita de investimentos para a cobertura dos encargos previdenciais.

Quadro 2 – Percentual de Cobertura das Contribuições, incluindo remuneração sobre pagamentos em atraso, e Encargos Previdenciais, incluindo resgates e portabilidade.

	2005	2006	2007	2008	2009
Contribuições Previdenciais (R\$ MIL) ⁽¹⁾	68.315	73.377	79.659	95.532	115.319
Encargos Previdenciais (R\$ MIL)	185.852	204.372	220.162	273.642	371.700
Percentual de Cobertura	36,8%	35,9%	36,2%	34,9%	31,0%

(1) A paridade contributiva do patrocinador não se aplica ao caso do autopatrocínio.

O quadro 3 demonstra os benefícios concedidos e cancelados ao longo de 2009 e os em manutenção. Destaca-se o aumento do número de benefícios de complementação de aposentadoria por tempo de contribuição, ainda em decorrência do Programa de Desligamento Planejado, cuja vigência se estenderá até 31.12.2012.

Quadro 3 – Benefícios em Manutenção

	2008	2009			
	EM MANUTENÇÃO	CONCESSÕES*	IMPLANTAÇÕES**	ENCERRAMENTOS	EM MANUTENÇÃO
Aposentadorias	1.358	105	113	28	1.443
Invalidez	69	01	01	01	69
Idade	13	-	-	-	13
Tempo de Contribuição	1.042	99	107	25	1.124
Antecipada ⁽¹⁾	219	05	5	1	223
Outros ⁽²⁾	15	-	-	1	14
Pensões ⁽³⁾	266	19	21	6	281
Auxílios-doença	22	71	67	61	28
Pecúlios por Morte	-	26	26	-	-

* Benefícios Concedidos: entende-se por benefício concedido aquele homologado pela DIRSEG, porém ainda não processado pela Folha de Pagamento de Benefícios.

** Implantação de Benefícios: entende-se por benefício implantado aquele benefício concedido que foi efetivamente processado (pago) na Folha de Pagamento de Benefícios.

(1) Aposentadorias por tempo de contribuição e por idade.

(2) Ex-combatentes, estatutários e optantes FAP/PAP.

(3) O número de concessões se refere à quantidade de participantes que em decorrência de óbito gerou o benefício de complementação de pensão.

Os desembolsos previdenciais com o pagamento de benefícios, em 2009, totalizaram R\$ 418,7 milhões. Desse montante, R\$ 47,3 milhões (11,3% do total) foram cobertos pelos recursos do INSS e R\$ 371,3 milhões, pela FAPES.

O quadro 4 sintetiza os valores pagos pela FAPES e pelo INSS por tipo de benefício.

Quadro 4 – Pagamento de benefícios previdenciais.

TIPO DE BENEFÍCIO	FAPES ENCARGO ANUAL (R\$ MIL)	INSS ENCARGO ANUAL (R\$ MIL)	ENCARGO TOTAL ANUAL (R\$ MIL)
Aposentadorias	316.247	41.005	357.252
Pensões	50.154	5.681	55.835
Auxílios-doença	4.248	705	4.953
Pecúlios por morte	732	-	732
TOTAL GERAL	371.381	47.391	418.772

O valor médio mensal do benefício pago pela FAPES durante o ano de 2009 foi R\$17.710,79 complementando a Previdência Social que pagou, em média, R\$ 2.103,02.

EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPES



3. EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPES

O Passivo Atuarial, formado pelas Provisões Matemáticas e pelo Fundo Previdencial, é reavaliado com informações posicionadas em setembro de cada ano, admitindo as características observadas na massa de participantes do plano, bem como os cenários de longo prazo.

No cenário adotado na reavaliação atuarial de 2009, destacamos as seguintes hipóteses:

- Juros Atuariais: 6,0%a.a. - rentabilidade real mínima esperada para o patrimônio da FAPES.
- Tábuas Biométricas: Mortalidade de válidos – AT-2000 segregada por sexo; Mortalidade de inválidos – Experiência da STEA 2004; Entrada em invalidez – Álvaro Vindas; Outros encargos (auxílio-doença e encargo médio de herdeiros) – Experiência da STEA.
- Inflação Anual Esperada: 5,5% a.a.
- Crescimento Real Anual dos Salários: as taxas admitidas foram de 2,95% para os técnicos e 2,44% para o grupamento de apoio, ambas estendidas até a idade esperada para a aposentadoria, observados os limites aplicados aos salários-de-participação.

As Provisões Matemáticas decorrentes dos resultados da reavaliação atuarial de setembro de 2009 foram atualizadas para dezembro de 2009, resultando em R\$ 6.163.904 mil, acréscimo de R\$ 663.467 mil, quando comparadas ao valor de dezembro de 2008, R\$ 5.500.437 mil, conforme quadro 5.

Os impactos que contribuíram para o aumento das Provisões Matemáticas decorrem de variações da massa de participantes; influência dos juros mensais e expectativa de futuro reajuste; reajuste salarial real; além de alterações cadastrais ocorridas durante o último ano, entre outros.

Em relação às alterações cadastrais, destaca-se, a partir de 01/09/2009, o aumento imediato do salário-de-participação de participantes empregados do Sistema BNDES vinculados ao Plano Uniforme de Cargos e Salários (PUCS), conforme disposto na Decisão de Diretoria do BNDES nº 851/2009, de 25/08/2009. Esta alteração está sob exame da FAPES para determinação de suas consequências, sob a ótica do Plano Básico de Benefícios.

O Fundo Previdencial, parte integrante do passivo atuarial, foi dimensionado inicialmente em dezembro de 2007, considerando o ingresso de novos participantes até 2012. Decorrido um ano desde o seu último redimensionamento, parte da expectativa de ingresso de novos participantes já se realizou, gerando o valor contabilizado em dezembro de 2009 no montante de R\$ 105.788 mil¹, com decréscimo de R\$ 5.907 mil em relação ao exercício anterior, que era de R\$ 111.695 mil¹.

Cabe mencionar que o Fundo Previdencial também provisiona valores considerando o pagamento aos assistidos, em 2010, de eventual gratificação salarial como resultado da negociação coletiva a ser efetuada em setembro de 2010.

Quadro 5 – Evolução das Provisões Matemáticas e do Fundo Previdencial

Valores em R\$ MIL

Provisões Matemáticas em dezembro/2008	5.500.437
(+) Crescimento inerente às provisões	663.467
Novos entrados	95.136
Provisionamento de índice e juros	361.466
Crescimento salarial acima do esperado	113.874
Alterações cadastrais e resíduos	92.991
(=) Provisões Matemáticas em dezembro/2009	6.163.904
Fundo Previdencial em dezembro/2008	111.695 ¹
Redução decorrente do ingresso de novos participantes e aumento decorrente da expectativa de pagamento de gratificação salarial em 2010	-5.907
Fundo Previdencial em dezembro/2009	105.788 ¹

¹ Dados diferentes dos apresentados nas Demonstrações Contábeis devido à utilização de critérios de arredondamento e consistência contábil necessários para aquelas demonstrações.

ECONOMIA E INVESTIMENTOS



4. ECONOMIA E INVESTIMENTOS

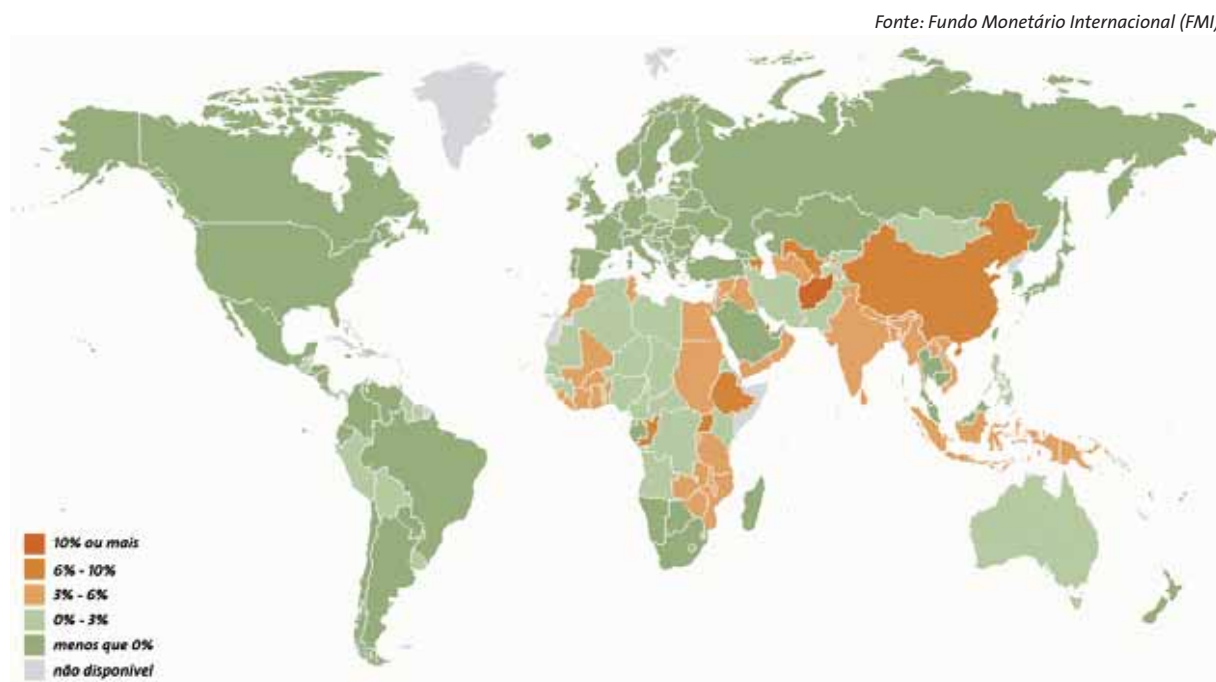
4.1 Economia e Mercados em 2009

4.1.1 Mundo

O desempenho da economia mundial em 2009 revelou que os impactos da crise foram bastante intensos, mas não se assemelharam aos observados na grande depressão dos anos 30. O impacto sobre a atividade econômica foi amenizado pelas atuações dos principais governos, que aplicaram fortes estímulos fiscais e aumentaram a liquidez do sistema financeiro.

O mapa abaixo² mostra que os países desenvolvidos apresentaram resultados negativos em 2009, configurando a maior recessão mundial no pós-guerra.

Figura 1 – Crescimento da Economia Mundial em 2009



² Extraído do *World Economic Outlook* de outubro de 2009 do FMI.

Contudo, a partir do segundo semestre de 2009, foram observados os primeiros sinais de recuperação da atividade econômica. A recomposição dos estoques e a estabilização das condições da demanda agregada nos EUA, Zona do Euro e Japão, além de favorecerem a recuperação da produção industrial, começaram a influenciar positivamente o comércio internacional e, em especial, o mercado de trabalho, elemento fundamental para a sustentabilidade da recuperação econômica.

Nos EUA, o ano de 2009 apresentou a maior taxa de desemprego desde meados de 1983. Após ter atingido o pico em outubro, a taxa começou a recuar nos dois meses seguintes, sinalizando uma inversão na tendência de alta observada desde 2007.

As reduzidas taxas de utilização da capacidade instalada, o mercado de trabalho deteriorado e os preços das *commodities* em patamar inferior ao observado no período pré-crise fizeram com que os índices de preços ao consumidor das principais economias tivessem deflação na maior parte do ano. Nos EUA, a inflação chegou a atingir o menor nível desde o início da década de 1950.

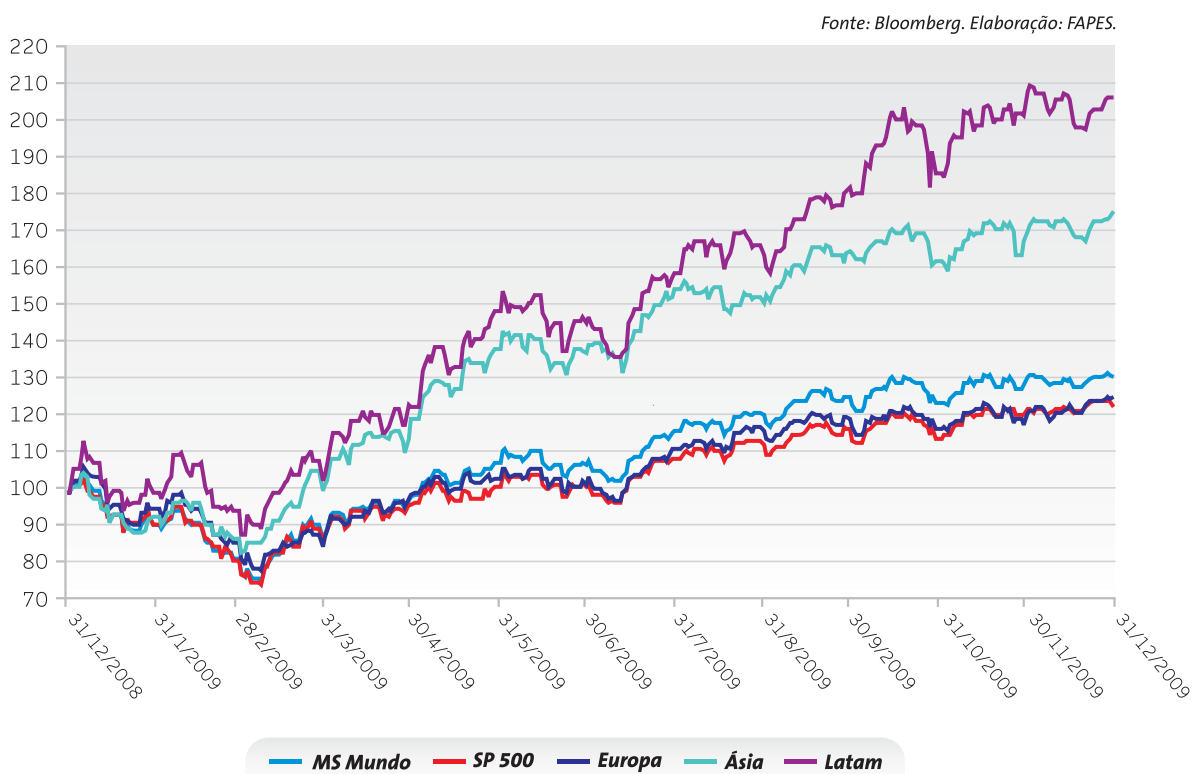
Apesar de inferiores ao pico observado em 2008, os preços das *commodities* apresentaram recuperação ao longo de 2009. Isso ocorreu, basicamente, devido à depreciação do dólar e à melhora das expectativas quanto ao desempenho da atividade econômica nos países emergentes, principalmente na China.

Nesse cenário de queda da atividade, deflação e taxas de juros em níveis historicamente baixos, os principais bancos centrais intensificaram suas medidas expansionistas de política monetária através da utilização de instrumentos não-convencionais como as compras diretas de títulos e os programas de assistência à liquidez.

Respondendo às políticas expansionistas, que ampliaram a liquidez do sistema financeiro e estimularam a demanda por ativos de maior risco, assim como à melhora das expectativas de retomada da atividade para 2010, os mercados acionários apresentaram resultados bastante expressivos no ano.

O bom desempenho dos principais mercados acionários começou a se configurar a partir de março e foi se ampliando ao longo do ano, com destaque para os mercados emergentes. Em dólares, o mercado latino americano e o asiático apresentaram valorização de 107,2% e 76,6%, respectivamente, enquanto o S&P 500 se elevou 23,5%.

Gráfico 4 – Ações: Principais Mercados, Base fixa: 31/12/2008 = 100



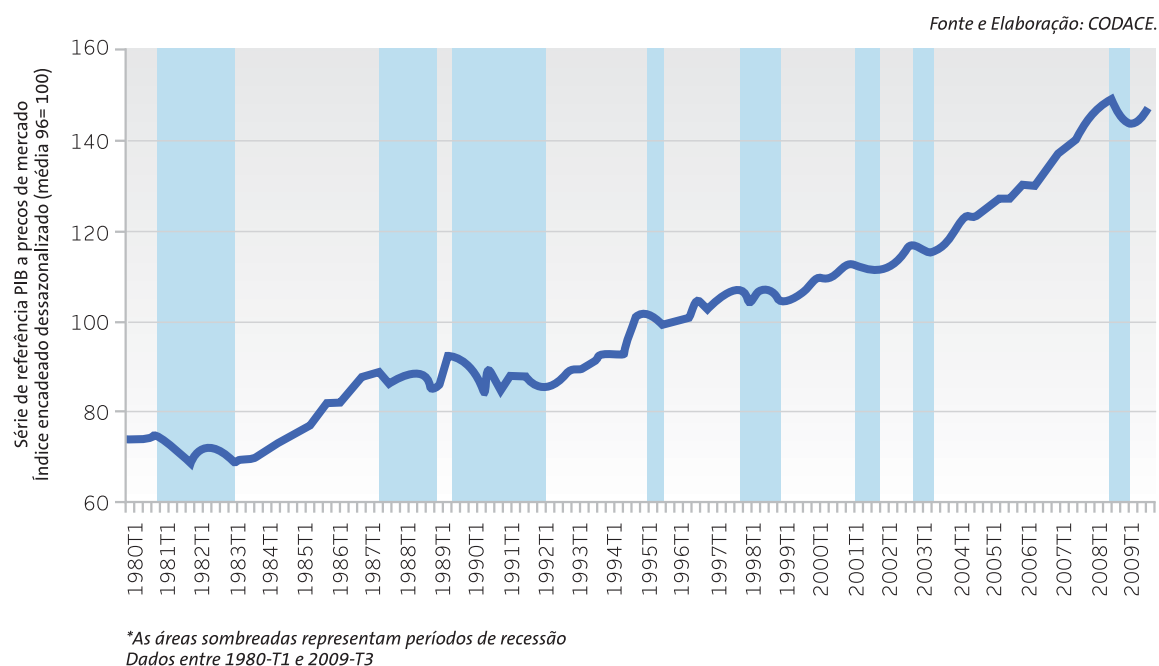
Adespite da recuperação incipiente, persistiram questionamentos quanto à sustentabilidade da retomada da atividade econômica sem políticas monetárias expansionistas e déficits públicos elevados.

4.1.2 Brasil

O ano de 2009 marcou o fim do mais extenso ciclo de crescimento econômico desde o início da série histórica, em 1980³. De acordo com o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (CODACE), a queda de 0,9% do Produto Interno Bruto (PIB) no primeiro trimestre, frente ao último trimestre de 2008, confirmou o quadro recessivo na economia brasileira. Embora tenha durado apenas dois trimestres (quarto de 2008 e primeiro de 2009), a diminuição média por trimestre do PIB, -1,9%, foi a mais intensa dentre todas as oito recessões datadas pelo CODACE, cuja média foi -0,8%.

³ A interrupção do ciclo de expansão foi considerada a partir da ocorrência de duas quedas consecutivas na série trimestral do PIB.

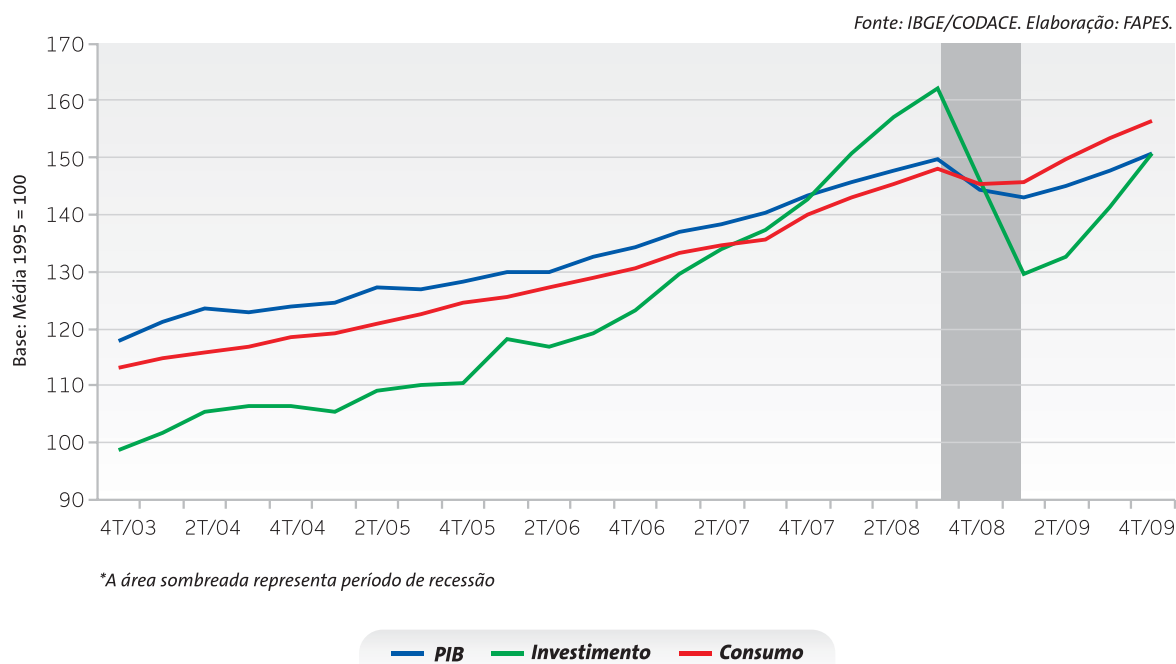
Gráfico 5 – Cronologia Trimestral dos Ciclos Econômicos Brasileiros



Os impactos negativos da crise foram perdendo força ao longo do ano devido ao vigor da demanda interna. A retomada do crescimento do consumo das famílias seguiu impulsionada pelo bom desempenho do mercado de trabalho e pela expansão da oferta de crédito para pessoa física, além dos estímulos fiscais temporários promovidos pelo governo.

Os investimentos, por sua vez, apresentaram queda expressiva em decorrência da deterioração das expectativas empresariais, da produção industrial, da utilização da capacidade instalada e da demanda externa.

Gráfico 6 – Evolução do PIB, Investimento e Consumo - Dessazonalizado



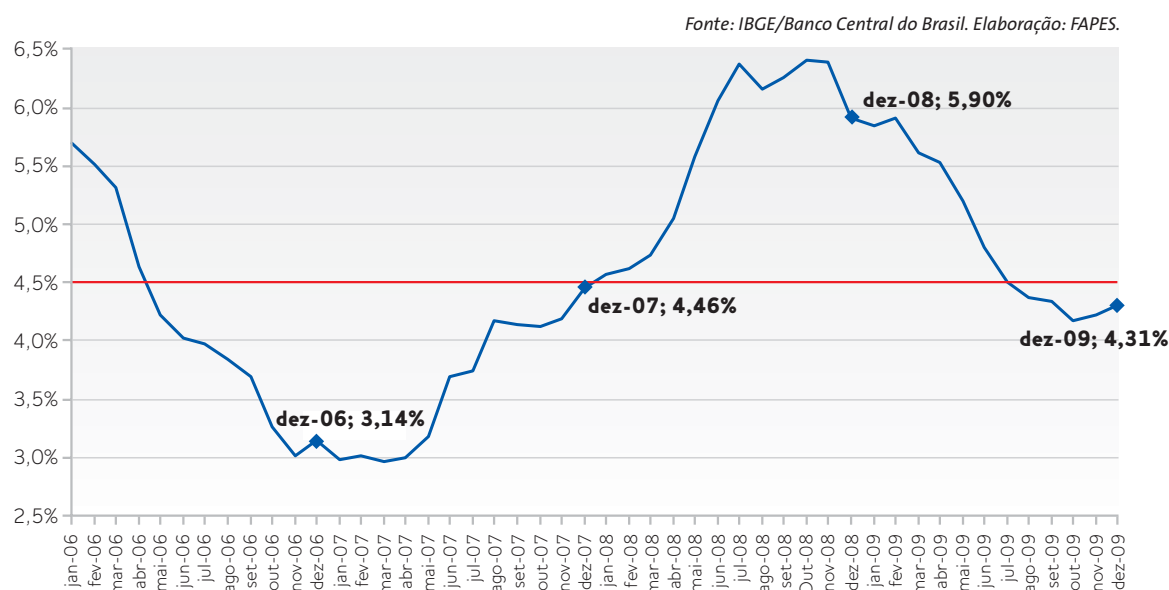
No mercado de trabalho, apesar de terem sido gerados 995 mil empregos formais em 2009, este resultado foi o menor desde 2003.

O desempenho das contas externas no decorrer da crise se mostrou mais favorável do que o previsto inicialmente. Houve ampliação das reservas internacionais e redução do déficit em transações correntes. As necessidades de financiamento externo foram favorecidas pela manutenção dos fluxos líquidos de investimento direto externo (IDE) e de portfólio.

Isso reforçou a percepção de maior solidez do balanço de pagamentos e de resistência da economia a choques externos, a qual contribuiu para a valorização de 25,5% do real frente ao dólar em 2009.

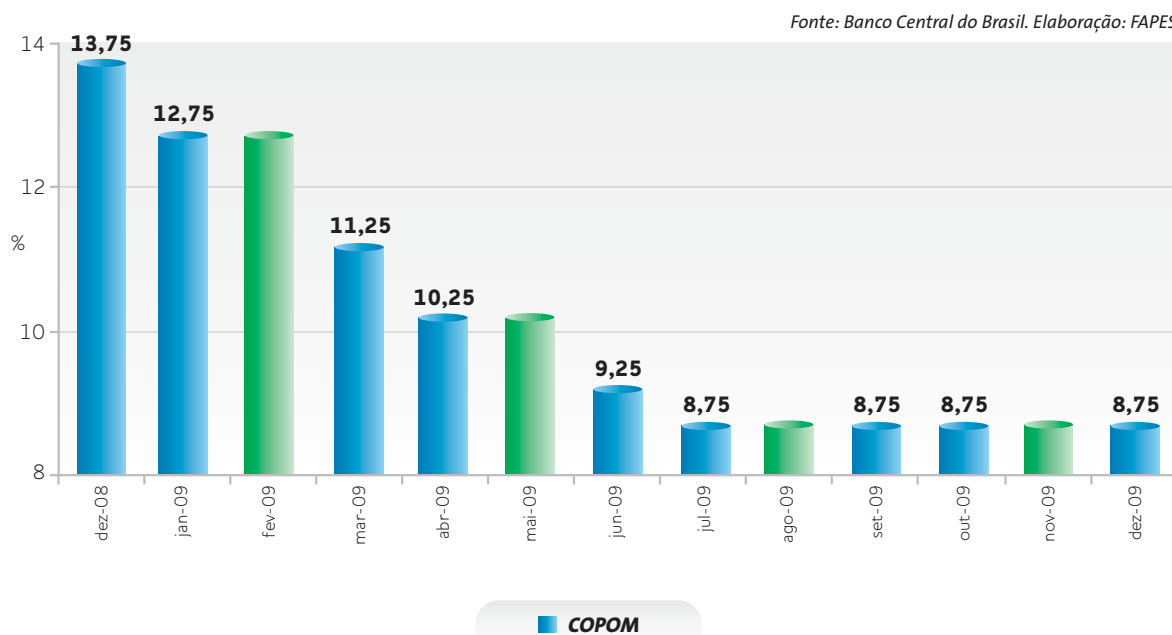
O IPCA encerrou 2009 em 4,31%, 1,59 ponto percentual menor que a taxa de 5,90% de 2008 e abaixo do centro da meta do Banco Central de 4,50%. Essa trajetória declinante refletiu principalmente a queda nos preços dos alimentos e o impacto da redução do nível da atividade econômica sobre a capacidade ociosa dos fatores de produção.

Gráfico 7 - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - Acumulado em 12 meses (Centro da meta: 4,5%; teto: 6,5%; piso: 2,5%)



A forte queda da atividade no quarto trimestre de 2008 levou à implementação de uma política monetária expansionista para reativar a economia. O ciclo de redução da taxa básica de juros teve início em janeiro de 2009 e se encerrou na reunião de setembro, perfazendo uma queda de 5,0 pontos percentuais e levando a SELIC ao patamar mais baixo desde a criação do Comitê de Política Monetária (COPOM), 8,75%.

Gráfico 8 – Meta Taxa SELIC: fim de período(%a.a)

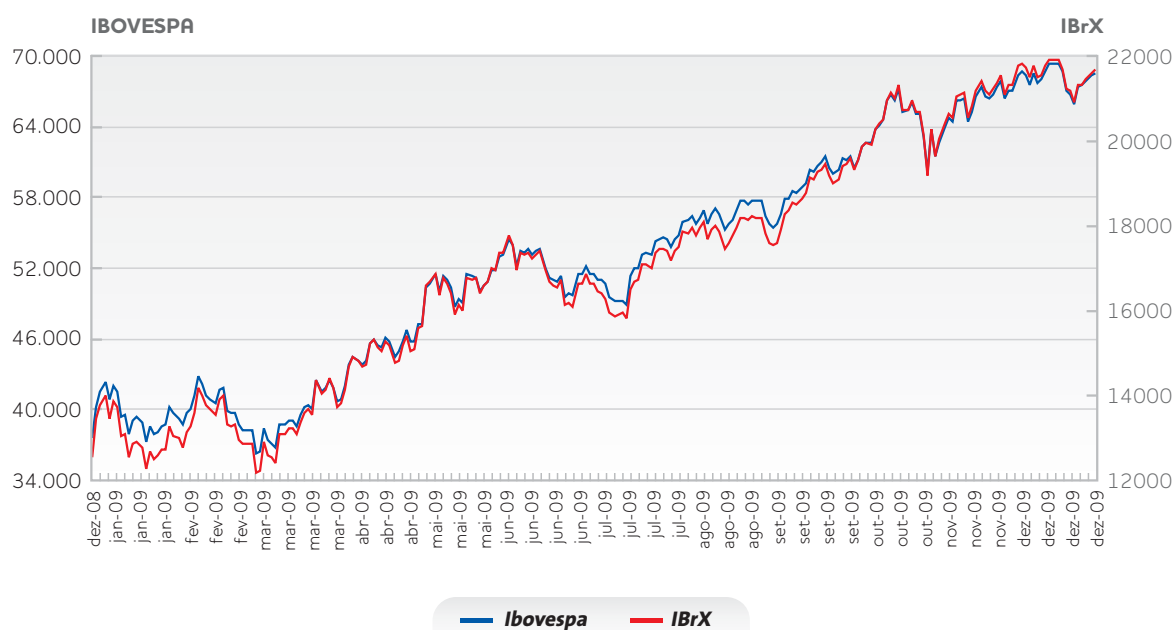


Em 2009, a crise também se refletiu nas contas públicas brasileiras. Por um lado, provocou expressiva redução nas receitas devido à retração da atividade econômica e, por outro, motivou a ampliação das despesas e aumentou as desonerações tributárias. Com isso, o superávit primário recuou de 3,54%, em 2008, para 2,06% do PIB, em 2009, menor resultado desde o início da série histórica em 2001.

O mercado acionário brasileiro mostrou forte valorização em 2009, com o Índice Brasil (IBrX) acumulando alta nominal de 72,8%. O retorno dos investidores foi influenciado, principalmente, pelo bom desempenho dos setores ligados ao consumo interno, pela melhora dos preços das *commodities*, pela diminuição da aversão ao risco, pela elevada liquidez nos mercados externos e pelos fundamentos macroeconômicos do país.

Gráfico 9 – Evolução Diária do Ibovespa e IBrX – até 30/dez/2009.

Fonte: BM&F Bovespa. Elaboração: FAPES.



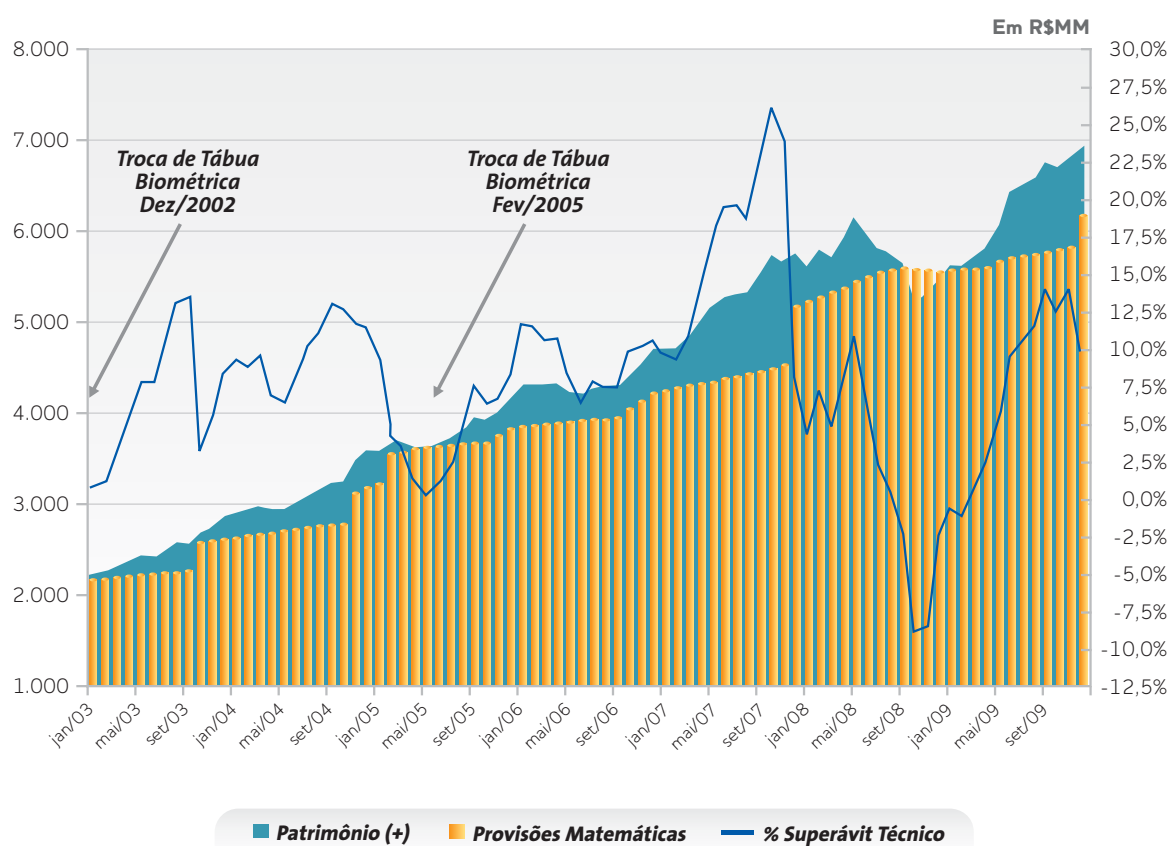
Como consequência das políticas econômicas expansionistas e da recuperação gradual das economias desenvolvidas, é esperada a retomada de um ritmo de crescimento significativo para a economia brasileira em 2010, compatível com uma inflação no centro da meta, mas com o Banco Central implementando uma política monetária restritiva ao longo do ano.

4.2 Gestão dos investimentos

4.2.1 Patrimônio

A FAPES fechou o ano de 2009 com patrimônio de R\$ 6.941,1 milhões e atingiu o superávit acumulado de R\$ 610,9 milhões, que equivale a 9,7% do Passivo Atuarial, conforme o gráfico 10.

Gráfico 10 – Evolução do Patrimônio x Provisões Matemáticas



O quadro a seguir mostra a evolução do patrimônio da FAPES desde 2006, no qual os investimentos estão distribuídos pelos segmentos e o passivo atuarial está dividido entre fundo previdencial e provisões matemáticas – estas separadas em benefícios concedidos e a conceder.

Quadro 6 – Evolução do Patrimônio e do Passivo

Em R\$ MM

	DEZ/07	DEZ/08	DEZ/09
Patrimônio (Ativo Líquido)	5.747,0	5.478,7	6.941,1
Contrato com Patrocinadoras	628,7	658,7	676,2
Investimentos	5.132,9	4.831,8	6.285,8
Segmento Renda Fixa	2.840,3	3.086,9	3.956,3
Segmento Renda Variável	1.752,8	1.140,3	1.652,1
Segmento Imóveis	312,0	351,5	402,1
Seg. Empréstimos e Financiamentos	227,8	253,1	275,3
Outros / Ajustes	(14,5)	(11,7)	(20,9)
Provisões Matemáticas	5.131,7	5.500,4	6.163,9
Benefícios Concedidos	2.237,1	3.139,0	3.593,9
Benefícios a Conceder	2.894,6	2.361,5	2.570,0
Fundo Programa Previdencial	184,9	111,7	105,8
Fundos (Prog. Administ. / Investimentos)	5,0	6,2	60,6
Equilíbrio Técnico	425,5	(139,6)	610,9
% Equilíbrio Técnico / (Provisões Matemáticas + Fundo Previdencial)	8,0%	(2,5%)	9,7%

OBS 1: O valor atribuído a cada segmento é composto por todos os ativos alocados nos fundos de investimento do segmento, mesmo que alguns ativos tenham características de outro segmento. Por exemplo, os fundos do Segmento de Renda Variável podem incluir ativos de Renda Fixa em seu portfólio.

OBS 2: Os somatórios podem divergir em virtude de arredondamento de casas decimais.

A macroalocação dos investimentos por segmento e os limites definidos pela legislação e pela Política de Investimentos podem ser observados em termos nominais e como percentual do total no quadro 7, a seguir.

Quadro 7 – Alocação dos Investimentos da FAPES por Segmento e Limites

SEGMENTO	2008		2009		POLÍTICA (%)	RESOLUÇÃO CMN N° 3.456/07	RESOLUÇÃO CMN N° 3.792/09
	VALOR (R\$ MIL)	ALOCÇÃO (%)	VALOR (R\$ MIL)	ALOCÇÃO (%)			
RENTA FIXA	3.116.466	64,50	3.986.996	63,43%	até 100	até 100	até 100%
Baixo Risco de Crédito	3.104.219	64,25	3.979.628	63,31%	até 100	até 100	até 100%
1- Títulos Públicos	2.152.951	44,56	2.850.162	45,34%	até 100	até 100	até 100%
LFT, LTN, NTN	1.991.570	41,22	2.716.908	43,22%	até 100	até 100	até 100%
Operações Compro-missadas - LFT/ SELIC	161.381	3,34	133.254	2,12%	até 100	até 100	até 100%
2- Títulos Privados	951.268	19,69	1.129.466	17,97%	78,00	até 80	até 80%
Debêntures	369.267	7,64	307.987	4,90%	24,00	até 80	até 80%
CDB/RDB	417.819	8,65	651.655	10,37%	24,00	até 80	até 80%
FIDCs	27.285	0,56	28.354	0,45%	10,00	até 80	até 20%
CCB	7.169	0,15	7.783	0,12%	10,00	até 80	até 20%
Outros Fundos	-	-	17.999	0,29%	-	-	até 20%
CRI	129.727	2,68	115.688	1,84%	10,00	até 80	até 20%
Médio/Alto Risco de Crédito¹	2.132	0,04		0,00%	12,00	até 20	até 80%
Debêntures	2.132	0,04		0,00%	12,00	até 20	até 80%
Derivativos de RF	180.370	3,73	75.793	1,21%	10,00	até 20	até 20%
Futuros RF	180.370	3,73	75.793	1,21%	até 75 (Hedge)	até 100	até 20%
Contas a pagar e receber	9.692	0,20	7.309	0,12%	-	-	-
Tesouraria	423	0,01	59	0,00%	-	-	-
RENTA VARIÁVEL	1.110.744	22,99	1.487.202	23,66%	até 45	até 50	até 70%
Ações em Mercado	1.019.257	21,09	1.459.563	23,22%	até 45	até 50	até 70%
Novo Mercado	184.297	3,81	405.721	6,45%	até 45	até 50	até 70%
Nível 2	38.526	0,80	46.632	0,74%	até 45	até 50	até 60%
Nível 1	423.081	8,76	634.476	10,09%	até 45	até 45	até 45%
Bovespa Mais	-	-	-	-	até 45	até 45	até 50%
Demais	367.406	7,60	372.649	5,93%	até 35	até 35	até 35%
Outros FIA	5.947	0,12	86	0,00%	até 35	até 35	até 35%
Participações / SPE	81.383	1,68	0	0,00%	até 10	até 20	até 10 ou até 20
Outros Ativos	6.862	0,14	6.324	0,10%	até 3	até 3	até 3%
Contas a pagar e receber	3.107	0,06	21.263	0,34%	-	-	-
Tesouraria	135	0,00	52	0,00%	-	-	-
Derivativos de RV	0	0,00	56.878	0,90%	até 25 (Hedge)	até 100	até 20%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	-	-	133.661	2,13%	-	-	até 20%
FIEE - fundo de invest. em empresas emer-gentes	-	-	17.604	0,28%	-	-	até 20%
FIP e FIC de FIP - fundo de invest. em participações	-	-	116.055	1,85%	-	-	até 20%
Contas a pagar e receber	-	-	2	0,00%	-	-	-
Tesouraria	-	-	-	0,00%	-	-	-

SEGMENTO	2008		2009		POLÍTICA (%)	RESOLUÇÃO CMN N° 3.456/07	RESOLUÇÃO CMN N° 3.792/09
	VALOR (R\$ MIL)	ALOCACÃO (%)	VALOR (R\$ MIL)	ALOCACÃO (%)			
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	-	-	562	0,01%	-	-	até 10%
BDR - Brazilian Depositary Receipts	-	-	559	0,01%	-	-	até 10%
Contas a pagar e receber	-	-	3	0,00%	-	-	até 10%
Tesouraria	-	-		0,00%	-		
IMÓVEIS	351.530	7,28	402.070	6,40%	até 8	até 11	até 8%
Aluguéis de Renda	337.161	6,98	384.062	6,34%	até 8	até 11	até 8%
Outros (Edificações - Uso Próprio)	10.424	0,22	14.214	0,00%	até 4	até 11	até 8%
Contas a pagar e receber	3.944	0,08	3.795	0,06%	-	-	-
EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS	253.064	5,24	275.327	4,38%	até 6	até 15	até 15%
Empréstimos	122.538	2,54	132.845	2,11%	até 4,5	até 15	até 15%
Financiamentos	130.694	2,70	142.258	2,26%	até 4,5	até 10	até 15%
Contas a pagar e receber	-168	0,00	224	0,00%	-	-	-
TOTAL DE INVESTIMENTOS	4.831.804	100,00	6.285.819	100,00			

Fonte: DEFIN/GEVAL

Observações:

(1) A nova legislação 3.792 não considera os limites de risco de crédito da resolução 3.456

* A planificação contábil considera os fundos de investimentos integralmente em um dos segmentos, enquanto para fins de enquadramento, Resolução CMN 3792, os ativos são agrupados por classes, independente a que fundo pertencem, motivo pelo qual a conciliação é possível em relação ao total dos investimentos.

A rentabilidade por segmento de investimento nos últimos anos, bem como nos trimestres de 2009, está apresentada no Quadro 8. A rentabilidade global no ano alcançou 24,5%, acima da meta atuarial estimada de 10,4%.

No acumulado do ano de 2009, o segmento de renda fixa atingiu retorno de 16,1%. O segmento de renda variável obteve retorno de 59,0%. O retorno das operações com participantes alcançou 14,4% no acumulado do ano. Já os investimentos imobiliários obtiveram retorno de 30,9%.

Quadro 8 – Rentabilidade dos Segmentos do Ativo, respectivos benchmarks e Índices de Inflação.

Em %

RENTABILIDADES	2007	2008	2009	TRIMESTRES / 2009			
				1º	2º	3º	4º
FAPES Global ⁽¹⁾	25,3	(1,3)	24,5	5,8	6,3	6,2	4,3
Benchmark Global ⁽³⁾	25,8	(5,2)	26,0	5,8	7,5	6,3	4,3
Meta Atuarial Estimada (INPC+6,0% a.a.) ⁽⁵⁾	11,5	12,3	10,4	2,6	3,1	1,9	2,3
Contrato c/ Patrocinadores	13,6	15,0	13,7	2,9	3,2	2,0	4,9
FAPES Investimentos ⁽²⁾	27,1	(3,2)	25,9	6,1	6,7	6,7	4,2
Renda Fixa	15,7	13,7	16,1	6,0	3,9	3,8	1,6
Benchmark RF ⁽³⁾	14,1	12,5	13,3	4,6	3,3	3,1	1,7
IMA-Geral	12,6	12,7	12,9	4,6	3,1	2,8	1,8
CDI	11,8	12,4	9,9	2,9	2,4	2,2	2,1
Renda Variável	43,1	(35,6)	59,0	8,2	16,6	16,9	7,8
IBrX - Benchmark RV ⁽³⁾	48,3	(41,8)	72,8	10,1	20,7	17,5	10,7
Ibovespa	43,7	(41,2)	82,7	9,0	25,8	19,5	11,5
Investimentos Imobiliários	26,8	25,2	30,9	3,3	3,0	3,2	19,2
Benchmark IGPM + 9,0% a.a. ⁽³⁾	18,6	20,2	7,1	1,2	1,9	1,8	2,1
Empréstimos e Financiamentos	14,8	16,7	14,4	3,2	3,0	2,9	4,7
Benchmark INPC + 7,5% a.a. ⁽³⁾	12,6	14,5	11,9	3,0	3,4	2,3	2,7
Índices							
IPCA	4,5	5,9	4,3	1,2	1,3	0,6	1,1
IGPM	7,8	9,8	(1,7)	(0,9)	(0,3)	(0,4)	(0,1)
INPC	5,2	6,5	4,1	1,2	1,6	0,5	0,9

Nota 1: FAPES Global inclui Contrato com Patrocinadores e Fapes Investimentos.

Nota 2: FAPES Investimentos inclui Renda Fixa, Renda Variável, Investimento Imobiliários e Operações c/ Participantes.

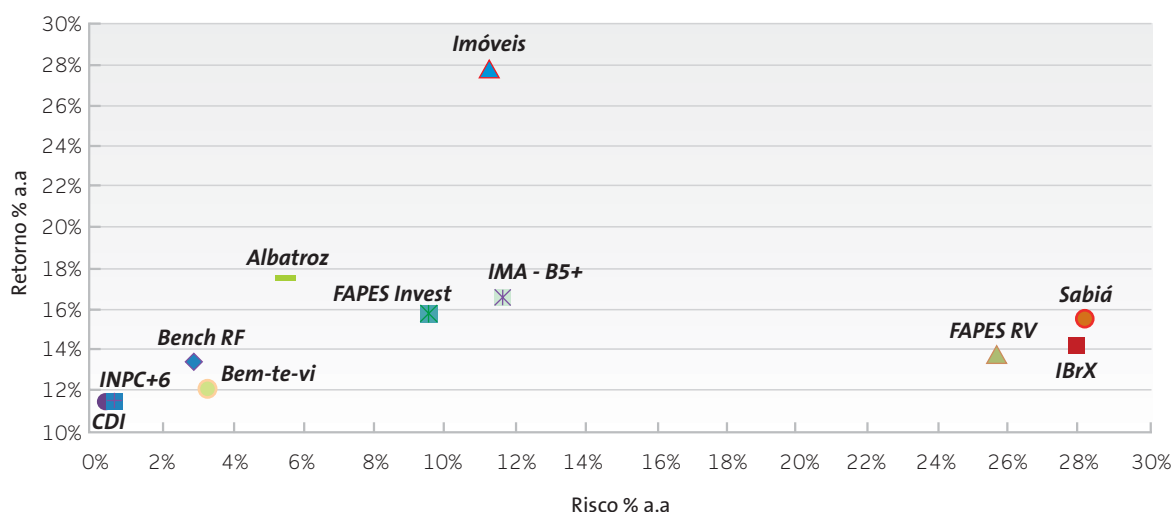
Nota 3: Os Benchmarks são definidos pela Política de Investimento de 2009, válidos para este ano.

Nota 4: O juro anual da Meta Atuarial de 2008 foi de 5,5% a.a.

Nota 5: A Meta Atuarial Estimada é calculada considerando o juro anual + INPC.

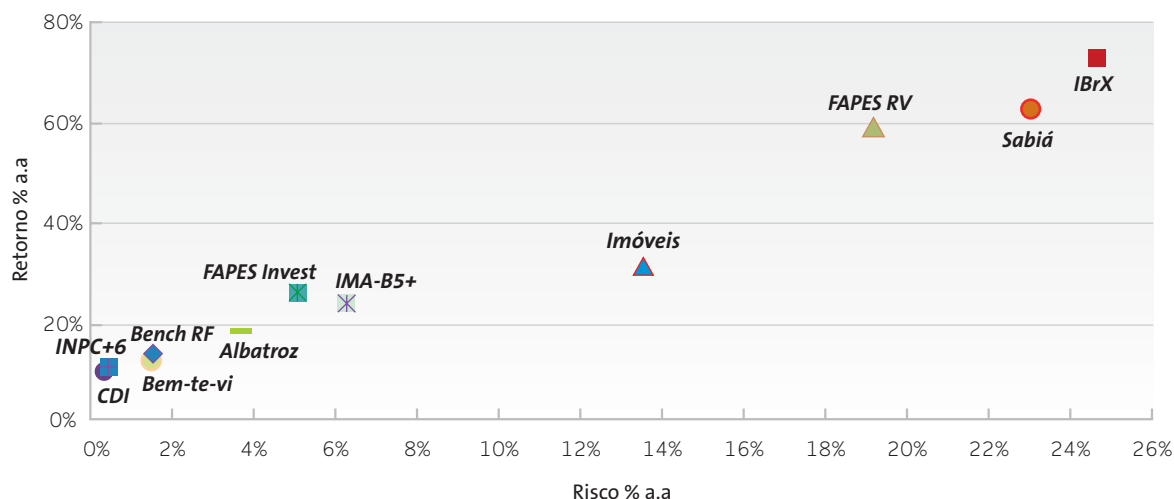
O desempenho dos Fundos de Renda Fixa e Renda Variável sob gestão da FAPES nos últimos três anos pode ser observado no gráfico abaixo. O Fundo Albatroz alcançou rentabilidade superior ao índice IMA-B5+, com menor risco. O Fundo Sabiá obteve retorno e risco acima do IBrX.

Gráfico 11 – Desempenho 2007-2009



Considerando o ano de 2009, o Fundo Albatroz também apresentou risco inferior ao IMA-B5+ com menor retorno. O Fundo Sabiá obteve retorno inferior ao IBrX, entretanto apresentou menor risco neste período.

Gráfico 12 – Desempenho 2009



4.2.2 Segmentos de aplicação

4.2.2.1 Renda fixa

O segmento de renda fixa, além de superar seu *benchmark*, superou outras referências de mercado, entre eles o IMA⁴-Geral e o CDI. Vale destacar o alongamento do prazo médio da carteira, atualmente em 1.526 dias, frente a 1.101 dias no final de 2008.

Quadro 9 – Rentabilidade dos Fundos de Renda Fixa

Em %

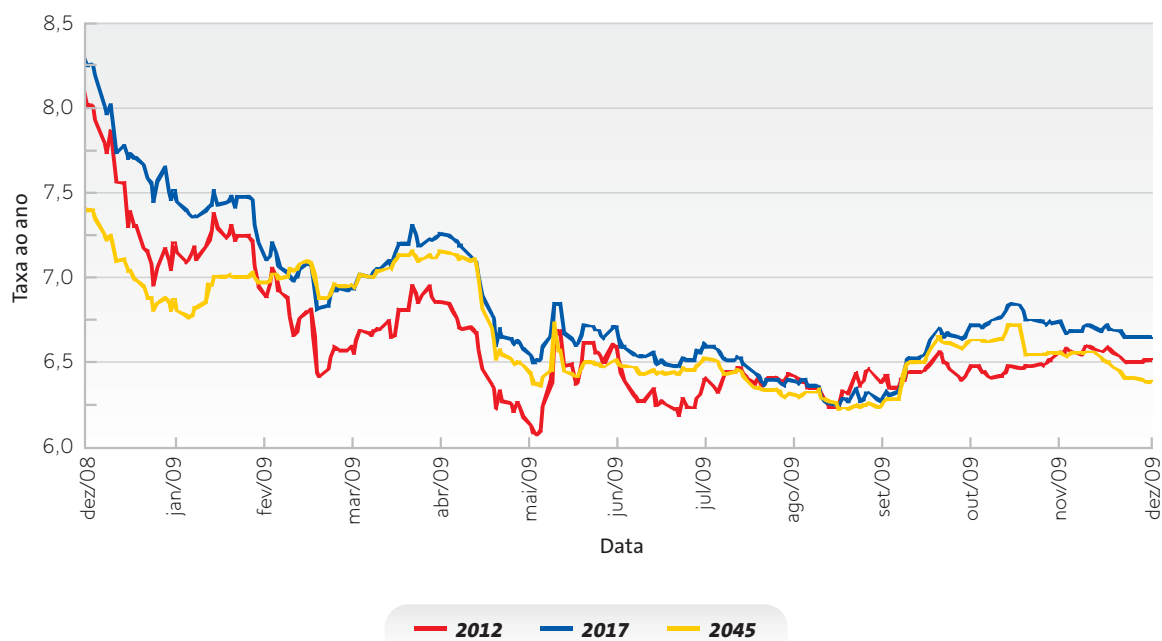
RENTABILIDADES	2007	2008	2009	TRIMESTRES / 2009				ALOCÇÃO (R\$ MM) 2009	DURATION (DU)
				1º	2º	3º	4º		
Segmento - Renda Fixa	15,7	13,7	16,1	6,0	3,9	3,8	1,6	3.956,3	1.526
Benchmark RF ⁽¹⁾	14,1	12,9	13,3	4,6	3,3	3,1	1,7		1.002
IMA-Geral	12,6	12,7	12,9	4,6	3,1	2,8	1,8		868
Águia	15,7	13,7	16,1	6,0	3,9	3,8	1,6		
Bem-te-vi / FAPES	10,1	14,1	11,9	4,4	2,3	2,6	2,2	557,0	642
IMA-S	11,9	12,4	10,0	2,9	2,4	2,2	2,1		668
IRF-M	10,7	13,9	12,5	5,1	2,4	2,3	2,1		357
Albatroz / FAPES	20,3	13,8	18,1	7,0	4,4	4,1	1,5	3.247,9	1.738
IMA-B	14,0	11,0	19,0	7,4	4,8	3,9	1,7		1.553
IMA-B 5+	19,1	7,5	23,5	9,4	6,4	5,0	1,1		2.526
IMA-C	24,9	14,7	9,9	0,7	3,4	6,2	-0,5		2.211
Falcão / Gap	14,1	10,9	11,8	3,7	2,9	2,7	2,1	142,2	12
CDI	11,8	12,4	9,9	2,9	2,4	2,2	2,1		

Nota 1: O Benchmark de Renda Fixa é ponderado mensalmente pelos índices de Mercado da Anbima (IRF-M, IMA-B, IMA-C e IMA-S).

O destaque do segmento de renda fixa no ano foi o fundo Albatroz, sob gestão interna, composto por títulos indexados à inflação, cuja rentabilidade alcançou 18,1%. Como pode ser observado no gráfico a seguir, as taxas das NTN-B, títulos públicos indexados à inflação, apresentaram trajetória de queda ao longo de 2009.

⁴ IMA - Índice de Mercado ANBIMA, contempla quase integralmente a carteira de títulos públicos em poder do mercado e é subdividido em quatro índices: (i) IRF-M, composto pelos títulos públicos federais prefixados em poder do público; (ii) IMA-S, composto por títulos públicos federais pós-fixados (indexados à Taxa SELIC) - LFT - em poder do público; (iii) IMA-C, composto por títulos públicos federais atrelados ao IGP-M que estejam em poder do público; (iv) IMA-B, composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA que estejam em poder do público. O IMA-Geral é uma composição ponderada pelos quadros índices descritos acima.

Gráfico 13 – Títulos Indexados a Índices de Preços



Em 2009, houve aumento da exposição a títulos indexados ao IPCA e, consequentemente, redução significativa da exposição em SELIC e títulos pré-fixados. O objetivo deste movimento foi aproximar a composição do ativo à configuração do passivo previdencial, tanto em relação ao prazo quanto ao indexador, e aproveitar as oportunidades de investimento ocorridas ao longo do ano.

É importante destacar que 96% dos recursos aplicados em renda fixa estão sob a gestão interna da FAPES. Além disso, aproximadamente 70% da carteira está alocada em títulos públicos, demonstrando a reduzida exposição a risco de crédito da Fundação.

Com relação à gestão terceirizada, o fundo Falcão, gerido pela GAP Gestora de Recursos, teve um desempenho positivo, superando seu *benchmark*, o CDI.

4.2.2.2 Renda variável

Em 2009, o mercado acionário apresentou expressiva recuperação, com os principais índices, Ibovespa e IBrX, fechando o ano com rentabilidade de 82,7% e 72,8%, respectivamente. O resultado do segmento de renda variável da Fundação foi 59,0%. Vale ressaltar que este resultado inclui os Fundos de *Private Equity* e *Venture Capital* que têm característica de longo prazo, de acordo com o ciclo de investimento e desinvestimento das empresas em carteira, que, em geral, é de 8 a 10 anos.

Quadro 10 – Rentabilidade dos Fundos de Renda Variável

Em %

RENTABILIDADES	2007	2008	2009	TRIMESTRE / 2009				ALOCÇÃO (R\$ MM) 2009
				1º	2º	3º	4º	
Segmento - Renda Variável	43,1	(35,6)	59,0	8,2	16,6	16,9	7,8	1.652,1
IBrX - Benchmark RV ⁽¹⁾	48,3	(41,1)	72,8	10,1	20,7	17,5	10,7	
Ibovespa	43,7	(41,2)	82,7	9,0	25,8	19,5	11,5	
IBrX 50	51,5	(43,1)	72,4	11,3	20,8	16,5	10,0	
Sabiá / FAPES	49,5	(36,9)	63,0	9,7	17,2	18,3	7,2	1.002,8
Andorinha / FAPES	32,6	(43,4)	43,1	4,3	28,5	3,2	3,5	165,0
Canário / Credit Suisse ⁽²⁾	-	-	2,7	-	-	-	2,7	51,4
Gaivota / Quest ⁽²⁾	-	-	4,7	-	-	-	4,7	31,4
Uirapuru / Dynamo	34,8	(29,9)	85,9	6,4	23,1	20,1	18,1	122,1
Tiê / Schroders	50,4	(44,1)	75,0	12,5	20,5	16,7	10,6	125,5

Nota1: O Benchmark de Renda Variável é definido pela Política de Investimentos para 2009.

Nota 2: Os fundos Canário e Gaivota entraram no segmento de Renda Variável no dia 26 de novembro de 2009.

Nota 3: Não foram considerados, nesta tabela, a carteira própria e os fundos de private equity/venture capital, investimentos com resultados de longo prazo.

O destaque no ano foi o fundo de gestão terceirizada Uirapuru, que apresentou um desempenho de 85,9%. A FAPES realizou um processo de seleção de gestores de renda variável, resultando na contratação de dois novos gestores, Credit Suisse e Quest Investimentos.

A alocação em renda variável reúne as alocações da carteira gerida internamente e as composições realizadas pelos gestores externos. Como pode ser observado no Quadro 11, as posições mantidas no final de 2009 diferem da composição de 2008 principalmente pelo aumento da participação no setor Consumo Básico, mais defensivo e ligado à economia local, em detrimento dos setores Indústria e Petróleo que são relacionados com a atividade econômica global. O aumento da alocação no setor Consumo Básico foi influenciado fundamentalmente pelo exercício do direito de subscrição de ações da Brasil Foods, empresa originada da fusão da Perdigão com a Sadia.

Quadro 11 – Comparativo da Participação Setorial da Carteira de Ações da FAPES e do IBRX

Em %

SETORES	2007		2008		2009	
	FAPES	IBRX	FAPES	IBRX	FAPES	IBRX
Consumo Básico	15,5	5,0	8,4	5,1	16,2	7,1
Consumo Cíclico	7,3	2,4	7,0	3,9	7,5	7,0
Finanças	16,4	18,5	20,6	24,3	21,6	25,1
Indústria	29,0	32,1	25,5	26,2	23,8	25,5
Infraestrutura	9,1	9,6	9,9	9,7	8,7	8,3
Petróleo	16,8	27,6	22,7	25,1	19,1	23,7
Telecom	5,9	4,8	5,9	5,7	3,1	3,3
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

4.2.2.3 Operações com participantes

Os programas de empréstimos e de financiamentos aos participantes da FAPES se constituem em um dos segmentos de Investimentos dos recursos garantidores das reservas técnicas do Plano de Benefícios da FAPES.

A Fundação, ao final do ano de 2009, possuía 4,34% dos seus recursos aplicados no segmento de operações com participantes. A FAPES mantém 2 programas no segmento de empréstimos (PLUS e MAXI) e 2 programas no segmento de financiamentos (LAR e LAR+) para novas concessões. Além disso, sua carteira é composta por 2 programas de empréstimos (APOIO III e APOIO IV) e 2 programas de financiamentos (HIPOTECÁRIO II e HIPOTECÁRIO III), todos em descontinuidade. O Empréstimo SIMPLES foi definitivamente liquidado em abril/2009.

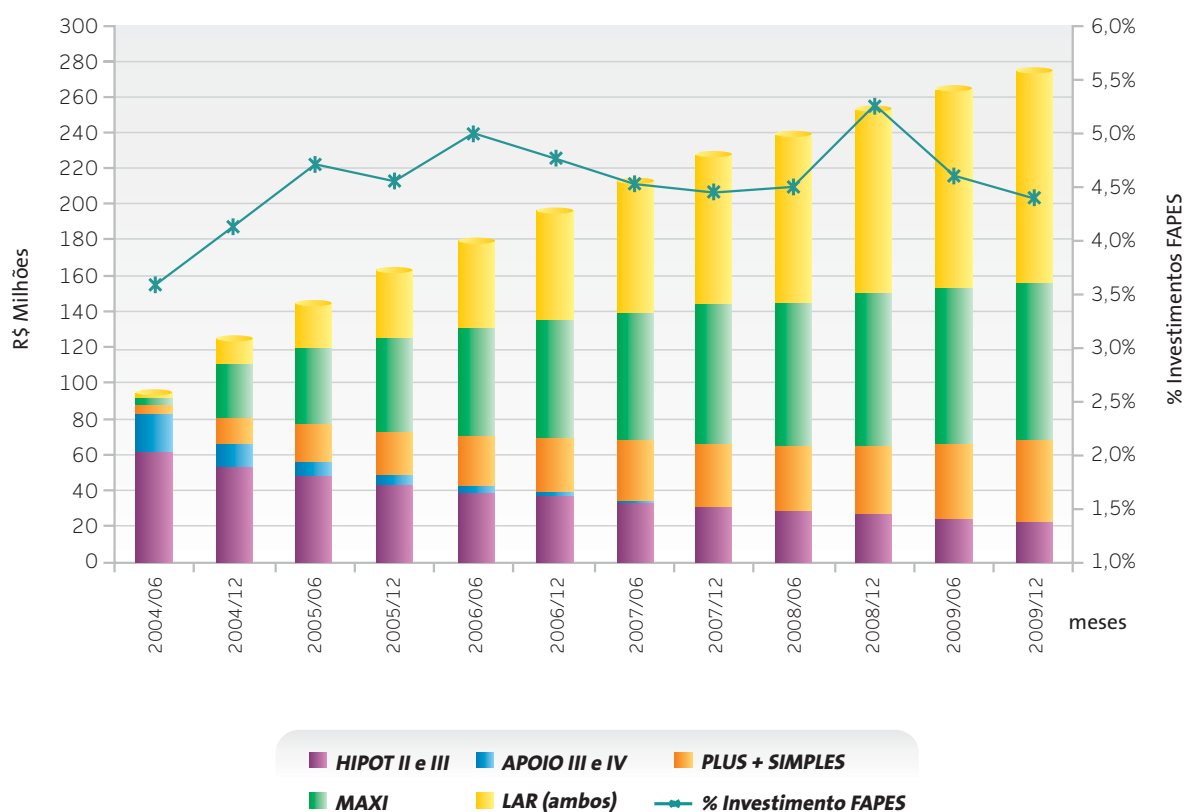
No ano de 2009, foram concedidos 681 novos contratos no montante total de R\$ 68 milhões, referentes a 622 participantes.

Os atuais programas somaram 91,6% do saldo total do segmento ao final do exercício de 2009. O programa de empréstimos MAXI representou 32,1% desse mesmo total, e LAR e LAR+ juntos, 43,5%.

No gráfico a seguir, é apresentada a evolução dos saldos devedores dos contratos das modalidades vigentes, no período de dezembro/2006 a dezembro/2009.

Nota-se, ainda, que as modalidades de valor de concessão mais vultoso, MAXI, LAR e LAR +, contam com taxa de juros de 7,2%a.a. e atualização financeira equivalente ao reajuste de salários concedido a título de acordo coletivo com os empregados ativos de patrocinadores.

Gráfico 14 – Evolução dos Saldos dos Empréstimos e Financiamentos



Quadro 12 – Número de Contratos de Empréstimos e Financiamentos

		TRIMESTRE / 2009				2009
		1º	2º	3º	4º	
Saldo Anterior	Antigos	390	371	340	316	390
	Plus / Simples	1.154	1.079	1.064	1.055	1.154
	Lar / Lar + / Maxi	1.170	1.194	1.216	1.235	1.170
	Total	2.714	2.644	2.620	2.606	2.714
Concessões	Antigos					0
	Plus / Simples	148	151	124	69	492
	Lar / Lar + / Maxi	52	58	46	33	189
	Total	200	209	170	102	681
Liquidações	Antigos	19	31	24	20	94
	Plus / Simples	223	166	133	67	589
	Lar / Lar + / Maxi	28	36	27	22	113
	Total	270	233	184	109	796
Saldo Final	Antigos	371	340	316	296	296
	Plus / Simples	1.079	1.064	1.055	1.057	1.057
	Lar / Lar + / Maxi	1.194	1.216	1.235	1.246	1.246
	Total	2.644	2.620	2.606	2.599	2.599

4.2.2.4 Imóveis

No final de 2009, os investimentos em imóveis totalizaram R\$ 402 milhões, o que representou um aumento de patrimônio de R\$ 50,5 milhões, correspondente a 14,4% no ano, influenciado pela reavaliação dos imóveis.

A reavaliação realizada em 2009 foi mais abrangente que as dos últimos anos⁵, contemplando todos os imóveis da carteira, exceto os considerados estratégicos⁶, buscando-se, dessa forma, uma maior aderência do valor contábil dos imóveis com o valor de mercado. Os valores atualizados contribuirão para uma melhor gestão da carteira de imóveis da FAPES.

A reavaliação alcançou 44% da carteira, obtendo-se uma valorização de 34% deste bloco, correspondente a uma valorização total da carteira de 15%. Não foram reavaliados os shoppings (Morumbi Shopping e Barra Shopping) e a maioria dos imóveis que possuem áreas de uso próprio (Av. República do Chile, nº 100 e Av. República do Chile, nº 230, 8º e 9º andares).

Além do ganho patrimonial mencionado, o fluxo financeiro referente ao segmento de imóveis, representou o ingresso de R\$ 45,38 milhões líquidos.

O quadro 13 indica a variação da alocação no segmento de imóveis observada em 2009, por tipo de imóvel, comparado com o ano anterior.

Quadro 13 – Alocação por Modalidade

MODALIDADE	2008		2009		VARIAÇÃO NOMINAL
	R\$ MM	%	R\$ MM	%	
Escritórios	70,65	20,1%	105,17	26,2%	48,9%
Depósitos	93,53	26,6%	108,32	26,9%	15,8%
Shoppings*	166,41	47,3%	168,28	41,9%	1,1%
Edserj*	17,00	4,8%	16,51	4,1%	-2,9%
Direitos a receber	1,86	0,5%	2,10	0,5%	12,6%
A receber de alienações	4,63	1,3%	4,19	1,0%	-9,5%
A pagar de aquisições	-2,54	-0,7%	-2,49	-0,6%	-2,1%
TOTAL	351,53	100,0%	402,07	100,0%	14,4%

*Imóvel não foi reavaliado

⁵ A legislação exige que cada imóvel seja reavaliado em um prazo máximo de 3 anos

⁶ Assim entendidos os Imóveis de Uso Próprio, Locado para Patrocinadora e as participações em shoppings.

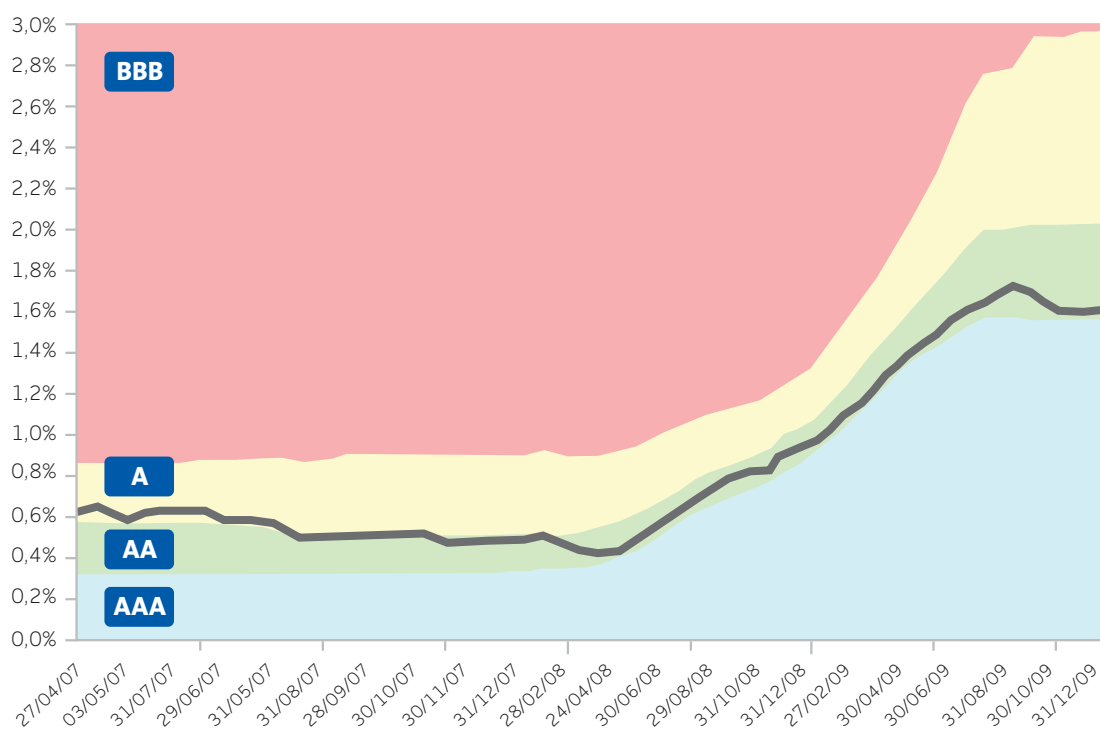
4.2.3 Gestão de Risco

A turbulência causada nas economias mundiais pelo agravamento da crise no segundo semestre de 2008 deu mais relevância à gestão de riscos, servindo para estimular ainda mais a utilização de ferramentas de monitoramento e controle de risco já recomendada pela legislação vigente para que as entidades fechadas de previdência complementar identifiquem, avaliem, controlem e monitorem os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A FAPES utiliza os métodos *VaR* – *Value at Risk* e Teste de Estresse para o gerenciamento do risco de mercado dos segmentos de renda fixa e renda variável, incluindo derivativos. Este risco consiste na variação no valor dos ativos em função das oscilações de preços.

A Fundação possui ferramentas que possibilitam o monitoramento do risco de crédito da carteira de renda fixa. Para esta avaliação, é utilizada uma metodologia que permite estimar o *VaR* de crédito, ou seja, a perda máxima dentro de um grau de confiança que a instituição pode ter no período de um ano. Este cálculo determina também o *rating* da carteira, atualmente em AA.

Gráfico 15 – Evolução do Rating da Carteira de Crédito Privado da FAPES até 31/12/2009



Foi desenvolvida internamente uma metodologia para avaliar o risco de liquidez associado ao descasamento entre fluxos de ativos e passivos com objetivo de verificar a probabilidade desse desalinhamento sob a ótica de vários cenários econômicos. Atualmente, pelos cenários utilizados, a FAPES não apresenta risco de descasamento de seus fluxos no longo prazo.

PLANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE



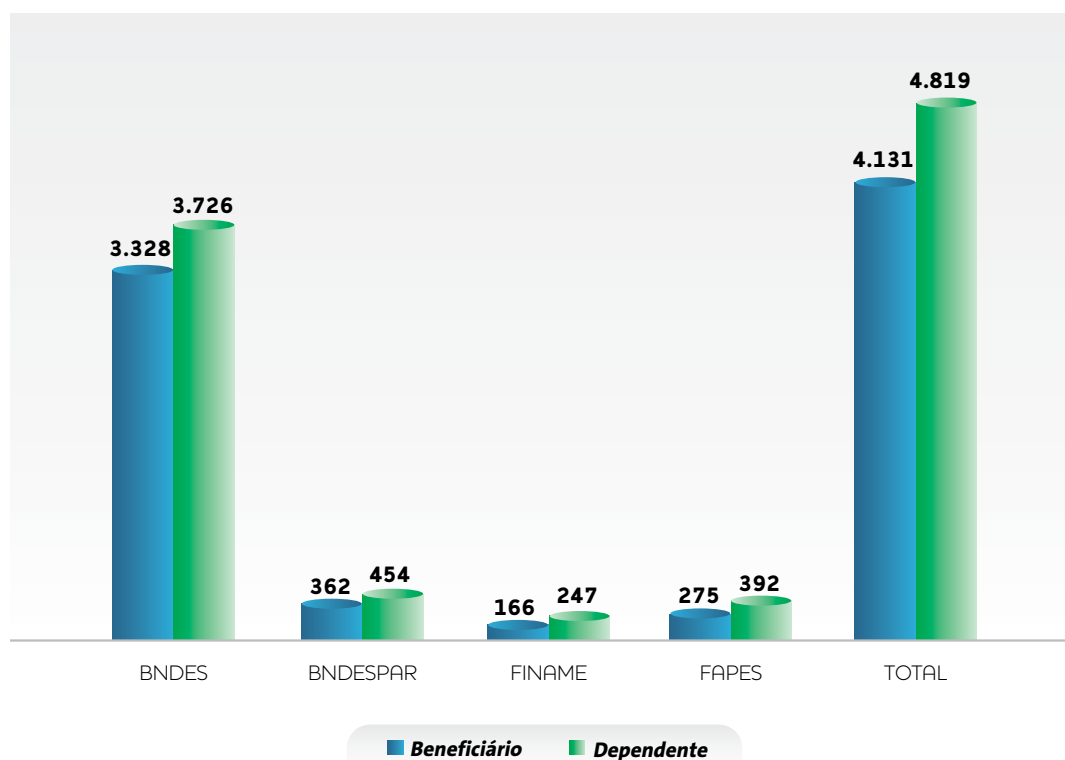
5. PLANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE

A FAPES opera o Plano de Assistência e Saúde – PAS, na modalidade autogestão com mantenedor, com registro na Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS nº 339636. O PAS é um plano não contributivo cujos beneficiários são empregados e ex-empregados aposentados vinculados às empresas do Sistema BNDES e à FAPES e respectivos dependentes. As empresas do Sistema BNDES integralizam os recursos do Fundo de Assistência Médico Social - FAMS para proporcionar assistência médica, hospitalar, odontológica e complementar, sem carência e sem coparticipação e estabelecem as regras, através do Regulamento do Plano de Assistência e Saúde – RAS para utilização dos benefícios do Plano.

Em 31 dezembro de 2009, registramos 8.950 beneficiários, sendo 4.131 titulares e 4.819 dependentes, com crescimento anual de 11,5% da massa beneficiária, considerando todos os vinculados às empresas do Sistema BNDES e à própria FAPES.

Gráfico 16 – Massa Beneficiária por Mantenedor (Dezembro/2009)

Fonte: Sistema SISFAMS - DEPAS.



No ano de 2009, através do PAS, foram realizados aproximadamente 562 mil procedimentos médicos-hospitalares-odontológicos, com crescimento anual da utilização de 18,98%. Dos recursos, foram dispendidos R\$ 48,1 milhões para o pagamento das despesas diretas do Plano de Saúde, representando um aumento de 19,5% em relação ao ano anterior, sendo que a massa beneficiária cresceu 11,5%.

Quadro 14 – Produção Assistencial - 2008/2009

MODALIDADE DE ATENDIMENTO	Nº DE PROCEDIMENTOS		CUSTOS (R\$ MIL)	
	2008	2009	2008	2009
Livre Escolha	64.205	73.298	6.566	8.054
Escolha Dirigida	408.133	488.669	33.723	40.096
TOTAL	472.338	561.967	40.289	48.150

Fonte: Sistema SISFAMS – DEPAS

Em 2009, o custo médio mensal por atendimento foi R\$ 787,00, com crescimento anual de 7,0%. Registra-se, ainda, que os limites para reembolso no sistema de livre escolha foram elevados a partir de setembro, e a tabela para pagamento aos credenciados na assistência odontológica, reajustada em outubro. Apresentamos esses custos por faixa etária no quadro a seguir.

Quadro 15 – Custo Médio de Atendimento por Faixa Etária

FAIXA ETÁRIA	CUSTO FAMS POR PESSOA ATENDIDA (R\$)
0-18	338
19-23	366
24-28	390
29-33	481
34-38	477
39-43	677
44-48	483
49-53	699
54-58	814
59 ou +	1.470
TOTAL*	787

Fonte: Sistema SISFAMS – DEPAS

* Independente da faixa etária

O custo total do Fundo de Assistência Médico Social – FAMS⁷ com o Plano de Saúde, no exercício 2009, foi R\$ 59,5 milhões, alcançando 87,5% da previsão orçamentária para o exercício.

Destes recursos, R\$ 46,8 milhões foram destinados à cobertura das despesas diretas do Plano de Saúde, representando um aumento de 19,8% em relação ao ano anterior, sendo o crescimento anual da massa beneficiária vinculada às empresas do Sistema BNDES de 10,8%.

As despesas diretas do Plano de Saúde para os beneficiários vinculados às empresas do Sistema BNDES são apresentadas no quadro a seguir, por tipo de beneficiário.

Quadro 16 – Despesas do PAS por tipo de Beneficiário

DEMONSTRATIVO POR TIPO DE BENEFICIÁRIO	TITULAR	DEPENDENTE GENITOR(A)	DEMAIS DEPENDENTES	TOTAL
Número de beneficiários	3.856	501	3.926	8.283
% em relação ao total	47%	6%	47%	100%
Custo anual (R\$ MIL)	25.766	4.248	16.826	46.840
% em relação ao total	55%	9%	36%	100%
Custo médio anual (R\$)	6.682	8.480	4.286	5.655

Fonte: Sistema SISFAMS – DEPAS

Com relação à massa beneficiária, registramos um aumento anual de 13,0% para os beneficiários titulares e 8,9% para os dependentes, destacando-se o crescimento de 29,1% daqueles classificados como genitores.

Durante este ano, para aumentar a oferta de leitos hospitalares da rede credenciada e elevar a qualidade nos serviços prestados, contratamos os serviços dos Hospitais Rios D'or e Perinatal Barra.

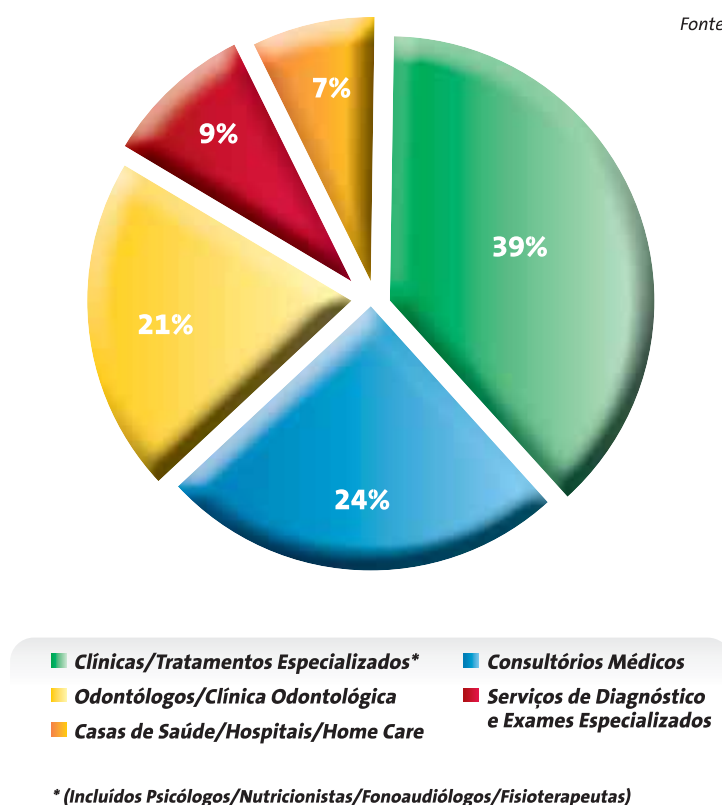
Visando incorporar, à rede credenciada do plano, uma instituição cujo padrão de qualidade é amplamente reconhecido por profissionais de saúde, a FAPES credenciou o Hospital Samaritano, ofertando, aos beneficiários, um dos mais modernos centros de prevenção, diagnóstico e tratamento do país.

O Hospital Pró-Cardíaco, antes credenciado para internações eletivas e atendimentos de emergência relacionados a questões cardíacas, passou a ser credenciado também para atendimento ambulatorial e em todas as especialidades disponibilizadas pelo Hospital.

⁷ O Fundo de Assistência Médico Social – FAMS é constituído exclusivamente por recursos das empresas do Sistema BNDES, cuja finalidade é proporcionar assistência médica, hospitalar, odontológica e complementar para empregados e ex-empregados aposentados e seus dependentes, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde - RAS, aprovado pela Resolução BNDES nº. 1.483, de 14/08/2007.

Em dezembro de 2009, o PAS contava com 1.398 instituições e profissionais de saúde credenciados para atendimento aos beneficiários, distribuídos conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 17 – Distribuição da Rede de Credenciados por tipo de serviço – Dezembro 2009



Além das instituições e profissionais diretamente credenciados ao PAS, a FAPES mantém contratos com 4 operadoras de saúde e 2 cooperativas médicas para atendimento aos beneficiários residentes fora do município do Rio de Janeiro.

Visando elevar a disponibilidade dos serviços prestados na operação do PAS, o Comitê de Credenciamento⁸, ao longo de 2009, aprovou 170 propostas de inclusões de novos serviços e de novas unidades de atendimento para os profissionais e instituições credenciados. Adotou, ainda, medidas de monitoramento da eficiência da rede credenciada a partir do acompanhamento de 57 reclamações de beneficiários, para assegurar a oferta de serviços com padrão de excelência no atendimento.

A FAPES registrou, ao final de 2009, uma economia, sem perda da qualidade, de R\$ 353 mil na aquisição de medicamentos para beneficiários do PAS que se enquadram nas condições previstas no Regulamento do Plano de Assistência e Saúde - RAS mediante convênio com a

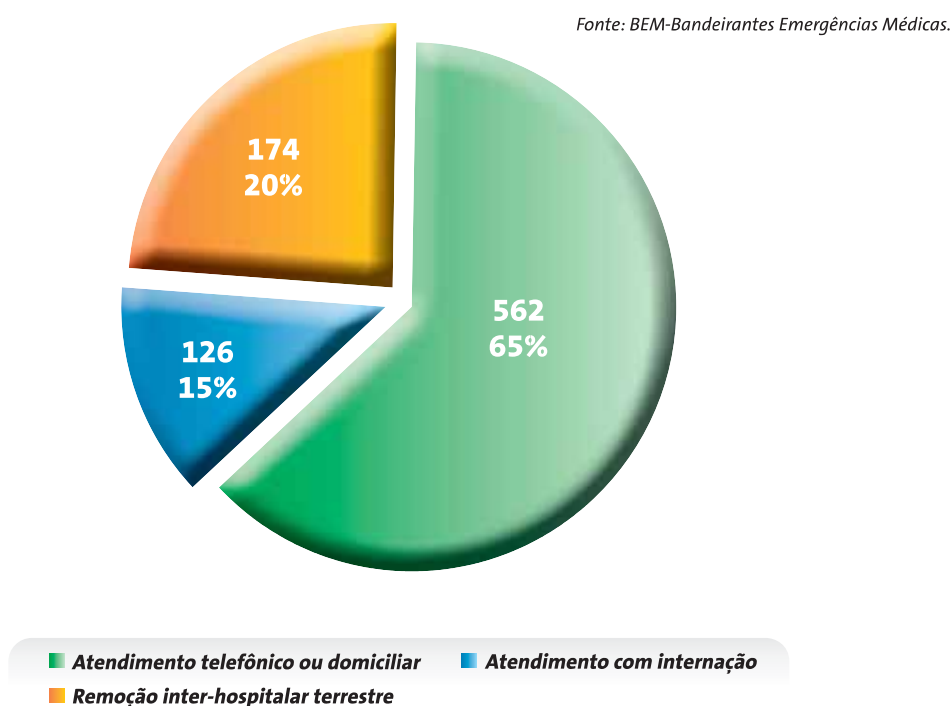
⁸ O Comitê de Credenciamento atua na preservação da qualidade do atendimento da rede credenciada de profissionais e entidades do Plano de Assistência e Saúde – PAS e estabelece, nos limites de sua competência, os critérios para credenciamento e descredenciamento, aprovação de reajustes nas tabelas de serviço dos prestadores, bem como os demais aspectos operacionais relativos a esse processo.

Orizon Farma⁹, empresa especializada na gestão integrada de benefícios, para entrega de medicamentos no domicílio do beneficiário, que também possibilita a aquisição de medicamentos por um preço mais acessível a todos os beneficiários diretamente nas farmácias a ela conveniadas.

No ano de 2009, foi pré-autorizada, pela FAPES, a realização de 146.533 procedimentos — exames, tratamentos, internações e cirurgias dermatológicas. Para assistência odontológica, foi pré-autorizada a realização de 23.881 procedimentos odontológicos.

A Fundação mantém convênio de prestação de serviços com a empresa BEM — Bandeirantes Emergências Médicas, que realizou 863 atendimentos no ano, com crescimento anual de 4,1% da utilização desses serviços, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 18 – Atendimentos prestados pela BEM por tipo – ano 2009



A implementação da reestruturação da Diretoria de Seguridade neste ano possibilitou a realização de um conjunto de ações para melhorar o atendimento aos beneficiários em toda a rede credenciada do PAS.

⁹ A Orizon Farma adquiriu a Prevsauúde.

Ao longo de 2009, as visitas aos hospitais de maior atendimento aos beneficiários para reforçar o compromisso da FAPES na excelência dos serviços prestados aos beneficiários foram o destaque. No contato com esses prestadores, foram revistos, também, os processos para concessão de autorizações para internações e liberação de órteses e próteses, com o objetivo de agilizar o atendimento.

Em março de 2009, foi instalada uma unidade da FISIOFORMA SERVIÇOS DE FISIOTERAPIA nas dependências do EDSERJ, com remodelagem do espaço e ampliação do horário do atendimento para proporcionar atendimento personalizado e dedicado, com recursos diferenciados aos empregados das empresas do Sistema BNDES e da FAPES

Foi implementado projeto de acompanhamento, por médicos da FAPES, de pacientes de alta complexidade internados em unidades hospitalares credenciadas, bem como daqueles em internação domiciliar (HOME CARE).

Visando que os serviços de assistência odontológica fossem realizados na rede credenciada sem perda da qualidade, reajustou-se a tabela de serviços odontológicos para remuneração de profissionais e entidades credenciados para esse fim.

A FAPES, em conjunto com a Área de Recursos Humanos do BNDES, realizou estudos que possibilitaram a aprovação da atualização do valor das Unidades de Serviço – US de R\$ 1,60 para R\$ 2,00, reajustando em 25% os valores limites dos procedimentos da Tabela da Associação Médica Brasileira – AMB e dos demais limites regulamentares vinculados a essa Unidade e a revisão dos limites fixados para reembolso de consultas médicas de R\$ 80,00 para R\$ 160,00.

A FAPES fez alterações no processo de autorização: reduziu o número de procedimentos passíveis de autorização prévia na assistência odontológica e reformulou o *layout* e o conteúdo dos formulários para autorização, considerando as sugestões apresentadas pelos beneficiários do PAS.

Neste ano, para maior comodidade dos empregados do Sistema BNDES e da FAPES no atendimento à solicitação de cadastramento dos dependentes¹⁰ inscritos no PAS, foi disponibilizada uma equipe para recolher, nos andares do EDSERJ, do Ventura e da sede da Fundação, a documentação necessária ao cadastramento, possibilitando que a Central de Atendimento da FAPES pudesse receber os beneficiários titulares não empregados com maior disponibilidade.

¹⁰ Pelo parágrafo 1º, art. 7º, Capítulo II do RAS – compete à FAPES promover, anualmente, o cadastramento dos dependentes inscritos, objetivando constatar a manutenção dos requisitos exigidos para cada condição.

A FAPES vem aperfeiçoando os serviços prestados aos beneficiários do PAS, através da qualificação da equipe do Departamento de Assistência – DEPAS, do aperfeiçoamento de seus processos, do monitoramento da qualidade dos serviços prestados na rede credenciada e da ampliação de vagas hospitalares, credenciando maior número de hospitais de qualidade. A Fundação está, ainda, em processo de negociação para credenciamento de hospital de referência no país, localizado na cidade de São Paulo.

AÇÕES DO PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR



6. AÇÕES DO PROGRAMA DE SAÚDE DO TRABALHADOR

O Departamento Médico - DEMED tem a responsabilidade de gerir as atividades desenvolvidas no Ambulatório da FAPES e no Serviço Social.

I- Assistência Ambulatorial

A assistência ambulatorial engloba, excetuando-se as relacionadas à Medicina Ocupacional, todas as atividades de natureza médica assistencial e de enfermagem efetuadas no Ambulatório da FAPES. Estas atividades são caracterizadas distintamente como atendimentos, destacando-se consultas médicas, justificativas de faltas e procedimentos como verificações da pressão arterial e eletrocardiogramas.

Em comparação com o ano anterior, ocorreu o incremento de 19% nos atendimentos assistenciais, 37% nos atendimentos de enfermagem e 34% nos procedimentos ambulatoriais.

II – Medicina Ocupacional

O Programa Clínico de Medicina e Saúde Ocupacional – PCMSO¹¹ proporciona a avaliação das condições de saúde dos empregados, com foco na prevenção e no diagnóstico precoce de doenças, servindo como base para a elaboração de Campanhas Preventivas e Programas de Saúde.

Nessa linha, a avaliação periódica de 2009 contemplou a realização do exame de reatividade cardiovascular ao estresse mental, que consiste em submeter o paciente a situações de estresse mental controlado, com monitoramento simultâneo do eletrocardiograma, frequência cardíaca e pressão arterial. Dessa forma, são avaliadas as respostas do sistema cardiovascular, permitindo a intervenção preventiva precoce nos casos de hiperreatividade ao estresse, com recomendações de exercícios físicos e exames complementares.

¹¹ Previsto na Norma Regulamentadora NR-7 do Ministério do Trabalho e Emprego-MTE

Foram realizados, até dezembro, 758 exames, obtendo 30% de respostas adequadas, 67% de respostas alteradas, mas sem caracterizar anormalidade e 3% com resposta hipertensiva anormal. O grupo de respostas exacerbadas e anormais necessita de intervenção, sendo a principal a prática de atividades físicas regulares.

Quadro 17 – Exames ocupacionais

EXAMES	2008	2009	RELAÇÃO 2009/2008
Admissional	709	654	-8%
Demissional	351	123	-65%
Periódico	1.250	2.155	72%
Mudança de Função	0	3	0%
Retorno ao trabalho	36	54	50%
TOTAL	2.346	2.989	27%

Quadro 18 – Atendimentos Médicos Assistenciais e Ocupacionais

ATENDIMENTOS	2008	2009	RELAÇÃO 2009/2008
Assistenciais Ambulatoriais	13.397	16.008	19%
Assistenciais de Urgência - extrassistema	1.727	1.058	-39%
Ocupacionais	2.346	2.989	27%
TOTAL	17.470	20.055	15%

III – Serviço Social

As atividades do Serviço Social proporcionam a orientação e o encaminhamento dos processos relativos aos benefícios previdenciários e à prestação de assistência social aos beneficiários do Sistema BNDES e da FAPES. As tarefas são diversificadas, tais como atendimentos sociais, de Auxílio-Doença e de acidentes de trabalho, totalizando 4.216 atendimentos em 2009, que representaram um aumento de 46% em relação ao ano de 2008.

IV- Programas de Saúde

O Departamento Médico atua na promoção de saúde e prevenção de doenças dos empregados do Sistema BNDES e da FAPES, através do desenvolvimento de programas de saúde e de treinamento:

EXAMINA: Sua meta principal é a prevenção de doenças cardiovasculares através da detecção precoce dos fatores de risco e seu tratamento quando necessário. Desde a sua implantação, foram encaminhados 793 pacientes e, atualmente, há 214 beneficiários aderidos ao programa (196 empregados ativos e 18 dependentes).



SUPERAR: Seu objetivo principal é o controle do tabagismo, doença crônica mais prevalente no mundo e a maior causa de morte evitável. Desde a sua implantação o programa atendeu a 229 beneficiários e conta, atualmente, com 29 participantes, com um índice de abstinência de 62%.



PROGRAMA DE HIPERTENSÃO ARTERIAL: Os dados públicos mostram que ocorrem hoje entre 22,3 a 43,9% de mortes relacionadas à hipertensão no Brasil. Visando reduzir o número de vítimas da doença no Sistema BNDES e na FAPES, o Ambulatório Médico iniciou, em 2008, o Programa de Acompanhamento de Hipertensão Arterial Sistêmica, com o objetivo de auxiliar no controle de seus níveis pressóricos, contando com 46 participantes desde o seu início.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A GRIPE - a Campanha de Vacinação contra a Gripe-Influenza foi estendida para abranger todos os beneficiários ativos, assistidos, pensionistas e dependentes do Plano de Assistência e Saúde - PAS a partir dos 6 meses de idade, incluindo gestantes. O esquema de vacinação adotado prevê 2 etapas de vacinação para crianças abaixo de 9 anos na primovacinação e foi recomendado pela Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIM) e pela Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP). As aplicações das vacinas nas 2 etapas totalizaram 3.689 doses, maior número de vacinados de todas as campanhas já realizadas.

Quadro 19 – Total de pessoas vacinadas por faixa etária

FAIXA ETÁRIA (ANOS)	TOTAL	%
0 até 3	44	1,28
3 até 9	117	3,39
9 até 18	210	6,09
18 até 30	673	19,51
30 até 40	631	18,30
40 até 50	459	13,31
50 até 60	665	19,28
60 até 70	393	11,39
70 até 80	181	5,25
mais de 80	76	2,20
TOTAL	3.449	100

Nota: os totais não contemplam os terceirizados.

Quadro 20 – Total de doses nas 2 etapas de vacinação

UF	TOTAL
DF	109
PE	61
RJ	3.483
SP	36
TOTAL GERAL	3.689

Nota: inclui as doses dos terceirizados.

TREINAMENTO – CURSO DE PRIMEIROS SOCORROS - A FAPES é um centro de treinamento do National Safety Council (NSC), instituição não-governamental americana, sem fins lucrativos, líder mundial em educação e capacitação de pessoal, dedicada à promoção de segurança e saúde na sociedade. O curso oferecido pela equipe médica confere diploma e credencial reconhecidos internacionalmente aos participantes. Durante o programa de 2009, promoveu-se a formação de 46 novos socorristas e reciclagem de 63 participantes dos anos anteriores, totalizando 84 horas de aula no ano.

ESPAÇO DELEITE - SALA DE APOIO À AMAMENTAÇÃO - Em funcionamento desde 3 de setembro tem por objetivo a manutenção do aleitamento materno após o retorno da licença maternidade, cujo período é de 6 meses. O Espaço Deleite foi estruturado em parceria com GP- ARH-BNDES e vem sendo utilizado também para doações para o Banco de Leite Humano (BLH) do Instituto Fernandes Figueira - FIOCRUZ.



VACINAÇÃO CONTRA O HPV - O câncer cervical é uma das principais causas de mortalidade em mulheres. No Brasil, a cada dia, 21 mulheres morrem por câncer do colo do útero. Além disso, surgem diariamente 51 novos casos. A infecção pelo vírus HPV é necessária para o desenvolvimento do câncer cervical, estando presente em cerca de 99% das mulheres com essa neoplasia. A vacinação para prevenção dessa infecção viral está disponível para mulheres entre 9 e 26 anos e sua aplicação deve ser feita em três doses.



Foram aplicadas, nas duas primeiras etapas, 681 doses, sendo 242 aplicadas em mulheres entre 9 e 18 anos, faixa etária na qual a vacinação tem maior efetividade. A terceira dose ocorrerá em abril de 2010.

CAMPANHA DO DIA NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À HIPERTENSÃO ARTERIAL - ocorrida em 17 de Abril, com aferição da pressão arterial de 730 empregados do Sistema BNDES e da FAPES (aproximadamente 28% da população), com achado de 47,4% da amostra com níveis tensionais considerados alterados pelos critérios do VII JNC Americano (JointNational Commitee on the Prevention, Detection, Evaluation and Treatment of High Blood Pressure). Destacou-se nessa ação os fatos de que 21 pessoas que sabiam ter Hipertensão Arterial Sistêmica – HAS não estavam com a pressão controlada e que 311 pessoas que não sabiam ter HAS tiveram a medição da pressão acima de 120x80, nível considerado alterado.

CAMPANHA DO DIA MUNDIAL SEM TABACO - ocorrida nos dias 1 e 2 de Junho, com a realização de exames em 154 empregados, objetivando a avaliação da função pulmonar.

CAMPANHA DIA MUNDIAL DO DIABETES - ocorrida nos dias 12 e 13 de Novembro, com aferição de glicemia capilar e medição de circunferência abdominal, com participação de 1.712 pessoas (51% da população), sendo encaminhados para exames específicos 243 participantes (14% da amostra estudada), com 2 novos casos diagnosticados através do evento.

CENTRAL DE ATENDIMENTO

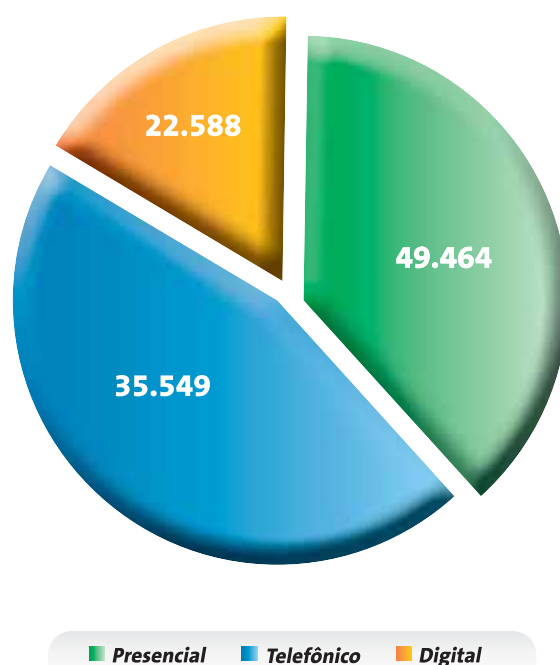


7. CENTRAL DE ATENDIMENTO

Focado em estreitar o relacionamento entre a FAPES e os participantes e assistidos do Plano Básico de Benefícios e os beneficiários e credenciados do Plano de Assistência e Saúde – PAS, o Departamento de Atendimento – DEPAT atua como canal efetivo na prestação de orientações e de atendimentos - presenciais, telefônicos ou digitais - no âmbito de previdência, assistência e operações com participantes.

Em 2009, foram registrados 107.601 atendimentos, distribuídos conforme o gráfico abaixo:

Gráfico 19 – Quantitativo de Atendimentos

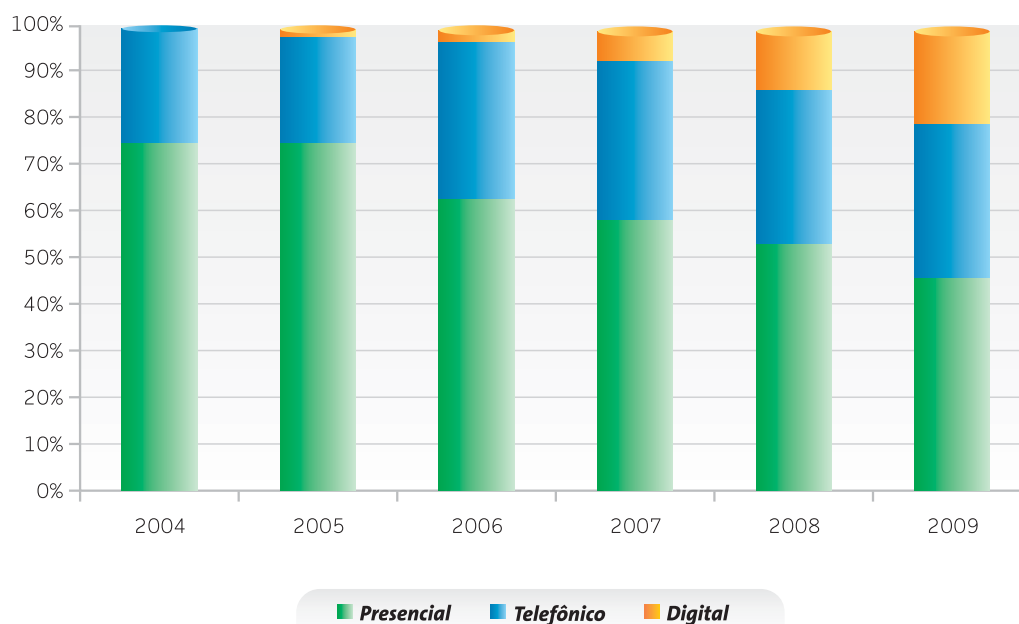


Em comparação aos exercícios anteriores, o número de atendimento total vem decrescendo desde 2007, como ilustrado na tabela seguinte:

Quadro 21 – Quantitativo de Atendimentos

CANAL	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Presencial	63.439	71.855	70.602	71.471	62.622	49.464
Telefônico	21.198	22.424	37.671	42.275	40.051	35.549
Digital	-	1.768	3.729	8.319	15.589	22.588
TOTAL	84.637	96.047	112.002	122.065	118.262	107.601

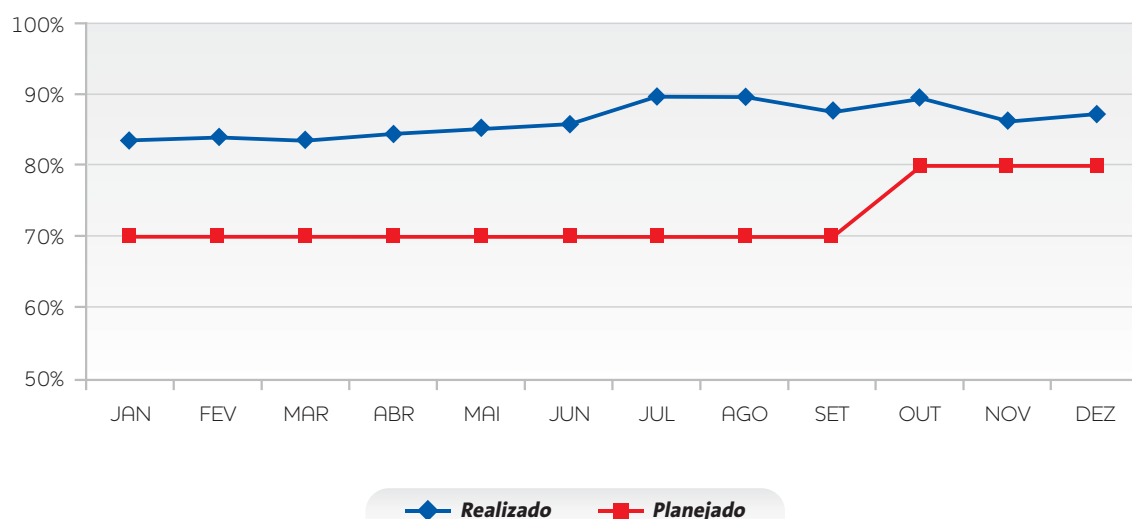
Gráfico 20 – Evolução do atendimento



O atendimento presencial foi bastante expressivo no período entre 2005 e 2007, apresentando declínio a partir de 2008. O atendimento telefônico vem se mantendo estável desde 2006, quando foi implementado o canal 0800. Observa-se, ainda, que o atendimento digital vem crescendo expressivamente, equivalendo a 46% do total de atendimentos presenciais e 64% do total de atendimentos telefônicos.

Para o exercício de 2009, o DEPAT havia estipulado como meta de qualidade que 70% das manifestações recebidas fossem concluídas durante o primeiro atendimento. Por alcançar resultados bem arrojados, essa meta foi redefinida em outubro, atingindo a marca de 80%. Abaixo, ilustramos a evolução deste objetivo.

Gráfico 21 – Percentual de demandas concluídas no primeiro contato



Em 2009, a FAPES passou a integrar a Comissão Permanente de Relacionamento com Participantes da Associação Brasileira das Entidades de Previdência Complementar – ABRAPP. O DEPAT poderá associar as melhores práticas do mercado e adaptá-las para o seu dia a dia e para o seu público.

Ao longo de 2009, foram firmados 681 contratos relativos às operações com participantes, distribuídos entre empréstimos e financiamentos da seguinte forma:

Quadro 22 – Quantitativo de Empréstimos e Financiamentos

MODALIDADE	QUANTIDADE	VALOR DE CONCESSÃO - EM REAIS
PLUS: Empréstimo sem Garantia Real	492	28.310.597,82
MAXI: Empréstimo com Garantia Real	77	13.529.042,08
LAR: Financiamento	61	14.825.238,65
LAR +: Financiamento	51	11.349.153,36
TOTAL	681	68.014.031,91

Em projeto coordenado pelo Departamento de Desenvolvimento – DEDES/BNDES, o DEPAT atua na ambientação dos novos empregados do Banco e apresenta a Fundação e seus serviços. Em 2009, foram realizadas 9 atividades de ambientação. Na semana seguinte a cada apresentação, a Central de Atendimento oferece atendimento dedicado às adesões ao Plano Básico de Benefícios, em horário exclusivo, das 9h às 10h, com objetivo de não impactar o treinamento oferecido aos recém-contratados, proporcionando um atendimento ágil e diferenciado.

Atendimento Presencial

Em relação ao ano de 2008, houve uma queda da ordem de 21% no volume de atendimento prestado presencialmente. Parte desta redução se deveu ao crescimento do atendimento digital.

Além disso, o Programa de Desligamento Planejado – PDP, que incentivou a aposentadoria de mais de 400 empregados, acarretou aumento de recebimento de documentos postados através dos Correios; em especial, solicitações de autorizações prévias para realização de procedimentos médicos ou odontológicos e apresentação de despesas assistenciais para reembolso.

Atendimento Telefônico

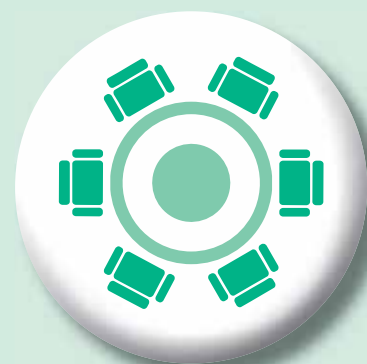
No ano de 2009, o atendimento telefônico apresentou decréscimo de 11%, ao compararmos com o exercício de 2008.

Atendimento Digital

Foram encaminhadas, por *e-mail*, 14.913 respostas às solicitações de autorizações prévias para realização de procedimentos médicos ou odontológicos. Em média, as respostas foram enviadas em até 2 dias úteis a contar da data da solicitação.

O Fale FAPES respondeu 7.675 manifestações recebidas ao longo de 2009. 31% desta demanda foi atendida imediatamente e 89% respondida em até 5 dias úteis.

GESTÃO ADMINISTRATIVA



8. GESTÃO ADMINISTRATIVA

8.1 Recursos humanos

Ao final do ano, o quadro de pessoal da FAPES era composto de 207 profissionais, sendo cerca de 100 alocados à gestão do plano de benefícios previdenciais - custeados, portanto, por participantes e patrocinadores - e o restante alocado a atividades relacionadas ao plano de saúde, à medicina ocupacional e ao convênio dos empregadores com o INSS, integralmente custeados pelos mantenedores do Fundo de Assistência Médico Social – FAMS e pelos empregadores.

A FAPES investe na capacitação técnica de seu corpo funcional através de programas educacionais de extensão universitária (Cursos de Pós-Graduação e MBA ou semelhantes) e do Programa de Treinamento e Desenvolvimento Básico, cujo principal objetivo é direcionar ações de Treinamento e Desenvolvimento (T&D) para o atendimento de competências básicas e específicas da Fundação, observando, entre outros, orientações do órgão regulador quanto à educação previdenciária e financeira e demandas identificadas pela área de Recursos Humanos junto aos Gestores.

Para 2010, a FAPES iniciará estudos para implementação de um projeto de educação previdenciária e financeira voltado para o público interno e externo.

No âmbito da governança corporativa, a FAPES promoveu o curso Governança das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC na perspectiva dos Conselhos ministrado por professores do IDEAS – Instituto de Desenvolvimento e Estudos Aplicados a Seguridade. Do curso participaram conselheiros titulares e suplentes, diretores e profissionais da FAPES.

Para 2010, a FAPES deverá iniciar estudos, visando atender à nova exigência legal quanto à certificação e à capacitação de dirigentes.

O plano de treinamento e desenvolvimento de 2009 obteve os seguintes resultados:

Quadro 23 – Treinamentos

EDUCAÇÃO CORPORATIVA	Nº	HORAS	VALOR INVESTIDO
Treinamentos Realizados	369	8.013	R\$ 347.559,16
Programa de Extensão Universitária	18	6.980	R\$ 181.020,75

Gráfico 22 – Distribuição dos treinamentos 2009 - por público

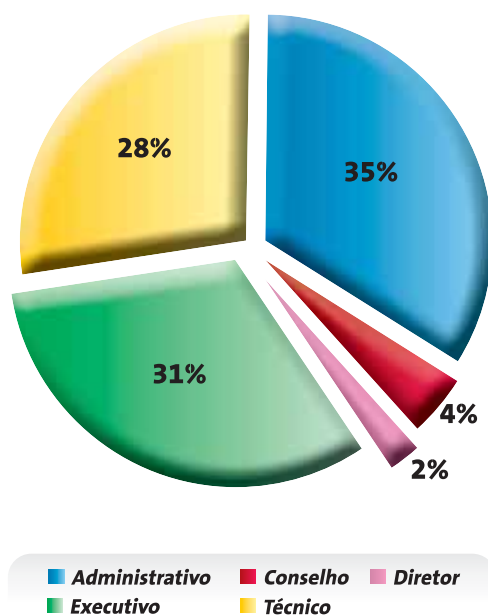
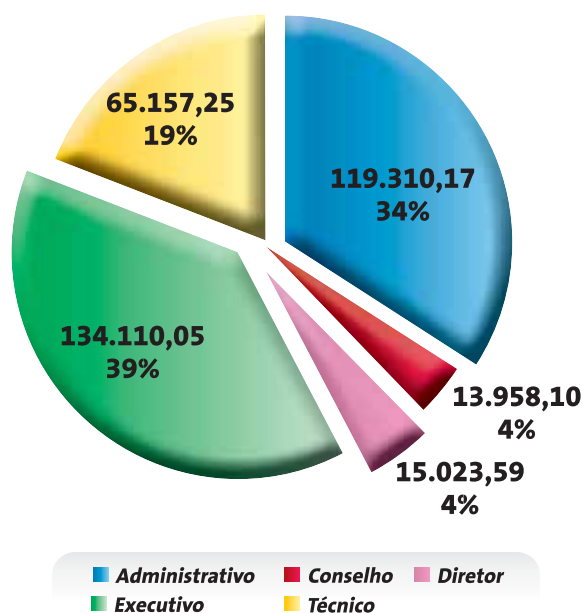


Gráfico 23 – Distribuição da verba dos treinamentos 2009 - por público



8.2 Gestão da qualidade

O ano de 2009 foi um período em que o Sistema de Gestão da Qualidade -SGQ se consolidou na FAPES.

O SGQ começou a ser implantado em 2007, e a certificação do Sistema foi planejada para ocorrer de forma gradativa.

Em agosto de 2008, a FAPES foi certificada pela **Gestão do Plano de Previdência, de Assistência e Saúde e do Programa de Empréstimos e Financiamentos – Cadeia de Relacionamento com o Participante**.

A segunda certificação da FAPES foi conquistada em agosto de 2009, quando foi atestada a conformidade dos processos de gestão dos ativos garantidores dos recursos aos requisitos da norma NBR ISO 9001, dando maior transparência e credibilidade aos mesmos. Após as certificações, foram realizadas duas auditorias de manutenção pela empresa certificadora, a primeira em março de 2009 com foco no escopo de relacionamento com participantes, beneficiários e patrocinadores e a segunda em dezembro de 2009 que avaliou não só o escopo de relacionamento, mas também o de gestão de ativos.

Em 2010 será planejada a certificação do 3º escopo, que deverá abranger os processos relacionados à gestão de riscos e controles internos e à controladoria. Com a implantação desse escopo, todos os processos da FAPES estarão certificados e operando conforme os requisitos da norma NBR ISO 9001.

8.3 Tecnologia da informação

A Tecnologia da Informação foi uma das áreas da FAPES mais impactadas, em 2009, pelos planos de ação implementados para atingir os objetivos estratégicos da Fundação. Contando com o apoio da empresa de consultoria Accenture, iniciou-se em maio as atividades para aperfeiçoamento da infraestrutura tecnológica da Entidade. Nesse âmbito, foram efetuados o Diagnóstico da Situação Atual, a recomendação do Modelo Futuro de TI a ser adotado pela FAPES e seu correspondente Plano de Implementação, bem como a nova Estrutura Organizacional de TI.

Resultou desse trabalho a criação de um Departamento de Tecnologia da Informação – DETEC e a continuidade do trabalho da consultoria Accenture para avaliação de todos os sistemas em operação na FAPES e a proposição de soluções para atender às necessidades da Fundação. Esse projeto se estenderá por todo o ano de 2010.

DEMONSTRAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO



9. DEMONSTRAÇÕES ECONÔMICO FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO

9.1 Demonstrações contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (EM REAIS MIL)

	NOTA	2009	2008
Ativo			
Disponível		<u>186</u>	<u>1.212</u>
Realizável		<u>6.967.167</u>	<u>5.865.591</u>
Programa previdencial	4 e 6	676.875	1.052.148
Programa administrativo		1.953	2.061
Programa de investimentos	5	<u>6.288.339</u>	<u>4.834.382</u>
Renda fixa		3.956.308	3.086.937
Renda variável		1.652.114	1.140.274
Investimentos imobiliários		404.561	354.074
Operações com participantes		275.356	253.097
Permanente		<u>1.939</u>	<u>2.119</u>
Imobilizado		1.616	1.655
Diferido		<u>323</u>	<u>464</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>6.969.292</u>	<u>5.891.922</u>
Passivo			
Exigível operacional	6	<u>26.796</u>	<u>412.268</u>
Programa previdencial	4 e 6	15.159	400.938
Programa administrativo		9.117	8.752
Programa de investimentos		2.520	2.578
Exigível contingencial	7	<u>1.381</u>	<u>927</u>
Programa administrativo		1.381	927
Exigível atuarial	8	<u>6.163.904</u>	<u>5.500.437</u>
Provisões matemáticas		6.163.904	5.500.437
Benefícios concedidos		3.593.899	3.138.986
Benefícios a conceder		2.570.005	2.361.451
Reservas e fundos	8.3 e 9	<u>777.211</u>	<u>(21.710)</u>
Equilíbrio técnico	8.3	<u>610.862</u>	<u>(139.584)</u>
Superávit técnico acumulado		610.862	-
Reserva de contingência		<u>610.862</u>	-
Déficit técnico acumulado		-	(139.584)
Déficit técnico		-	(139.584)
Fundos	9	<u>166.349</u>	<u>117.874</u>
Programa previdencial		105.789	111.696
Programa administrativo		54.238	2.119
Programa de investimentos		<u>6.322</u>	<u>4.059</u>
TOTAL DO PASSIVO		<u>6.969.292</u>	<u>5.891.922</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (EM REAIS MIL)**

	NOTA	2009	2008
Programa previdencial			
Recursos coletados		597.031	194.249
Recursos utilizados		(371.701)	(273.642)
Custeio administrativo	11	(59.703)	(6.729)
Recursos oriundos do programa administrativo		-	124
Resultado dos investimentos previdenciais		1.242.379	(183.486)
Constituições/reversões de provisões atuariais		(663.467)	(368.726)
Constituições/reversões de fundos		<u>5.907</u>	<u>73.174</u>
Superávit (déficit) técnico do exercício		<u>750.446</u>	<u>(565.036)</u>
Programa administrativo			
Recursos oriundos de outros programas		86.693	34.881
Receitas		58	602
Despesas		(36.079)	(34.294)
Constituições/reversões de contingências		(3.068)	(1.189)
Recursos transferidos para o programa previdencial		-	(124)
Resultado dos investimentos administrativos		<u>4.515</u>	-
Constituições (reversões) de fundos		<u>52.119</u>	<u>(124)</u>
Programa de investimentos			
Renda fixa		523.052	378.736
Renda variável		616.908	(647.125)
Investimentos imobiliários		99.963	74.710
Operações com participantes		36.224	39.642
Custeio administrativo		(26.990)	(28.152)
Resultados recebidos/transferidos de outros programas		<u>(1.246.894)</u>	<u>183.486</u>
Constituições (reversões) de fundos		<u>2.263</u>	<u>1.297</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO FINANCEIRO PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (EM REAIS MIL)**

	2009	2008
Programa previdencial	<u>214.824</u>	<u>(111.588)</u>
Entradas	<u>586.637</u>	<u>163.659</u>
Recursos coletados	597.031	194.249
Recursos a receber	375.265	(321.057)
Recursos futuros	(390.911)	290.467
Outros realizáveis/exigibilidades	5.252	-
Saídas	<u>(371.813)</u>	<u>275.247</u>
Recursos utilizados	(371.701)	(273.642)
Utilizações a pagar	(9)	62
Utilizações futuras	(103)	(54)
Outros realizáveis/exigibilidades	-	(1.613)
Programa administrativo	<u>(37.983)</u>	<u>(41.002)</u>
Entradas	<u>58</u>	<u>602</u>
Receitas	58	602
Saídas	<u>(38.041)</u>	<u>(41.604)</u>
Despesas	(36.079)	(34.294)
Despesas a pagar	3.428	1.349
Despesas futuras	(39)	(192)
Permanente	180	124
Outros realizáveis/exigibilidades	(2.917)	(8.302)
Constituições/reversões de contingências	(2.614)	(289)
Programa de investimentos	<u>(177.867)</u>	<u>147.011</u>
Renda fixa	(346.319)	132.068
Renda variável	105.069	(34.584)
Investimentos imobiliários	49.422	35.133
Operações com participantes	<u>13.961</u>	<u>14.394</u>
Variação nas disponibilidades	<u>(1.026)</u>	<u>(5.579)</u>
Disponibilidade final	186	1.212
Disponibilidade inicial	1.212	6.791
Variação nas disponibilidades	<u>(1.026)</u>	<u>(5.579)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

9.2 Notas explicativas às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2009 e de 2008 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Fundação foi instituída pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, por meio de Escritura Pública datada de 7/1/1975, como entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, tendo sido autorizada a funcionar pelo Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS) por meio da Portaria nº 1550/79. Seu objetivo principal é instituir, administrar e executar planos privados de natureza previdencial, acessíveis aos empregados do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e FINAME), bem como aos da FAPES, definidos por Regulamento específico. O seu Estatuto atual foi aprovado pela Portaria nº 139, de 10/11/2004, da Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

A FAPES opera, atualmente, o Plano Básico de Benefícios, na modalidade de benefício definido, único e comum a todos os seus participantes e patrocinadores, cujo regulamento foi aprovado pela SPC por meio da Portaria nº 2.598 de 6/11/2008.

2. Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com as normas estabelecidas pelo Conselho de Gestão de Previdência Complementar (CGPC) e divulgadas pela SPC para as entidades fechadas de previdência complementar, em especial a Resolução CGPC nº 05, de 30/1/2002, com alteração dada pela Resolução nº 10, de 5/7/2002.

3. Principais Práticas Contábeis

3.1. Títulos de Renda Fixa

Os títulos classificados para negociação, que estão dentro dos fundos exclusivos, são avaliados pelo seu valor de mercado.

A variação oriunda da comparação entre os valores registrados na contabilidade e os avaliados a mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício em rubrica própria do programa de investimentos.

3.2. Títulos de Renda Variável

As ações negociadas no mercado à vista, tanto as que estão em carteira própria quanto as que estão em fundos exclusivos, são registradas pelo custo de aquisição acrescido de despesas diretas de corretagem e de outras taxas e ajustado ao valor de mercado. Esse valor, entre as competências janeiro e junho, foi atualizado pela cotação média das ações na data mais próxima do balanço, na bolsa de valores em que a ação tenha alcançado maior liquidez e a partir da competência julho, por força da Resolução CGPC nº 25, de 30/6/2008, passou a ser atualizado pela cotação de fechamento das ações na data mais próxima do balanço em que a ação tenha sido negociada na bolsa de valores.

A variação oriunda da comparação entre os valores registrados na contabilidade e os avaliados a mercado é apropriada diretamente ao resultado do exercício em rubrica própria do programa de investimentos.

3.3. Investimentos Imobiliários

São registrados ao custo de aquisição, reavaliados em período não superior a três anos e depreciados (exceto terrenos) pelo método linear, à taxa anual de 2% a.a. ou pelas taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação, em cumprimento ao que estabelece a legislação vigente. A FAPES reavalia sua carteira imobiliária parcialmente, a cada ano, observando as normas vigentes.

A receita de aluguéis é registrada no resultado do exercício em rubrica própria do programa de investimentos.

3.4. Operações com Participantes

Os empréstimos e financiamentos concedidos a participantes estão apresentados pelo valor do principal acrescido dos rendimentos até a data do balanço. A remuneração referente a juros e correção monetária está registrada na rubrica receita de operações com participantes, atendendo ao previsto na legislação vigente, Resoluções CMN nº 3.456, de 1/6/2007, até a data de 28/9/2009 e, a partir daí, nº 3.792, de 24/9/2009.

3.5. Ativo Permanente

O ativo imobilizado está representado por móveis e utensílios, máquinas e equipamentos, computadores e periféricos, sistema de telefonia e outras imobilizações. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas previstas pela legislação vigente. O valor da depreciação é registrado no resultado do exercício na rubrica de despesas, no programa administrativo.

O ativo diferido refere-se à aquisição de *software*, cuja taxa de amortização é de 20% a.a.

3.6. Exigível Atuarial – Provisões Matemáticas

As provisões matemáticas são fixadas por atuário externo, Serviços Técnicos de Estatística e Atuária Ltda. (STEA), contratado pela Fundação, observando o regime financeiro de capitalização. As provisões representam, na época da sua apuração, os compromissos futuros assumidos pela FAPES junto aos seus participantes ativos, nas provisões relativas a benefícios a conceder, e assistidos (participantes e beneficiários) nas relativas a benefícios concedidos.

3.7. Fundo Previdencial

O fundo previdencial é fixado por atuário externo, STEA, contratado pela Fundação, e representa a estimativa de compromissos futuros que a FAPES poderá assumir ante a expectativa de inscrição de novos participantes no plano de benefícios até dezembro de 2012, além do pagamento da gratificação especial em 2010 aos assistidos.

3.8. Custeio Administrativo

A FAPES conta com metodologia desenvolvida internamente, destinada à apuração do rateio do seu custeio administrativo departamental, considerando o método de apropriação de custos por atividade. Esses custos são registrados diretamente nas contas de despesas administrativas que são apropriados de acordo com sua natureza a cada programa depois de se proceder aos devidos rateios.

3.9. Transferência de Recursos entre Programas

O resultado líquido do programa de investimentos é transferido proporcionalmente ao programa previdencial, aos fundos do programa de investimentos referentes ao segmento de operações com participantes e ao fundo do programa administrativo.

3.10. Receitas e Despesas

As receitas e as despesas são reconhecidas e registradas segundo o regime contábil de competência de exercícios.

4. Programa previdencial

	2009	2008
Contribuições contratadas	676.163	658.663
Outros recursos à receber	-	390.911
Outros valores à realizar	712	2.574
TOTAL	<u>676.875</u>	<u>1.052.148</u>

As contribuições contratadas referem-se a contratos de confissão de dívida celebrados com os patrocinadores, com prazo fixo de amortização realizada por meio de pagamentos mensais calculados pelo sistema price, totalizando 13 parcelas a cada ano. Os juros incidentes para os contratos celebrados em 2002, correspondem a 7,0139% a.a., sendo 6% referente à taxa atuarial e 1,0139% referente à taxa de custeio administrativo. Já para os contratos celebrados em 2004 e aditados em 2008, os juros incidentes correspondem à taxa de 6% a.a, enquanto a sobrecarga administrativa representa 1/9 de cada parcela. Para todos os contratos, a atualização monetária, cujo índice corresponde ao reajuste salarial determinado por acordo coletivo de trabalho, deve ser aplicada nas mesmas épocas e proporções em que este for concedido.

O valor registrado em outros recursos a receber, no montante de R\$390.911, em dezembro de 2008, referia-se à provisão realizada pelo BNDES, no mesmo valor, em função das alterações efetuadas no Plano Estratégico de Cargos e Salários – PECS por força dos acordos coletivos de trabalho de 2005 e 2007, que acarretaram na majoração dos benefícios desse grupamento. Sua contrapartida foi registrada em recursos futuros, no passivo exigível operacional. Tal provisão foi aprovada através da Decisão de Diretoria nº 1150/2008 do BNDES. Posteriormente, este valor foi redimensionado com base nas premissas adotadas na última avaliação atuarial, considerando, ainda, as alterações efetuadas por conta do acordo coletivo de trabalho de 2008, para R\$395.262, calculados para março de 2009. Em 15/06/2009, o BNDES efetuou o pagamento deste montante à vista e a FAPES efetuou o devido registro na receita previdencial.

Composição das contribuições contratadas por devedor:

	2009	2008
BNDES	519.789	505.903
BNDESPAR	115.327	112.651
FINAME	<u>41.047</u>	<u>40.109</u>
TOTAL	<u>676.163</u>	<u>658.663</u>

As contribuições contratadas serão recebidas da seguinte forma:

VALORES A RECEBER	COMPETÊNCIA	2009
No primeiro ano	Janeiro/2010 a dezembro/2010	72.461
No segundo ano	Janeiro/2011 a dezembro/2011	77.171
No terceiro ano	Janeiro/2012 a dezembro/2012	82.187
No quarto ano	Janeiro/2013 a dezembro/2013	87.530
No quinto ano	Janeiro/2014 a dezembro/2014	93.220
Após cinco anos	(com último vencimento em 2032)	<u>263.594</u>
TOTAL		<u>676.163</u>

	BNDES	BNDESPAR	FINAME	TOTAL
Contratos de 2002 (a)				
Saldo em dezembro de 2008	385.021	79.113	27.928	492.062
(+) Juros e atualizações monetárias	24.351	4.993	1.769	31.113
(-) Prestações recebidas	<u>(8.003)</u>	<u>(1.633)</u>	<u>(583)</u>	<u>(10.219)</u>
Saldo em dezembro de 2009	<u>401.369</u>	<u>82.473</u>	<u>29.114</u>	<u>512.956</u>
Contratos de 2004 (b)				
Saldo em dezembro de 2008	120.882	33.538	12.181	166.601
(+) Juros e atualizações monetárias	7.328	2.032	677	10.037
(-) Prestações recebidas	<u>(9.790)</u>	<u>(2.716)</u>	<u>(925)</u>	<u>(13.431)</u>
Saldo em dezembro de 2009	<u>118.420</u>	<u>32.854</u>	<u>11.933</u>	<u>163.207</u>
TOTAL GERAL	<u>519.789</u>	<u>115.327</u>	<u>41.047</u>	<u>676.163</u>

(a) Refere-se ao acordo entre as empresas do Sistema BNDES e seus empregados, envolvendo o reconhecimento da alteração da jornada de trabalho, em face da Lei nº 10.556, de 13/11/2002, que resultou no acréscimo de 16,67% nos salários-de-participação dos participantes, e impactou diretamente nas provisões matemáticas do plano de benefícios. Para cobertura do acréscimo provocado naquelas provisões, no exercício de 2002, foram firmados contratos que preveem a amortização da dívida em 390 parcelas. O pagamento teve início em janeiro de 2003.

(b) Refere-se à conversão dos valores das provisões matemáticas a constituir (de acordo com a solicitação do Sistema BNDES e em atendimento à recomendação do Banco Central do Brasil - BACEN), que vinham sendo amortizadas mensalmente desde novembro de 1998, por meio de contribuições extraordinárias, em dívida reconhecida pelos patrocinadores, a vencer em novembro de 2018. O pagamento da primeira parcela foi efetuado em dezembro de 2004. Em agosto de 2008 foram celebrados instrumentos particulares de rratificação e aditamento a esses contratos, que sanaram pendências existentes desde as celebrações originais em novembro de 2004.

5. Programa de investimentos

	2009	2008
Renda fixa	3.956.308	3.086.937
Aplicações em instituições financeiras	3.956.308	3.086.937
Quotas de fundos de investimentos	3.956.308	3.086.937
Renda variável	1.652.114	1.140.274
Mercado de ações (carteira própria)	20.199	26.557
Fundo de investimentos – quotas de fundo de ações	1.631.915	1.113.717
Investimentos imobiliários	404.561	354.074
Em construção	13.242	9.364
Edificações	231.865	182.454
Para uso próprio	15.765	10.424
Locadas a patrocinadores	13.854	14.239
Locadas a terceiros	202.246	157.791
Participações	155.265	157.628
Shopping centers	155.265	157.628
Direitos em alienações de investimentos imobiliários	4.189	4.628
Alienação de imóveis	4.189	4.628
Operações com participantes	275.356	253.097
Empréstimos	132.846	122.217
Financiamentos imobiliários	142.510	130.880
TOTAL	6.288.339	4.834.382

Renda Fixa e Renda Variável

Os ativos mobiliários da FAPES estão contabilizados nos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, segundo as normas emanadas da SPC.

A Renda Fixa encerrou o ano de 2009 integralmente aplicada no fundo FPFQ ÁGUA FIC de FIM PREV (Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado Previdenciário) de gestão FAPES, contabilizado pelo seu valor de cota. A carteira desse fundo é composta pelos fundos exclusivos de Renda Fixa de gestão FAPES, FPRF1 BEM-TE-VI FIM PREV e FPRF2 ALBATROZ FIM PREV e pelo fundo de investimento de gestão terceirizada, FPRF GAP FALCÃO FIM PREV.

A Renda Variável é composta pela Carteira Própria no mercado à vista, pelos fundos exclusivos de gestão FAPES, FPRV1 SABIÁ FIM PREV e FPRV2 ANDORINHA FIM; por fundos exclusivos de gestão terceirizada, FPRV SCH TIÊ FIA PREV, FPRV DYN UIAPURU FIA PREV, FPRV QUEST GAIVOTA FIA e FPRV CREDIT SUISSE CANARIO FIA; e pelos fundos terceirizados não exclusivos de *Private Equity*, FIP - Brascan Petróleo, Gás e Energia, FMIEE - Empreendedor Brasil, FIP - Capital Mezanino, FIP - CRP VI Venture, FIF - Brasil Energia, FIP - Brasil Governança Corporativa, FIP - Energia PCH, FIP - Governança e Gestão, FIP Coliseu, FMI - MVP Tech Fund, FIA - Patrimônio Brasil *Private Equity*, FMI - Rio Bravo Investch II e FMIEE - Stratus GC.

Todos os fundos são contabilizados pelos respectivos valores de cotas.

Demonstramos, a seguir, quadro-resumo contendo as posições de todos os investimentos existentes na carteira, bem como o resultado produzido por cada um nesse exercício:

	VALOR DE MERCADO		RESULTADO
	31/12/2009	31/12/2008	EM 2009
Renda Fixa	3.956.308	3.086.937	523.052
FPFQ ÂGUIA FIC FIM PREV	3.956.308	3.086.937	523.729
Transferência de rendimento para o PAS	-	-	(677)
Renda Variável	1.652.114	1.140.274	616.908
FPRV1 SABIÁ FIM PREV	1.002.805	840.562	480.137
FPRV SCH TIÊ FIA PREV	125.486	71.715	53.771
FPRV DYN UIRAPURU FIA PREV	122.133	65.701	56.432
FPRV2 ANDORINHA FIM	164.986	48.408	21.639
FPRV QUEST GAIVOTA FIA	31.399	-	1.399
FPRV CREDIT SUISSE CANÁRIO FIA	51.360	-	1.360
FIP Coliseu	26.020	-	520
FIP - Brascan Petróleo, Gás e Energia	2.094	1.705	(14)
FMIEE - Empreendedor Brasil	7.283	11.184	(4.277)
FIP - Capital Mezanino	8.135	5.607	563
FIP - CRP VI Venture	7.040	2.798	(164)
FIF - Brasil Energia	30.821	19.638	1.012
FIP - Brasil Governança Corporativa	1.368	1.478	(110)
FIP - Energia PCH	34.675	26.272	49
FIP - Governança e Gestão	12.943	9.658	3.109
FMI - MVP Tech Fund	999	1.021	(22)
FIA - Patrimônio Brasil <i>Private Equity</i>	86	5.947	(4.024)
FMI - Rio Bravo Investch II	1.353	1.186	47
FMIEE - Stratus GC	929	837	140
Carteira Própria	20.199	26.557	5.341
TOTAL GERAL	5.608.422	4.227.211	1.139.960

Demonstrativo dos investimentos:

TIPO/ NATUREZA	FAIXA DE VENCIMENTO	2009		2008	
		VALOR CONTÁBIL ATUALIZADO	VALOR DE MERCADO	VALOR CONTÁBIL ATUALIZADO	VALOR DE MERCADO
Títulos para negociação		5.608.422	5.608.422	4.227.211	4.227.211
Fundos de investimento					
Renda fixa	Sem vencto.	3.956.308	3.956.308	3.086.937	3.086.937
Renda variável	Sem vencto.	1.631.915	1.631.915	1.113.717	1.113.717
Mercado de ações à vista	Sem vencto.	20.199	20.199	26.557	26.557
TOTAL		5.608.422	5.608.422	4.227.211	4.227.211

Investimentos Imobiliários

Em fevereiro de 2008, a FAPES procedeu à alienação do 12º andar da rua da Candelária nº 60. O imóvel foi vendido ao Opportunity Fundo de Investimento Imobiliário, por R\$1.300, pagos no ato da outorga da escritura pública definitiva de compra e venda.

Em agosto de 2008, a FAPES adquiriu os imóveis situados na av. República do Chile, 230 – salas 801 e 901, Rio de Janeiro, por R\$9.500. Antes da aquisição, a FAPES já ocupava os imóveis na qualidade de locatária. Exercendo o seu direito de preferência para a compra, estes passaram a integrar o grupo uso próprio, no ativo.

Em maio de 2009, a FAPES rescindiu o contrato de aluguel com a empresa Atento Brasil, referente ao imóvel situado na av. República do Chile 230, 5º andar, Rio de Janeiro, e passou a ocupá-lo para o funcionamento de suas próprias atividades. Portanto, os saldos registrados no grupo locados a terceiros, no ativo, relativos a este imóvel, foram transferidos para o grupo uso próprio, para adequação da classificação contábil, em consonância com as normas vigentes.

Com relação ao processo de reavaliação da carteira, o escopo em 2009 foi mais abrangente que o adotado em exercícios anteriores, buscando-se maior aderência do valor contábil ao valor de mercado. A reavaliação alcançou todos os imóveis da FAPES, à exceção dos shoppings (Morumbi Shopping e Barra Shopping) e da maioria daqueles que possuem áreas de uso próprio (av. República do Chile 100 e av. República do Chile 230, 8º e 9º andares). Ou seja, 44% da carteira foi reavaliada, obtendo-se uma valorização deste bloco de 34%, correspondente a uma valorização total da carteira de 15%.

Os imóveis avaliados, bem como os avaliadores e as respectivas metodologias adotadas, estão relacionados no quadro a seguir.

IMÓVEL	AVALIADOR	METODOLOGIA
Escritórios RJ		
Rio Branco 53	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Glória 344	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Botafogo 440 – 5º	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Botafogo 440 – 21º	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
República do Chile 230 – 5º	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Afrânio de Melo Franco 135	Analítica Engenharia de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Flamengo 154 – 2º/12º/13º	Uniconsult Bolsa de Avaliações	Comparativo Direto Mercado
Escritórios SP		
CENESP 8 A	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado
CENESP 4 E	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado
CENESP 3 A	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado
CENESP 4 A	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado
Galpões SP		
Xingu 1076	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda
Tucunaré 299	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda
Xingu 850	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda
Tucunaré 720	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda
Aruanã 70	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda
Miguel Yunes 351	Adviser Consultores de Propriedade	Comparativo Direto Mercado e Renda

Os efeitos das reavaliações, cujos valores são apropriados diretamente ao resultado do exercício, foram:

	2009	2008
Locados a terceiros	50.394	30.268
Uso próprio	1.573	136
Locados à patrocinadores	-	2.481
Shopping Center	-	205
TOTAL	<u>51.967</u>	<u>33.090</u>

Operações com Participantes

Os participantes do Plano Básico de Benefícios da FAPES tem acesso a dois programas de empréstimos, denominados PLUS e MAXI, e a outros dois de financiamentos imobiliários: LAR e LAR+. O prazo máximo de quitação dos contratos varia entre 60 e 240 meses.

Os saldos são atualizados pelo índice de reajuste salarial determinado por acordo coletivo de trabalho e as taxas de juros incidentes são 8,5%, nos saldos relativos ao programa PLUS, e

7,2% nos demais. Já para os contratos cujos mutuários perdem a condição de participantes do Plano, a taxa de juros é majorada para 12%, independentemente do programa contratado.

A carteira de operações com participantes, em dezembro de 2009, contava com 2.599 contratos no total, sendo 1.672 relativos aos empréstimos e 927 aos financiamentos imobiliários.

6. Exigível operacional

	2009	2008
Programa previdencial		
Utilizações à pagar	78	88
Recursos futuros (nota 4)	-	390.911
Outras exigibilidades (imposto de renda – fonte)	<u>15.081</u>	<u>9.939</u>
Subtotal	<u>15.159</u>	<u>400.938</u>
Programa administrativo		
Despesas a pagar	7.744	4.316
Outras exigibilidades	<u>1.373</u>	<u>4.436</u>
Subtotal	<u>9.117</u>	<u>8.752</u>
Programa de investimentos		
Investimentos imobiliários	2.491	2.544
Operações com participantes	<u>29</u>	<u>34</u>
Subtotal	<u>2.520</u>	<u>2.578</u>
TOTAL	<u>26.796</u>	<u>412.268</u>

7. Exigível contingencial

	2009	2008
Provisão para PIS e COFINS	3.456	536
(-) Depósito Judicial	(3.070)	(456)
Provisão para honorários de êxito	<u>995</u>	<u>847</u>
Total programa administrativo	1.381	927
TOTAL	<u>1.381</u>	<u>927</u>

Não há valores a provisionar referentes a outros processos considerados como de perdas prováveis, bem como de perdas remotas que gerem honorários de êxito.

Os processos de perdas possíveis são no montante de R\$114.353 (R\$55.516 em 2008) e não foram registrados no passivo, de acordo com as normas contábeis.

Os itens específicos registrados no exigível contingencial estão relacionados a seguir:

7.1. Programa Administrativo

Em outubro de 2006, a FAPES ingressou com a ação judicial nº 2006.51.01.020471-4 em face da União Federal, requerendo o reconhecimento da inconstitucionalidade da Lei 9.718/98, em seu artigo 3º e parágrafo primeiro, desobrigando-a, dessa forma, de efetuar qualquer pagamento a título de PIS e COFINS. A partir daí, passou a depositar judicialmente esses recolhimentos. Foi constituída provisão contábil para esses valores, os quais são retificados pelos depósitos correspondentes, que somam, respectivamente, R\$54 e R\$332 em 31 de dezembro de 2009 (R\$11 e R\$69 em 2008).

Em função da classificação de perda atribuída aos processos em que a FAPES é parte e, ainda, levando-se em consideração os contratos com escritórios terceirizados de advocacia segundo os quais há previsão de honorários de êxito, foram constituídas provisões para tal conforme orientação do Departamento Jurídico (DEJUR). Em dezembro de 2009 esse montante totaliza R\$995 (R\$847 em 2008).

8. Exigível Atuarial e Reservas

8.1. Movimentação das Provisões Matemáticas

CONSTITUIÇÕES	PROVISÕES MATEMÁTICAS		
	BENEFÍCIOS CONCEDIDOS	BENEFÍCIOS A CONCEDER	TOTAL
No exercício de 2008	901.908	(533.182)	368.726
No exercício de 2009	454.912	208.555	663.467

A variação anterior é decorrente dos impactos de movimentação da massa de participantes, influência dos juros mensais, do reajuste salarial real e da expectativa de futuro reajuste, além de alterações cadastrais no período de outubro de 2008 a setembro de 2009.

8.2. Composição das Provisões Matemáticas e Saldo

	2009	2008
Provisões matemáticas de benefícios concedidos	<u>3.593.899</u>	<u>3.138.986</u>
Benefícios do plano	3.796.942	3.315.666
Contribuições da patrocinadora sobre o benefício	(203.043)	(176.680)
Provisões matemáticas de benefícios a conceder	<u>2.570.005</u>	<u>2.361.451</u>
Benefícios do plano com geração atual	3.370.473	3.027.971
Contrib. da patrocinadora s/benefícios da geração atual	(170.691)	(158.426)
Outras contribuições geração atual	(629.777)	(508.094)
Total das provisões matemáticas	<u>6.163.904</u>	<u>5.500.437</u>

Provisão matemática de benefícios concedidos – é a diferença, em determinada data, entre os valores atuais dos futuros compromissos da entidade em relação a seus atuais participantes assistidos e beneficiários assistidos, e das futuras contribuições destinadas ao custeio dos benefícios previdenciais a eles referentes, que os próprios e/ou o respectivo patrocinador deverão recolher à Entidade.

Provisão matemática de benefícios a conceder – é a diferença, em determinada data, entre os valores atuais dos compromissos futuros da Entidade em relação a seus participantes, exceto assistidos, e das futuras contribuições destinadas ao custeio dos benefícios previdenciais referentes a tais participantes, que os próprios e/ou o respectivo patrocinador irão recolher à Entidade.

Os impactos referentes às alterações verificadas no Plano Estratégico de Cargos e Salários (PECS) decorrentes da aplicação das cláusulas 8ª, 11 e inciso II da cláusula 2ª dos Acordos Coletivos de Trabalho de 2005, 2007 e 2008, respectivamente, firmados entre o Sistema BNDES e seus empregados, já incorporados às provisões matemáticas em 2008, foram devidamente equacionados através do aporte de R\$ 395.262 em 15/6/2009.

A partir de 1/9/2009, ocorreu, por força da Decisão de Diretoria nº 851/2009 do BNDES, aumento imediato nos salários de participação dos participantes vinculados ao Plano Uniforme de Cargos e Salários (PUCS), cuja classe/posição salarial inicial como técnico fosse inferior à A2-04. Os impactos decorrentes da referida decisão já foram incorporados às provisões matemáticas.

Demonstramos a seguir as hipóteses admitidas nos estudos para comparação nos períodos abrangidos:

	2009	2008
Taxa atuarial	6,00%	6,00%
Taxa de desconto financeiro	6,00%	6,00%
Rendimento de longo prazo dos ativos	6,00% +% Reajuste Salarial	6,00% +% Reajuste Salarial
Crescimento real de salário ao ano	2,9546% (técnicos)	2,9546% (técnicos)
Crescimento real do maior salário de benefício do INSS	0,00%	0,00
Crescimento anual real dos benefícios do plano	0,00%	0,00%
Fator de determinação do valor real ao longo do tempo:		
Dos salários	1,000000	1,000000
Dos benefícios da entidade	0,973954	0,973954
Hipótese sobre gerações futuras	Nula	
Hipótese sobre rotatividade	Nula	
Tábua de mortalidade geral	AAT-2000	AAT-2000

Todas as premissas atuariais de 2008 foram mantidas na avaliação atuarial de 2009.

8.3. Superávit (Déficit) técnico

Refere-se ao excesso (ou à insuficiência) patrimonial em relação às provisões matemáticas.

Em dezembro de 2009, a Entidade registrou superávit técnico acumulado de R\$610.682, equivalente a 9,74% da soma de suas provisões matemáticas e fundo previdencial, enquanto no mesmo período de 2008, foi registrado déficit técnico acumulado de R\$ 139.584.

O quadro a seguir demonstra a composição do resultado acumulado da Entidade:

	2009	2008
Resultado acumulado no início do exercício	(139.584)	425.452
Créditos	1.839.410	194.373
Recursos coletados	597.031	194.249
Contribuições previdenciais correntes	115.316	95.530
Remuneração das contribuições em atraso	3	2
Contribuições contratadas com patrocinadores	480.921	98.667
Portabilidade	534	50
Outros recursos coletados	257	-
Recursos oriundos do programa administrativo	-	124
Resultados dos investimentos previdenciais	1.242.379	-
Débitos	(1.088.964)	(759.409)
Recursos utilizados	(371.701)	(273.642)
Benefícios de renda continuada	(370.649)	(272.906)
Benefícios de pagamento único	(1.051)	(720)
Portabilidade	-	(16)
Outros recursos utilizados	1	-
Resultados dos investimentos previdenciais	-	(183.486)
Custeio administrativo	(59.703)	(6.729)
Constituições de provisões atuariais	(663.467)	(368.726)
Atualização cadastral	(663.467)	(741.550)
Novos entrados	(95.136)	(97.429)
Provisionamento de índice e juros	(361.466)	(222.062)
Crescimento salarial acima do esperado	(113.874)	(32.404)
Alterações cadastrais e resíduos	(92.991)	(389.655)
Ajuste nas premissas	-	372.824
Redução da taxa anual de juros	-	324.667
Outros - resíduos conjugação premissas	-	48.157
Constituições/reversões de fundos	5.907	73.174
Resultado do exercício	750.446	(565.036)
Resultado acumulado no fim do exercício	610.862	(139.584)

9. Fundos

SALDO	PREVIDENCIAL	ADMINISTRATIVO	INVESTIMENTOS	TOTAL
Dezembro de 2008	111.696	2.119	4.059	117.874
Dezembro de 2009	105.789	54.238	6.322	166.349

Fundo previdencial – destinado à cobertura de oscilação de risco, foi criado em 2004 com a finalidade de suportar parcialmente o ônus causado pelo ingresso de novos participantes no exercício seguinte. Entretanto, em razão da renovação do quadro de funcionários prevista

por conta do programa de desligamento planejado, conforme a cláusula 18 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007, foi redimensionado admitindo o ingresso esperado de novos participantes até 2012, a partir das características observadas na massa beneficiária. Na reavaliação de 2009, foi adotado o mesmo procedimento, sendo que, decorridos dois anos após o seu dimensionamento inicial, parte da expectativa de novos entrados já se realizou, gerando o valor contabilizado em dezembro de 2009. Para o seu dimensionamento, além da expectativa de novos ingressos, foi admitido o pagamento da gratificação especial em 2010 aos assistidos.

Fundo administrativo – em dezembro de 2008 correspondia ao fundo mínimo exigido pela legislação vigente. A partir de janeiro de 2009, conforme Decisão de Diretoria nº 208/2008, o fundo passou a ser incrementado pelo excedente da sobrecarga administrativa, adicionado ao valor da receita do programa administrativo. A variação ocorrida no saldo do referido fundo, apresentada no quadro acima, decorre desta mudança de critério.

Fundos de investimentos – destinados a acumular recursos para quitar empréstimos e financiamentos concedidos a participantes, em caso de falecimento e inadimplência destes.

10. Administração do PAS – Programa de Assistência e Saúde – Dos Patrocinadores

Corresponde aos programas de assistência médica e de medicina ocupacional instituídos pelos patrocinadores BNDES, BNDESPAR e FINAME, administrados pela FAPES, sendo providos por dotações orçamentárias previamente acordadas com estes, não envolvendo recursos próprios da Fundação, conforme convênio celebrado em 15/10/2007 em atendimento à Resolução Normativa nº 137, de 14/11/2006, da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).

A partir do exercício de 2002, em razão das novas regras previstas no plano de contas padrão instituído pela Resolução CGPC nº 5, de 30/1/2002, que incorporou as determinações da Lei Complementar nº 109, de 29/5/2001, as contas do referido programa foram reclassificadas, passando a integrar o exigível administrativo da Fundação.

11. Custeio Administrativo

Em dezembro de 2009, em função da decisão da diretoria da FAPES de constituir, a partir de janeiro, fundo administrativo acima das bases mínimas, o custeio administrativo do programa previdencial representa 10% do total das receitas previdenciais do período, conforme plano de custeio da Entidade, somando R\$59.703. O novo critério de constituição de fundo administrativo prevê a utilização de toda a sobra existente, em vez de sua devolução ao programa previdencial, conforme critério vigente até dezembro de 2008. Neste período,

o referido custeio se dava em função das despesas efetivamente realizadas e por isso seu percentual em relação ao total das receitas previdenciais foi de 3,46%, somando R\$6.729.

O custeio administrativo do programa de investimentos, que é totalmente absorvido pelos rendimentos auferidos, somou, no período, R\$26.990 contra R\$28.152 em dezembro de 2008.

12. Outras Contas

Atendendo ao disposto nas normas vigentes, apresentamos os seguintes esclarecimentos quanto aos saldos existentes nas rubricas com denominação “outras”:

- Ativo realizável – Programa administrativo – Outros realizáveis - estão registrados os valores administrativos a receber do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) por meio de precatório, os valores a recuperar de PIS e COFINS junto à Secretaria da Receita Federal (SRF) e outros valores de baixa relevância relativos à administração da Fundação.
- Passivo exigível operacional – Programa previdencial – Outras exigibilidades - estão registrados os valores a pagar decorrentes de retenção a favor de terceiros efetuada na folha de pagamentos de benefícios e outros valores de baixa relevância.
- Passivo exigível operacional – Programa administrativo – Outras exigibilidades - estão registrados nessa rubrica os valores das diversas operações da rotina administrativa da Fundação e, principalmente, os recursos repassados pelos patrocinadores, para custear os adiantamentos efetuados por conta do Convênio com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), do qual a Fundação é interveniente, e de outros programas administrados por conta destes, em especial o Programa de Assistência e Saúde (PAS).
- Programa previdencial – Recursos coletados – Outras contratações com patrocinadores - estão registrados os valores dos rendimentos, auferidos no período, provenientes das operações referentes aos contratos de confissão de dívida celebrados entre a Fundação e seus patrocinadores, conforme descrito na Nota 4.

13. Eventos subsequentes

13.1. Resolução CGPC nº 28, de 26/1/2009

Esta resolução dispõe sobre os novos procedimentos contábeis a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência privada a partir de 1/1/2010, alterando significativamente estas rotinas dentro da FAPES, inclusive quanto à apresentação de novos demonstrativos oficiais.

Destaca-se a obrigatoriedade da contabilidade ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial de cada plano administrado, de forma a identificar, separadamente, os planos de benefício previdencial e assistencial, além do plano de gestão administrativa (PGA), assegurando um conjunto de informações consistentes e transparentes.

13.2. Resolução CGPC nº 29, de 31/8/2009

Esta resolução dispõe sobre critérios e limites para o custeio das despesas administrativas das entidades fechadas de previdência complementar a partir de 1/1/2010.

Embora a FAPES não tenha necessidade de alterar seus procedimentos, em função de sua habitual aderência aos limites legais estabelecidos, abre-se a possibilidade de uma administração mais efetiva do seu custeio administrativo.

13.3. Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC

A Lei nº 12.154, de 23/12/2009, cria a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, autarquia de natureza especial, dotada de autonomia administrativa e financeira, além de patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Previdência Social.

Sua função será atuar como entidade de fiscalização e supervisão das atividades das entidades fechadas de previdência complementar, além de executar políticas para o regime de previdência complementar do país.

Para que a PREVIC possua a referida autonomia financeira, foi instituída a TAFIC (taxa de fiscalização e controle), cujos contribuintes são todas as entidades fechadas de previdência complementar.

A TAFIC será paga quadrimestralmente e seu valor calculado em função do montante de recursos garantidores por cada plano de benefícios administrado. Considerando o montante registrado pela FAPES no encerramento do exercício de 2009, o valor devido por quadrimestre será de R\$200.

SEBASTIÃO JOSÉ MARTINS SOARES
Diretor Superintendente
CPF 008.240.467-49

RICARDO WEISS
Diretor de Finanças
CPF 231.220.567-04

MARIZA GIANNINI
Diretora de Seguridade
CPF 369.975.607-68

ALMIR VIANNA LOBIANCO
Contador
CRC-RJ 079935/O-3

9.3 PARECER ATUARIAL

Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2010.

STEA:- 82/2010/051

Ilmo. Sr.

Dr. Sebastião José Martins Soares

M.D. Diretor Superintendente da FAPES

Ref:- Parecer Atuarial sobre o Balanço de 31/12/2009

Prezado Senhor,

O Balanço Atuarial do PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS - 19.790.015-29, administrado pela Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES, apresentou superávit.

2: Nas Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, avaliadas em R\$ 3.593.899 mil, foram considerados os valores atuais dos seguintes fluxos, em R\$ mil:

2.1: Encargos dos Benefícios Concedidos.....	R\$	3.796.942
2.2: Contribuições Patronais sobre os Benefícios Concedidos.....	R\$	(203.043)
2.3: Outras Contribuições sobre a Geração Atual	R\$	(0)
2.4: Outras Contribuições sobre as Gerações Futuras	R\$	(0)

3: Nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder, avaliadas em R\$ 2.570.005 mil, pelo método recorrente, foram admitidos os valores atuais relacionados abaixo, em R\$ mil:

3.1: Encargos dos Benefícios a Conceder:

3.1.1: Geração Atual	R\$	3.370.473
3.1.2: Gerações Futuras	R\$	0

3.2: Contribuições:

3.2.1: Geração Atual	R\$	(170.691)
3.2.2: Benefícios Futuros da Geração Atual.....	R\$	(629.777)
3.2.3: Gerações Futuras	R\$	(0)
3.2.4: Benefícios Futuros das Gerações Futuras	R\$	(0)

4: Para maior garantia dos compromissos, foram registrados os fundos, em R\$ mil:

4.1: Programa Previdencial.....	R\$ 105.788
4.2: Programa Assistencial	R\$ 0
4.3: Programa Administrativo.....	R\$ 54.238
4.4: Programa de Investimentos.....	R\$ 6.322

5: Os valores das provisões matemáticas foram avaliados com base nos levantamentos de setembro/2009, a partir das seguintes hipóteses atuariais:

5.1: Manutenção das taxas contributivas para os ativos e assistidos fixadas no plano de custeio aprovado pela administração da entidade e da paridade contributiva para os patrocinadores.

5.2: Taxa real de juros: 6,0%.

5.3: Projeção de crescimento real de salário: 2,9546% a.a., para os técnicos, e 2,4426% a.a., para o grupamento de apoio, ambos até a idade da aposentadoria.

5.4: Projeção de crescimento real do maior salário de benefícios do INSS: NULA.

5.5: Projeção de crescimento real do benefício do plano: NULA.

5.6: Fator de determinação do valor real ao longo do tempo - Expressa o ganho atuarial, ao longo do tempo, decorrente da perda de massa salarial, de benefícios da entidade e de benefícios do INSS, por força da política de reajuste anual sob um ambiente de inflação mensal.

5.6.1: Dos Salários: 1,00;

5.6.2: Dos Benefícios da entidade: 0,973954;

5.6.3: Dos Benefícios do INSS: 1,00.

5.7: Gerações futuras de novos entrados: NULA.

5.8: Rotatividade: NULA.

5.9: Tábua de mortalidade de válidos: AT-2000 segregada por sexo.

5.10: Tábua de mortalidade de inválidos: Experiência STEA-2004 (AT-49 agravada em 100%).

5.11: Tábua de entrada em invalidez: Álvaro Vindas.

5.12: Hipótese sobre a composição familiar de pensionistas:

5.12.1: Encargo Médio de Herdeiros - Expressa a probabilidade do participante estar casado e o espectro atuarial dos beneficiários dos participantes: quantidade, idade e sexo.

5.13: Registramos ainda que nossas análises atestaram os cadastros utilizados como sendo de boa qualidade e adequados aos estudos atuariais.

6: Cumpre-nos salientar que, com base no estudo de aderência realizado em 2009, foi considerada viável a manutenção das tábuas AT-2000, Álvaro Vindas e AT-49 agravada em 100%, para a realização da avaliação atuarial de 2009.

7: Na presente avaliação, admite-se a aplicação da premissa de crescimento real anual de salários, até a idade esperada para entrada em aposentadoria, fundamentada em estudos estatísticos, consoante determina a Resolução CGPC nº 18, de 28/03/2006.

8: O Fundo Previdencial, cuja destinação é dar cobertura às oscilações de risco do plano, foi criado originalmente em 2004, com a finalidade de suportar, parcialmente, o ônus causado pelo ingresso de novos participantes inscritos no plano, ante a contratação de novos empregados pelos patrocinadores.

8.1: Assim, o referido fundo, avaliado em R\$ 105.788.470,00 em 31/12/2009, a partir de cálculos atuariais, formulados com base no perfil dos empregados contratados pelo patrocinador BNDES nos últimos 3 anos, contempla, atualmente, a estimativa de compromissos futuros que a FAPES poderá assumir ante a inscrição de novos participantes no plano de benefícios até dezembro de 2012 - devido à Cláusula 18 do Acordo Coletivo de Trabalho de 2007, que instituiu o Programa de Desligamento Planejado para Renovação do Quadro -, além de montante destinado ao pagamento de uma gratificação especial aos assistidos do plano no exercício de 2010.

9: As obrigações indicadas retro estão integralmente cobertas pelo Patrimônio Líquido do plano, no valor de R\$ 6.774.766 mil, gerando ainda uma sobra de R\$ 610.862 mil, configurando-se, assim, um superávit técnico que representa cerca de 9,91% do valor das Provisões Matemáticas.

9.1: Como o superávit supra referido encontra-se abaixo do limite de 25% das Reservas Matemáticas do plano, foi devidamente registrado como Reserva de Contingência (Lei Complementar 109/2001, art. 20) para compensar desvios das hipóteses atuariais eventualmente desfavoráveis ao equilíbrio econômico-financeiro do plano.

9.2: Com base em tais fatos, podemos concluir que em 31/12/2009 o Plano Básico de Benefícios da FAPES encontra-se em superávit financeiro-atuarial no valor de R\$ 610.862 mil.

Sendo o que, no momento, se nos oferece, renovamos a V.Sa. protestos de estima e consideração.

Sandra Régia M. de Menezes
MIBA 1212

Antonio Carlos Pereira Cabral
CONRE 6.628
MIBA 1119

Julieta Daiub
Administradora Geral
Serv. Téc. de Estatística e Atuária STEA Ltda.
CIBA.Nº 01

9.4 Parecer dos Auditores Independentes

Aos Administradores e Membros Participantes da FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES Rio de Janeiro – RJ

1. Examinamos os balanços patrimoniais da FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES levantados em 31 de dezembro de 2009 e 2008 e as respectivas demonstrações do resultado e dos fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações, o sistema contábil e de controles internos da Fundação; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Fundação, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimoniais e financeiras da FAPES - Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES em 31 de dezembro de 2009 e 2008, os resultados de suas operações e os seus fluxos financeiros correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Marcelo Cavalcanti Almeida
Contador
CRC 1RJ 036.206/O-5

9.5 Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES, através do exame das Demonstrações Contábeis compreendendo o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado e a Demonstração do Fluxo Financeiro, assim como as Notas Explicativas, relativos ao exercício findo em 31.12.2009, e considerando parecer dos Auditores Independentes Deloitte Touche Tohmatsu e do Atuário Externo STEA – Serviços Técnicos de Estatística e Atuária LTDA, verificaram que os documentos mencionados refletem a situação econômica e financeira da Fundação.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2010.

Antonio Miguel Fernandes
Conselheiro Presidente

José Paulo Cosenza
Conselheiro

Orlando Zeferino de Oliveira
Conselheiro

Patrícia Barros Ramos
Conselheira

9.6 Resolução do Conselho Fiscal

RESOLUÇÃO CF-01/2010-FAPES

EM: 17.03.2010

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis da FAPES
Exercício 2009

REFERÊNCIA: Inciso II do Art. 15 do Estatuto

O Conselho Fiscal da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do Art. 15 do Estatuto, por unanimidade,

RESOLVE:

Artigo Único – Com base em parecer dos Auditores Independentes e do Atuário Externo, manifestar-se favoravelmente à aprovação das Demonstrações Contábeis da FAPES do exercício de 2009, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado e a Demonstração do Fluxo Financeiro, assim como as Notas Explicativas.

Antonio Miguel Fernandes
Presidente do Conselho Fiscal

9.7 Resolução do Conselho Deliberativo

RESOLUÇÃO CD-07/2010-FAPES

EM: 25.03.2010

ASSUNTO: Demonstrações Contábeis da FAPES
Exercício 2009

REFERÊNCIA: Artigo 10, Inciso XVI, do Estatuto

O Conselho Deliberativo da Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES - FAPES, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XVI do Artigo 10 do Estatuto, por unanimidade,

RESOLVE:

Artigo Único – Aprovar as Demonstrações Contábeis da FAPES relativas ao Exercício 2009 que compreendem o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Fluxo Financeiro, as respectivas Notas Explicativas e o Parecer Atuarial, acompanhadas dos pareceres técnicos dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal.

Aluysio Antonio da Motta Asti
Presidente do Conselho Deliberativo

OUTROS DEMONSTRATIVOS



10. OUTROS DEMONSTRATIVOS

10.1 Resumo da Política de Investimentos 2010

Relatório Resumo de Políticas de Investimento

Entidade: 391-FAPES

Plano de Benefícios: 1979001529 - PLANO BÁSICO DE BENEFÍCIOS

Exercício: 2010

Data de Geração: 08/01/2010 11:19:32



TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

PERÍODO DE REFERÊNCIA	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
01/2010 a 12/2010	Salário	6,00%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: ARE 13/2009

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2009

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO

SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
PLANO DE BENEFÍCIOS	Ricardo Weiss	231.220.567-04	DIRETOR DE FINANÇAS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENTA FIXA	0,00%	100,00%	51,30%
RENTA VARIÁVEL	0,00%	45,00%	33,30%
IMÓVEIS	0,00%	8,00%	5,60%
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTO	0,00%	8,00%	4,40%
INVESTIMENTOS ESTRUTURADOS	0,00%	20,00%	4,40%
INVESTIMENTOS NO EXTERIOR	0,00%	1,00%	1,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Sim

OBSERVAÇÕES

O cenário base da economia mundial considera uma retomada da atividade econômica lenta e gradual. Este crescimento deverá ser mais fraco nos países desenvolvidos e mais forte nos emergentes e poderá sofrer sobressaltos ao longo do processo de recuperação.

A economia brasileira apresentará um ritmo de crescimento bastante significativo em 2010. Esse cenário é compatível com uma inflação no centro da meta, mas com aumento da taxa SELIC pelo Banco Central.



TAXA MÍNIMA ATUARIAL / ÍNDICE DE REFERÊNCIA

INDEXADOR POR PLANO/SEGMENTO - PERÍODO DE REFERÊNCIA : 01/2010 A 12/2010				
PARTICIPAÇÃO	PLANO/SEGMENTO	PERCENTUAL INDEXADOR	INDEXADOR	TAXA DE JUROS
100,00%	RENTA FIXA	100,00%	SELIC	1,75%

DOCUMENTAÇÃO/RESPONSÁVEIS

Nº da Ata de Aprovação: ARE 13/2009

Data da Aprovação pelo Conselho Deliberativo: 18/12/2009

ADMINISTRADOR ESTATUTÁRIO TECNICAMENTE QUALIFICADO			
SEGMENTO	NOME	CPF	CARGO
RENTA FIXA	Ricardo Weiss	231.220.567-04	DIRETOR DE FINANÇAS

CONTROLE DE RISCOS

Risco de Mercado	Risco de Liquidez	Risco de Contraparte
Risco Legal	Risco Operacional	

ALOCÇÃO DOS RECURSOS

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

SEGMENTO	MÍNIMO	MÁXIMO	ALVO
RENTA FIXA	100,00%	100,00%	100,00%

Período de Referência: 01/2010 a 12/2010

Utiliza Derivativos? Não

OBSERVAÇÕES

Os recursos do PGA serão alocados exclusivamente no segmento de renda fixa e não serão utilizadas operações com derivativos.

Não estão incluídos no Índice de Referência os resultados observados nas parcelas do Fundo Administrativo relativas ao Ativo Permanente e ao Realizável Administrativo.

O Índice de Referência do PGA é de 10,7%, este índice é o resultado da SELIC média estimada para 2010 (8,8%) mais 1,75% ao ano.

10.2 Demonstrativo de Investimentos

QUADRO I – CARACTERIZAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	POSIÇÃO EM: DEZEMBRO DE 2009		
		QUANTIDADE	R\$	% APLICADO
CARTEIRA DE INVESTIMENTOS			R\$ 6.285.819.218,69	100,00
INVESTIMENTO EM RENDA FIXA			R\$ 3.956.308.180,91	62,94
CARTEIRA DE RENDA FIXA			R\$ 3.956.308.180,91	62,94
APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS			R\$ 3.956.308.180,91	62,94
QUOTAS FUNDOS DE INVESTIMENTO FINAN- CEIRO FAQ RENDA FIXA		797.848.015	R\$ 3.956.308.180,91	62,94
FUNDO ÁGUIA FIC DE FIM PREV - (GESTÃO FAPES)		797.848.015	R\$ 3.956.308.180,91	62,94
FUNDO BEM-TE-VI PREV - (GESTÃO FA- PES)		224.856.655	R\$ 556.973.810,02	8,86
FUNDOS DE INVESTIMENTO			R\$ 31.905.551,24	0,51
MELLON CASH ARX	FIF	3.251.815	R\$ 9.317.525,14	0,15
CREDPAR	FIDC	14.845	R\$ 14.964.561,84	0,24
CELESC I	FIDC	10	R\$ 7.623.464,26	0,12
CDB			R\$ 25.717.199,58	0,41
BANCO BIC	PRÉ	13.495.200	R\$ 12.822.603,50	0,20
BANCO SOFISA	PRÉ	13.586.591	R\$ 12.894.596,08	0,21
CDB				-
BANCO SANTOS	PÓS	1	R\$ 2.909.660,00	0,05
BANCO SANTOS (PROVISÃO PARA PERDAS)			(R\$ 2.909.660,00)	(0,05)
DEBENTURES			R\$ 105.847.498,72	1,68
AMBEV	CDI	4.000	R\$ 40.392.922,88	0,64
AMÉRICA LATINA LOGÍSTICA	CDI	2.000	R\$ 20.897.624,68	0,33
CIA E CONCESSÕES RODOVIÁRIAS	CDI	1.000	R\$ 5.124.209,86	0,08
LOCALIZA RENT A CAR	CDI	1.000	R\$ 9.941.182,63	0,16
LOJAS AMERICANAS	CDI	550	R\$ 3.932.943,60	0,06
PROCID PARTIC. E NEG. S/A	CDI	1	(R\$ 9.293.947,24)	(0,15)
PROCID PARTIC. E NEG. S/A (PROVISÃO PARA PERDAS)	CDI		R\$ 9.293.947,24	0,15
SANTHER	CDI	500	R\$ 5.192.768,80	0,08
TELEMAR PART SA	CDI	2.500	R\$ 20.365.846,27	0,32
DGPE PÓS			R\$ 47.816.747,62	0,76
BANCO BIC	CDI	15.000	R\$ 15.940.219,79	0,25
BANCO PINE	CDI	15.000	R\$ 15.941.116,96	0,25
BANCO BMG	CDI	15.000	R\$ 15.935.410,87	0,25
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE F (NTN-F)	PRÉ	356.000	R\$ 345.692.683,55	5,50
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOU- RARIA			(R\$ 5.870,69)	(0,00)
FUNDO ALBATROZ FIM PREV - (GESTÃO FAPES)		569.641.873	R\$ 3.247.899.404,59	51,67
FUNDOS APLICAÇÃO EM OUTROS			R\$ 3.594.492,55	0,06
RB HIGH INCOME INST	FIDC	370	R\$ 3.594.492,55	0,06
FUNDOS DE INVESTIMENTO			R\$ 27.984.416,22	0,45
MELLON CASH ARX	FIF	3.484.973	R\$ 9.985.599,71	0,16
USB PACTUAL EMISSÕES	FIDC	17.170.000	R\$ 17.998.816,51	0,29
CERTIFICAÇÃO DE CRÉDITO BANCÁRIO			R\$ 7.783.113,57	0,12
IRTH	IPC-A	1	R\$ 7.783.113,57	0,12

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	POSIÇÃO EM: DEZEMBRO DE 2009		
		QUANTIDADE	R\$	% APLICADO
CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS			R\$ 115.687.890,18	1,84
RIO BRAVO SECURITIZADORA	IGP-M	18	R\$ 3.407.677,75	0,05
WJT PIC SECURIT.	IGP-M	25	R\$ 7.585.651,36	0,12
ALTERE	IGP-M	14	R\$ 3.762.827,08	0,06
WJT NSBC	IGP-M	16	R\$ 4.896.872,56	0,08
AGORA SENIOR (CTVM)	IGP-M	31	R\$ 9.188.035,57	0,15
BI SECURITIZADORA	IGP-M	200	R\$ 86.846.825,86	1,38
DEBENTURES			R\$ 197.999.765,96	3,15
CERJ	IGP-M	2.500	R\$ 25.089.354,13	0,40
PETROBRAS	IGP-M	25.160	R\$ 46.117.361,44	0,73
BGPARG	IGP-M	6.000	R\$ 3.518.542,94	0,06
TRIUNFO PART. S.A	IGP-M	12.000	R\$ 18.763.593,10	0,30
AUTOBAN	IGP-M	4.900	R\$ 52.970.532,13	0,84
TRACTEBEL	IGP-M	572	R\$ 6.585.776,95	0,10
CEMIG	IGP-M	1.000	R\$ 14.544.996,76	0,23
DUKE ENERGY	IGP-M	1.500	R\$ 17.957.272,05	0,29
BR MALLS	IGP-M	1.000	R\$ 11.313.286,70	0,18
VALE DO RIO DOCE	IGP-M	368.923	R\$ 1.139.049,76	0,02
NOTAS DO TESOURO NACIONAL - SÉRIE B (NTN-B)	IPC-A	1.295.000	R\$ 2.349.746.133,64	37,38
CDB PÓS			R\$ 554.659.864,00	8,82
ABCB	IPC-A	5.000	R\$ 5.077.670,48	0,08
BANCO BBM	IPC-A	30.000	R\$ 36.916.959,10	0,59
BANCO BRADESCO	IPC-A	172.000	R\$ 200.863.824,20	3,20
BANCO PINE	IPC-A	10.000	R\$ 12.329.444,28	0,20
BANCO VOTORANTIM	IPC-A	159.000	R\$ 176.399.932,96	2,81
BICBANCO	IPC-A	55.000	R\$ 61.491.483,99	0,98
SANTANDER	IPC-A	50.000	R\$ 61.580.548,99	0,98
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			(R\$ 9.556.251,53)	(0,15)
FUNDO GAP FALCÃO PREV - (GESTÃO EXTERNA)		3.349.487	R\$ 142.155.810,63	2,26
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			R\$ 10.427.734,03	0,17
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			R\$ 9.279.164,16	0,15
INVESTIMENTO EM RENDA VARIÁVEL			R\$ 1.652.113.717,51	26,28
MERCADO DE AÇÕES			R\$ 20.199.115,95	0,32
MERCADO À VISTA			R\$ 20.199.115,95	0,32
GTD PARTICIPAÇÕES	ON	9.482.097	R\$ 2.560.166,19	0,04
GTD PARTICIPAÇÕES	PN	8.512.096	R\$ 2.638.749,76	0,04
PROMAN	ON	20.000	R\$ 200,00	0,00
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			R\$ 15.000.000,00	0,24
FUNDOS DE INVESTIMENTO			R\$ 1.631.914.601,56	25,96
QUOTAS DE FUNDOS DE AÇÕES			R\$ 1.631.914.601,56	25,96
FUNDO SABIÁ FIM PREV - (GESTÃO FAPES)		196.166	R\$ 1.002.804.425,10	15,95
FUNDOS DE INVESTIMENTO			R\$ 3.861.764,12	0,06
MELLON CASH ARX	FIF	1.347.755	R\$ 3.861.764,12	0,06

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	POSIÇÃO EM: DEZEMBRO DE 2009		
		QUANTIDADE	R\$	% APLICADO
MERCADO DE AÇÕES		32.076.572	R\$ 996.862.521,36	15,86
ALL AMERICA LATINA UNN1	UNIT	595.400	R\$ 9.705.020,00	0,15
AMBEV	PN	55.000	R\$ 9.597.500,00	0,15
BMF BOVESPA	ON	1.390.000	R\$ 17.027.500,00	0,27
BRADESCO	PN	1.533.900	R\$ 55.803.282,00	0,89
BRASIL	ON	577.200	R\$ 17.142.840,00	0,27
BRF FOODS	ON	755.000	R\$ 34.254.350,00	0,54
CEMIG	PN	1.168.661	R\$ 36.929.687,40	0,59
ELETRONAS	ON	400.000	R\$ 14.536.000,00	0,23
GERDAU MET	PN	890.000	R\$ 31.078.800,00	0,49
GERDAU	PN	397.570	R\$ 11.585.189,80	0,18
ITAUSA	PN	4.154.432	R\$ 49.230.019,20	0,78
ITAUUNIBANCO	PN	2.091.052	R\$ 80.902.801,88	1,29
MRV	RV	800.200	R\$ 11.282.820,00	0,18
MULTIPLAN	ON	605.000	R\$ 19.632.250,00	0,31
OGX PETRÓLEO	ON	1.200.000	R\$ 20.520.000,00	0,33
PDG REALT	ON	630.000	R\$ 10.930.500,00	0,17
PETROBRAS	PN	5.774.012	R\$ 211.848.500,28	3,37
POSITIVO INF	ON	490.000	R\$ 10.941.700,00	0,17
REDECARD S.A	ON	320.300	R\$ 9.288.700,00	0,15
SID NACIAL	ON	553.400	R\$ 30.990.400,00	0,49
TELEMAR NORTE LESTE A	NA	173.000	R\$ 10.762.330,00	0,17
TELEMAR-TELE NL PAR	PN	756.382	R\$ 28.061.772,20	0,45
TRACTEBEL	ON	1.525.000	R\$ 32.833.250,00	0,52
ULTRAPAR	PN	175.000	R\$ 14.019.250,00	0,22
USIMINAS A	NA	580.000	R\$ 28.646.200,00	0,46
VALE RIO DOCE A	NA	4.486.063	R\$ 189.311.858,60	3,01
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			R\$ 2.080.139,62	0,03
ANDORINHA FIA		381.803	R\$ 164.986.042,19	2,62
FUNDOS DE INVESTIMENTO			R\$ 93.240,33	0,00
MELLON CASH ARX	FIF	32.541	R\$ 93.240,33	0,00
MERCADO DE AÇÕES			R\$ 158.338.352,74	2,52
BRF FOODS	ON	3.261.602	R\$ 147.978.882,74	2,35
CELESCON	ON	228.140	R\$ 9.810.020,00	0,16
MELPAPER	PN	12.210	R\$ 549.450,00	0,01
DEBENTURES CONVERSÍVEIS EM AÇÕES			R\$ 6.323.669,97	0,10
CRT		3.660.000	R\$ 2.051.613,00	0,03
PROMAN	NA	2.000.000	R\$ 4.272.056,97	0,07
CONTAS À PAGAR/RECEBER - TESOURARIA			R\$ 230.779,15	0,00
TIÊ		1.795.554	R\$ 125.485.502,82	2,00
UIRAPURU		1.588.391	R\$ 122.133.242,89	1,94
GAIVOTA		30.000.000	R\$ 31.398.687,35	0,50
CANÁRIO		50.000.000	R\$ 51.359.905,19	0,82
FUNDOS <i>PRIVATE EQUITY</i>		20.659.354	R\$ 133.744.613,44	2,13
FIPBRASIL ENERGIA		1.170	R\$ 30.821.015,56	0,49
FIP ENERGIA PCH		263	R\$ 34.674.763,73	0,55
FIP GOV E GESTÃO		25.884	R\$ 12.942.511,58	0,21
CAPITAL MEZANINO		10.001.203	R\$ 8.135.172,49	0,13
(FMIEE) EMPREENDEDOR BRASIL		120	R\$ 7.283.334,50	0,12
PATRIMÔNIO <i>PRIVATE EQUITY</i>		10.627.054	R\$ 85.697,63	0,00
CRP VI		394	R\$ 7.039.641,34	0,11

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	POSIÇÃO EM: DEZEMBRO DE 2009		
		QUANTIDADE	R\$	% APLICADO
PETRÓLEO E GÁS (BRASCAN)		1.445	R\$ 2.093.640,94	0,03
(FIP) BRASIL GOVERNANÇA CORPORATIVA		1.500	R\$ 1.368.430,62	0,02
RIO BRAVO INVEST. II		69	R\$ 1.353.219,00	0,02
MVP TECH		66	R\$ 998.528,78	0,02
STRATUS VC		160	R\$ 929.105,60	0,01
(FIP) COLISEU		26	R\$ 26.019.551,67	0,41
DIREITOS À RECEBER			R\$ 2.182,58	0,00
INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS			R\$ 402.070.417,01	6,40
IMÓVEIS EM CONSTRUÇÃO			R\$ 13.241.513,65	0,21
AV. DAS AMÉRICAS, 4666 - BARRASHOPPING - RJ			R\$ 10.576.733,65	0,17
AV. ROQUE PETRONIO JUNIOR., 1089 - MORUMBI - SP			R\$ 2.664.780,00	0,04
EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO			R\$ 15.765.678,72	0,25
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100 - RJ (PARTE)			R\$ 728.597,24	0,01
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 230 - 8º AN- DAR - RJ			R\$ 4.748.692,00	0,08
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 230 - 9º AN- DAR - RJ			R\$ 4.748.692,00	0,08
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 230 - 5º AN- DAR - RJ			R\$ 5.539.697,48	0,09
IMÓVEIS ALOCADOS À PATROCINADORA			R\$ 13.307.262,94	0,21
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100 - RJ (PARTE)			R\$ 13.307.262,94	0,21
EDIFICAÇÕES PARA RENDA			R\$ 200.923.197,35	3,20
AV. RIO BRANCO, 53 - 1302 -14º AO 20º - RJ			R\$ 13.596.014,00	0,22
RUA DA GLÓRIA, 344 - 6º ANDAR - RJ			R\$ 1.642.920,04	0,03
AV. REPÚBLICA DO CHILE, 100 - RJ (PARTE)			R\$ 2.477.725,85	0,04
ALAMEDA XINGU, 1076 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP			R\$ 17.879.404,82	0,28
AV. TUCUNARÉ, 299 - TAMBORÉ - BARUERI - SP			R\$ 10.339.525,22	0,16
PRAIA DE BOTAFOGO, 440 - 5º ANDAR - RJ			R\$ 1.479.895,97	0,02
PRAIA DE BOTAFOGO, 440 - 21º ANDAR - RJ			R\$ 1.759.877,35	0,03
ALAMEDA XINGU, 850 - ALPHAVILLE - BARUERI - SP			R\$ 14.199.494,22	0,23
AV. MARIA COELHO DE AGUIAR, 215 - BL. A - 8º ANDAR - SP			R\$ 7.246.316,96	0,12
AV. MARIA COELHO DE AGUIAR, 215 - BL. E- 4º ANDAR - SP			R\$ 7.470.920,43	0,12
AV. TUCUNARÉ, 720 - TAMBORÉ - BARUERI - SP			R\$ 33.588.523,37	0,53
AV. ARUANÃ, 125 - TAMBORÉ - BARUERI - SP			R\$ 14.239.535,56	0,23
PRAIA DO FLAMENGO, 154 - 2º, 12º E 13º ANDARES - RJ			R\$ 11.309.703,59	0,18
AV. AFRÂNIO DE MELLO FRANCO, 135 - RJ			R\$ 30.858.350,06	0,49
RUA MIGUEL YUNES, 351 - SANTO AMARO - SÃO PAULO - SP			R\$ 18.069.310,72	0,29
AV. MARIA COELHO DE AGUIAR, 215 - BL. A - 3º ANDAR - SP			R\$ 7.396.054,35	0,12

DISCRIMINAÇÃO	ESPÉCIE TIPO	POSIÇÃO EM: DEZEMBRO DE 2009		
		QUANTIDADE	R\$	% APLICADO
AV. MARIA COELHO DE AGUIAR, 215 - BL. A - 4º ANDAR - SP			R\$ 7.369.624,84	0,12
INVESTIMENTOS EM SHOPPING CENTER			R\$ 155.037.874,03	2,47
AV. ROQUE PETRÔNIO JUNIOR, 1089 - MORUMBISHOPPING - SP			R\$ 29.317.269,87	0,47
AV. DAS AMÉRICAS, 4666 - BARRASHOPPING - RJ			R\$ 125.720.604,16	2,00
ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS			R\$ 4.189.104,44	0,07
AV. RIO BRANCO, 53 - 53-A - RJ (DAÇÃO EM PGTº POR OBRA DE REVITALIZAÇÃO)			-	
RUA BARÃO DE ITAMBI 60			R\$ 4.189.104,44	0,07
RUA DA CANDELÁRIA 60- 12º			-	
VALORES À PAGAR (-)			(R\$ 2.490.469,72)	(0,04)
VALORES À RECEBER			R\$ 2.096.255,60	0,03
EMPRESTIMOS AOS PARTICIPANTES			R\$ 132.819.591,45	2,11
EMPRÉSTIMOS			R\$ 132.846.485,35	2,11
VALORES A PAGAR (-)			(R\$ 26.893,90)	(0,00)
FINANCIAMENTO AOS PARTICIPANTES			R\$ 142.507.311,81	2,27
FINANCIAMENTOS HIPOTECÁRIOS			R\$ 142.509.684,30	2,27
VALORES À PAGAR (-)			(R\$ 2.372,49)	(0,00)

Nota: Os Valores dos segmentos tomam como base o plano de contas e não a abertura para enquadramento, Resolução CMN nº 3.792

**QUADRO II – CARTEIRA DE INVESTIMENTOS; DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL;
LIMITES LEGAIS; METAS APROVADAS PELO CONSELHO**

SEGMENTO	2008		2009		MÁXIMO LEGAL (RESOLUÇÃO CMN N° 3792/09)	META APROVADA %
	VALOR (R\$ MIL)	ALOCÇÃO (%)	VALOR (R\$ MIL)	ALOCÇÃO (%)		
Renda Fixa	3.116.466	64,50	3.986.996	63,43%	até 100%	até 100
Renda Variável	1.110.744	22,99	1.487.202	23,66%	até 70%	até 45
Investimentos Estruturados	-	-	133.661	2,13%	até 20%	-
Investimentos no Exterior	-	-	562	0,01%	até 10%	-
Imóveis	351.530	7,28	402.070	6,40%	até 8%	até 8
Operações com Participantes	253.064	5,24	275.327	4,38%	até 15%	até 6
Total de Investimentos	4.831.804	100,00	6.285.819	100%		

Nota: Para fins de enquadramento, a alocação dos recursos nos seguimentos segue a classificação disposta na Resolução CMN nº 3792/09.

**QUADRO III – RENTABILIDADE DOS ATIVOS; “META ATUARIAL”;
DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA**

RENTABILIDADE DAS APLICAÇÕES EM 2009 %			
SEGMENTO	RENTABILIDADE 2009	META ATUARIAL (INPC + 6%)	DIVERGÊNCIA NÃO PLANEJADA - DNP
Renda Fixa	16,12	10,36	5,66
Renda Variável	59,01	10,36	51,1
Investimentos Estruturados	NA	10,36	NA
Investimentos no Exterior	NA	10,36	NA
Imóveis	30,89	10,36	20,52
Operações com Participantes	14,43	10,36	4,07
TOTAL DE INVESTIMENTOS	24,50	10,36	15,55

Observações:

*1) *A Meta Política é um percentual para o ano. Rentabilidade e Meta Atuarial são dados de DNP ainda não calculados*

QUADRO IV – CARTEIRA TERCEIRIZADA NO FINAL DE 2008

DISCRIMINAÇÃO DA GESTÃO	DISCRIMINAÇÃO	R\$ MIL	% CARTEIRA TERCEIRIZADA (ADMINISTRAÇÃO)	% CARTEIRA TERCEIRIZADA (GESTÃO)	% CARTEIRA DE INVESTIMENTOS
	Fundos de renda fixa	3.956.308	70,54	23,45	62,94
	Mellon Águia (Gestão FAPES)	3.956.308	70,54	0,00	62,94
Própria	Albatroz	3.247.899	57,91	0,00	51,67
Própria	Bem-te-vi	556.974	9,93	0,00	8,86
Terceirizada	Falcão	142.156	2,53	23,45	2,26
Própria	Valores a pagar e receber	9.279	0,17	0,00	0,15
	Fundos de renda variável	1.652.114	29,46	76,55	26,28
Própria	Andorinha Fia	164.986	2,94	0,00	2,62
Terceirizada	Brasil Energia	30.821	0,55	5,08	0,49
Terceirizada	Capital Mezanino	8.135	0,15	1,34	0,13
Terceirizada	Coliseu / Modal	26.020	0,46	4,29	0,41
Terceirizada	CRP Vi / CRP	7.040	0,13	1,16	0,11
Terceirizada	Empreendedor Brasil	7.283	0,13	1,20	0,12
Terceirizada	Energia PCH	34.675	0,62	5,72	0,55
Terceirizada	Fia Canario	51.360	0,92	8,47	0,82
Terceirizada	Fia Gaivota	31.399	0,56	5,18	0,50
Terceirizada	Gov. e Gestão	12.943	0,23	2,13	0,21
Terceirizada	MVP Tech	999	0,02	0,16	0,02
Terceirizada	Patrimônio	86	0,00	0,01	0,00
Terceirizada	Petróleo e Gás	2.094	0,04	0,35	0,03
Terceirizada	Rio Bravo	1.353	0,02	0,22	0,02
Própria	Sabiá	1.002.804	17,88	0,00	15,95
Terceirizada	Stratus VC	929	0,02	0,15	0,01
Terceirizada	Tiê	125.486	2,24	20,70	2,00
Terceirizada	Uirapuru	122.133	2,18	20,14	1,94
Terceirizada	(FIP) Brasil Governança Corporativa	1.368	0,02	0,23	0,02
Própria	Carteira interna	20.201	0,36	0,00	0,32
	Total carteira terceirizada - administração	5.608.422	100,00		89,22
	Total carteira terceirizada - gestão	606.278		100,00	9,65
	Total carteira investimentos	6.285.819			100,00

10.3 Relatório de Participação em Assembléias de Acionistas

Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 2009

Em atendimento à Instrução Normativa nº 07, de 10.08.2005, da Secretaria de Previdência Complementar - SPC, divulgamos, resumidamente, o(s) voto(s) do(s) representante(s) da FAPES na(s) assembleia(s) de empresa(s) na(s) qual(is) a Fundação possui participação, realizada(s) em 2009.

Companhia: CLEP - Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos

Participação da FAPES no capital votante: 16,67%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 16,67%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 0,52%

Representante da FAPES: Ricardo Weiss

Cargo do Representante: Diretor Financeiro

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Ordinária

Data: 15/04/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

Deliberar sobre a redução do capital social em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) por considerá-lo excessivo, sem o cancelamento das ações emitidas pela Companhia, mantendo inalterada a proporção de cada acionista no capital social.

DELIBERAÇÕES

Aprovar a redução do capital social em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões) de reais, com pagamento de R\$ 0,05 (cinco centavos de reais) por ação a título de restituição, sem cancelamento de ações.

Aprovar a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social, que passará a vigorar com a seguinte redação: O capítulo social subscrito é de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais) dividido em 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora aprovado, e em especial as relativas ao Artigo 174, da Lei 6.404/76.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

Favorável.

Favorável.

Favorável.

JUSTIFICATIVA

Decisão em conjunto dos acionistas.

Decisão em conjunto dos acionistas.

Decisão em conjunto dos acionistas.

Companhia: CLEP - Companhia Locadora de Equipamentos Petrolíferos

Participação da FAPES no capital votante: 16,67%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 16,67%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 0,52%

Representante da FAPES: Ricardo Weiss

Cargo do Representante: Diretor Financeiro

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Extraordinária

Data: 15/10/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

Deliberar sobre a redução do capital social em R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais), por considerá-lo excessivo, sem o cancelamento das ações emitidas pela Companhia, mantendo inalterada a proporção de participação de cada acionista no capital social.

DELIBERAÇÕES

Aprovar a redução do capital social de R\$ 99.000.000,00 (noventa e nove milhões) de reais para R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões) de reais, com pagamento aos acionistas de R\$ 0,05 (cinco centavos de reais) por ação, sem cancelamento de ações.

Aprovar a alteração no *caput* do artigo 5º do Estatuto Social que passará a vigorar com a seguinte redação: O capital subscrito é de R\$ 90.000.000,00 (noventa milhões de reais), dividido em 180.000.000 (cento e oitenta milhões) de ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Autorizar a administração da Companhia a tomar as providências necessárias à efetivação da redução do capital ora aprovado, em especial as relativas ao Artigo 174 da Lei 6.404/76.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

Aprovação.

Aprovação.

Aprovação.

JUSTIFICATIVA

Decisão conjunta dos acionistas.

Decisão conjunta dos acionistas.

Decisão conjunta dos acionistas.

Companhia: PROMAN - Produtores Energéticos de Manso S/A

Participação da FAPES no capital votante: 20,00%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 20,00%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 0,00%

Representante da FAPES: Bianca Gomes Vilela

Cargo do Representante: Advogada

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Ordinária

Data: 30/04/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

- (i) Tomar as Contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008;
- (ii) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício;
- (iii) Eleger os membros titulares e respectivos suplentes do Conselho de Administração da Companhia;
- (iv) nomear o novo Presidente do Conselho de Administração e
- (v) Fixar a remuneração anual global da Administração.

DELIBERAÇÕES

(i) aprovação do Relatório da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais demonstrações financeiras e do Parecer dos Auditores Independentes, tudo referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008;

(ii) aprovação da utilização do lucro líquido auferido no exercício findo em 31/12/2008, de R\$287.648,33 (duzentos e oitenta e sete mil, seiscentos e quarenta e oito reais e trinta e três centavos), para absorção de parte do prejuízo acumulado pela Cia em exercícios anteriores, em cumprimento ao disposto no seu Estatuto Social e na legislação societária;

iii) nomeação para membros titulares do Conselho de Administração da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2010, do Sr. Atílio Guaspari, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial na Avenida República do Chile, nº 230, 8º andar, Rio de Janeiro – RJ, CPF/MF nº 610.204.868-72, R.G. nº 19.799-6/ M.A.; Sr. Abilio Santos Ferreira Filho, brasileiro, casado, engenheiro, com endereço comercial na Rua Mena Barreto, 143, Rio de Janeiro – RJ, CPF/MF nº 035.752.087-43, R.G. nº 97103149-6,/CREARJ; Sr. Marcelo Beuter Martins, brasileiro, casado, economista, com endereço comercial na Avenida João Pinheiro, nº 580, Belo Horizonte – MG, CPF/MF nº 177.581.848-98, R.G. nº 25.949.353-3/SSP-SP; Sr. Geraldo Henrique de Castro, brasileiro, casado, economista, com endereço comercial na Rua Rio de Janeiro, 927 - 10º andar, Belo Horizonte – MG, CPF/MF nº 749.689.716-72 R.G. nº 60836/CORECON-MG e Sr. Milton Luis de Araújo Leobons, brasileiro, divorciado, com endereço comercial na Praça Pio X, nº 15 / 11º andar, Rio de Janeiro - RJ, CPF/MF nº 128.929.471-20 R.G. nº 2.446.584/IFP-RJ; como conselheiros suplentes, respectivamente, o Sr. Cláudio Costa do Nascimento, brasileiro, casado, estatístico, com endereço comercial na Avenida República do Chile, nº 230, 8º andar, Rio de Janeiro – RJ, CPF/MF nº 430.461.187-91, R.G. nº 272443-8/IFP-RJ; Sra. Márcia De Luca Micheli, brasileira, casada, Economista, com endereço comercial na Rua Mena Barreto, 143, Rio de Janeiro – RJ, CPF/MF nº 021.396.537-26, R.G. nº 08453990-7-IFP-RJ; Sr. João Rios Jr., brasileiro, casado, contador, com endereço comercial na Avenida João Pinheiro, nº 580, Belo Horizonte – MG, CPF/MF nº 256.244.586-49, R.G. nº M722928/SSP-MG; Sr. Paulo Maurício de Santa Ritta, brasileiro, casado, bancário, com endereço comercial na Av. Rio Branco, nº 100, 15º andar, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 718.514.027-72, portador da Carteira de Identidade nº 045114881-4 expedida pelo SSP/RJ e Sr. Antonio Carneiro Alves, Brasileiro, Divorciado, administrador, com endereço comercial na Praça Pio X, nº 15 / 11º andar, Rio de Janeiro – RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 694.242.927-91, e portador da carteira de identidade nº 2026612-0 expedida pelo CRA/RJ;

(iv) a nomeação do Sr. Marcelo Beuter Martins, já qualificado acima, para a presidência do Conselho de Administração. Os Conselheiros ora eleitos serão investidos em seus cargos mediante lavratura e assinatura de termo de posse no Livro de Atas de Reunião do Conselho de Administração da Companhia, atendendo ao disposto no inciso 11, do art. 37 da Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994, com redação dada pelo art. 4º

da Lei nº 10.194, de 14 de fevereiro de 2001 e declaram que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantil, em virtude de condenação criminal;

(v) Fixado o montante global de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), como limite de remuneração anual dos administradores, que, individualmente, perceberão remuneração mensal não inferior ao salário mínimo vigente, ficando a distribuição a cargo do Conselho de Administração; (vi) os acionistas autorizam a publicação do sumário da presente ata, conforme faculta o § 1º do artigo 130 da Lei 6.404/76 e delegam autorização para os membros do Conselho de Administração, com relação aos itens aprovados, para a adoção dos procedimentos cabíveis.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

- (i) Aprovar.
- (ii) Aprovar a destinação de resultado.
- (iii) Aprovar a reeleição dos atuais membros.
- (iv) Aprovar a recondução do Sr Marcelo Beuter ou um representante indicado pela Fundação Real Grandeza.
- (v) Aprovar a manutenção da remuneração global anual em R\$60.000.

JUSTIFICATIVA

- (i) Decisão conjunta dos controladores.
- (ii) Decisão conjunta dos controladores.
- (iii) Decisão conjunta dos controladores.
- (iv) Decisão conjunta dos controladores.
- (v) Decisão conjunta dos controladores.

Companhia: PROMAN - Produtores Energéticos de Manso S/A

Participação da FAPES no capital votante: 20,00%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 20,00%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 0,00%

Representante da FAPES: Bianca Gomes Vilela

Cargo do Representante: Advogada

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Extraordinária

Data: 24/07/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

i) Aprovação de mudança de endereço da (i) Aprovar sede da Companhia e, em consequência, do artigo 2º do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES

(i) Aprovar

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

(i) Aprovar

JUSTIFICATIVA

i) Decisão administrativa.

Companhia: BRFoods

Participação da FAPES no capital votante: 0,92%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 0,92%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 4,89%

Representante da FAPES: Gisele Cantuária Seixas

Cargo do Representante: Chefe de Departamento

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Extraordinária

Data: 27/02/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

1. Ratificar a escolha da empresa avaliadora (peritos) nomeada pelo Conselho de Administração para a elaboração do Laudo de Avaliação contábil da Perdigão Agroindustrial S.A. para fins de sua incorporação pela Companhia;
2. Aprovar o Laudo de Avaliação e o Protocolo e a Justificação de Incorporação da Perdigão Agroindustrial S.A. pela Perdigão S.A.; e
3. Aprovar a Incorporação da Perdigão Agroindustrial S.A. pela Perdigão S.A., com a consequente extinção da primeira sociedade.

DELIBERAÇÕES

1. Ratificação da escolha da KPMG Auditores Independentes, empresa avaliadora nomeada pelo Conselho de Administração para a elaboração do Laudo de Avaliação contábil para fins de incorporação pela Companhia;
2. Aprovação do Laudo de Avaliação, do Protocolo e da Justificação relativos à incorporação, que serão objetos de aprovação pelo respectivo órgão societário competente da incorporada em 9 de março de 2009 S/C;
3. Aprovação da incorporação da Perdigão Agroindustrial S.A. pela Companhia, tendo sido criadas, na Companhia, filiais correspondentes aos endereços das filiais da incorporada. Em face da aprovação da incorporação retro-referida, a incorporada será declarada extinta em 9 de março de 2009, estando os administradores desta Companhia autorizados a proceder a todos os atos necessários para a incorporação e cumpridos todos os demais requisitos legais aplicáveis.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

1. Ratificar.
2. Aprovar.
3. Aprovar

JUSTIFICATIVA

1. Decisão conjunta dos controladores.
2. Decisão conjunta dos controladores.
3. Decisão conjunta dos controladores.

Companhia: BR Foods

Participação da FAPES no capital votante: 0,92%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 0,92%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 4,89%

Representante da FAPES: Gisele Cantuária Seixas

Cargo do Representante: Chefe de Departamento

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Ordinária

Data: 30/04/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

1. Examinar e votar Relatório da Administração, Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31.12.2008 e deliberar sobre a destinação do resultado;
2. Ratificar a distribuição de remuneração aos acionistas, conforme deliberada pelo Conselho de Administração;
3. Eleger os membros do Conselho de Administração. Em observância às Instruções CVM nº 165 e 282, o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de adoção do sistema de voto múltiplo é de 5%;
4. Eleger o Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria;
5. Fixar a remuneração anual e global dos administradores e do Conselho Fiscal.

DELIBERAÇÕES

1. Aprovados o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e demais documentos relativos ao exercício encerrado em 31.12.2008 e as destinações do Lucro Líquido do Exercício de 2008: Lucro Líquido do Exercício R\$ 77.438.052,34, Absorção de prejuízo (adoção da lei nº 11.638/07) (R\$ 232.107,83), Lucro Líquido a ser destinado R\$ 77.205.944,51, Reserva Legal R\$ 3.860.297,23, Saldo destinado a Juros sobre o Capital Próprio R\$ 73.345.647,28; Saldo do Lucro Líquido R\$ 73.345.647,28, Utilização da Reserva para Expansão R\$ 3.069.571,38, Total Distribuído R\$ 76.415.218,66;
2. Ratificadas as deliberações do Conselho de Administração, "ad referendum" da Assembleia Geral, aprovando o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 0,37 (trinta e sete centavos) por ação, totalizando R\$ 76.415.218,66 (setenta e seis milhões, quatrocentos e quinze mil, duzentos e dezoito reais e sessenta e seis centavos), com incidência de IRF, exceto para os imunes e isentos, para as 206.527.618 ações em circulação, com data base em 22.04.08 e ex-direito em 23.04.08. O pagamento foi efetuado da seguinte forma: (i) em 29.08.08, R\$ 0,25 (vinte e cinco centavos) por ação, num total de R\$ 51.631.904,50 (cinquenta e um milhões, seiscentos e trinta e um mil, novecentos e quatro reais e cinquenta centavos); e (ii) em 27.02.09, R\$ 0,12 (doze centavos) por ação, totalizando R\$ 24.783.314,16 (vinte e quatro milhões, setecentos e oitenta e três mil, trezentos e quatorze reais e dezesseis centavos), representando 103,9% do lucro líquido do exercício ajustado, de acordo com o Artigo 202 da Lei 6.404/76, para efeito de dividendo obrigatório;;
3. Eleitos os membros do Conselho de Administração, com mandato até a AGO/E de 2011, ficando assim composto, Membros Efetivos: Presidente, NILDEMAR SECCHES, brasileiro, viúvo, engenheiro mecânico, CPF nº 589.461.528-34, RG nº 3.997.339-6 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP; Vice-Presidente: FRANCISCO FERREIRA ALEXANDRE, brasileiro, solteiro, engenheiro e advogado, CPF nº 301.479.484-87, OAB/AL nº 4307, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ; CARLOS ALBERTO CARDOSO MOREIRA, brasileiro, divorciado, administrador de empresas, CPF nº 039.464.818-84, RG nº 8.891.984 SSP/SP, residente e domiciliado em Brasília-DF; DÉCIO DA SILVA, brasileiro, casado, industrial, CPF nº 344.079.289-72, RG nº 303.055 SSP/SC; JOÃO VINICIUS PRIANTI, brasileiro, casado, economista, CPF nº 248.481.818-10, RG nº 3529630 SSP/SP, domiciliado e residente em São Paulo-SP; LUÍS CARLOS FERNANDES AFONSO, brasileiro, solteiro, economista, CPF nº 035.541.738-35, RG nº 13.611.483-0 SSP/SP, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ; MANOEL CORDEIRO SILVA FILHO, brasileiro, casado, administrador, CPF nº 253.571.747-68, CRA-RJ nº 11.458-1, residente e domiciliado em Rio de Janeiro-RJ; RAMI NAUMI GOLDFAJN, brasileiro, casado, consultor, CPF nº 942.673.597-68, RG nº 06873149 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP. Membros Suplentes: WANG WEI CHANG, brasileiro, casado, engenheiro eletrônico, CPF nº 534.698.608-15, RG nº 3.730.889-0 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP; JOÃO JOSÉ CAIAFA TORRES, brasileiro, casado, administrador de empresas, contador, CPF nº 010.570.496/20;

RG nº 10820 CRC/MG, residente e domiciliado em Brasília-DF; WILSON CARLOS DUARTE DELFINO, brasileiro, casado, engenheiro mecânico, CPF nº 414.597.098-53, RG nº 12.817.354 SSP/SP, residente e domiciliado em Brasília-DF; GERD EDGAR BAUMER, brasileiro, viúvo, administrador de empresas, CPF nº 005.721.609-68, RG nº 2/R 71.449/SSPSC, residente e domiciliado em Jaraguá do Sul-SC; ADIB FADEL, brasileiro, casado, engenheiro de produção, CPF nº 032.396.838-49, RG nº 4.150.060 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP; SUSANA HANNA STIPHAN JABRA, brasileira, economista, divorciada, CPF nº 037.148.408-18, RG nº 7.366.839-4 SSP/SP, residente e domiciliada no Rio de Janeiro-RJ; MAURÍCIO DA ROCHA WANDERLEY, brasileiro, casado, economista, CPF nº 001.911.777-92, RG nº 07562152-4 IFP/RJ, residente e domiciliado em Niterói-RJ; CLÁUDIO DA SILVA SANTOS, brasileiro, casado, administrador, CPF nº 83.463.809-10, RG nº 096.666.5953 SSP/RS, residente e domiciliado em São Paulo-SP; Os membros do conselho considerados independentes são os Srs. Décio da Silva, João Vinicius Prianti, Manoel Cordeiro Silva Filho e Rami Naum Goldfajn, acima qualificados; Os Conselheiros efetivos e suplentes ora eleitos declararam estar totalmente desimpedidos, nos termos do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício de suas respectivas funções;

4. Eleito o Conselho Fiscal/Comitê de Auditoria, com mandato até a AGO/E de 2010, ficando assim composto, Membros Efetivos: (i) como especialista financeiro e membro independente: ATTÍLIO GUASPARI, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 610.204.868-72, RG nº 19.799-6 expedido pelo Ministério da Aeronáutica, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ; (ii) como membro independente: OSVALDO ROBERTO NIETO, brasileiro, casado, contador, CPF nº 703.427.418-53, RG nº W/676628-S SE/DPMAF/D, residente e domiciliado em São Paulo-SP; (iii) JORGE KALACHE FILHO, brasileiro, casado, engenheiro, CPF nº 178.165.217-15, RG nº 2197470 IPF/RJ, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ; Membros suplentes: AGENOR AZEVEDO DOS SANTOS, brasileiro, casado, contador, CPF nº 383.239.407-97, CRC-RJ nº 43670-5, residente e domiciliado em Rio de Janeiro- RJ; ERNESTO RUBENS GELBCKE, brasileiro, casado, contador, CPF nº 062.825.718/04, RG nº 2660114 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP; MAURICIO ROCHA NEVES, brasileiro, separado, contador, administrador de empresas, CPF nº 871.201.867.87, RG nº 073.676.579 IPF/RJ, residente e domiciliado no Rio de Janeiro-RJ; Os Conselheiros efetivos e suplentes ora eleitos declararam estar totalmente desimpedidos, nos termos do Artigo 147 da Lei nº 6.404/76, para o exercício de suas respectivas funções;

5. Aprovada a remuneração dos Administradores da Companhia para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$ 19.500.000,00 (dezenove milhões e quinhentos mil), incluindo a remuneração extra no mês de dezembro/2009, no valor correspondente a um honorário mensal. Assegurado o pagamento do valor mínimo previsto em lei de 10% da remuneração média de cada administrador como remuneração dos membros do Conselho Fiscal nos termos do art. 162, §2º da Lei nº 6.404/76.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

1. Aprovar.
2. Ratificar.
3. Eleger conforme indicações apresentadas anteriormente em comum acordo com demais acionistas.
4. Eleger conforme indicações apresentadas anteriormente em comum acordo com demais acionistas.
5. Aprovar.

JUSTIFICATIVA

1. Decisão conjunta dos controladores.
2. Decisão conjunta dos controladores.
3. Decisão conjunta dos controladores.
4. Decisão conjunta dos controladores.
5. Decisão conjunta dos controladores.

Companhia: BRFoods

Participação da FAPES no capital votante: 0,92%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 0,92%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 4,89%

Representante da FAPES: Procuração para advogados da empresa

Cargo do Representante:

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Extraordinária

Data: 08/07/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

1. Alteração do artigo 1º do Estatuto Social, para mudar a denominação social de Perdigão S.A. para BRF – Brasil Foods S.A.;
2. Alteração do artigo 2º do Estatuto Social, para mudar a sede social da Cidade de São Paulo (SP) para a Cidade de Itajaí (SC);
3. Alteração do artigo 16 do Estatuto Social, para aumentar o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração de 8 (oito) para o intervalo de 9 (nove) a 11 (onze) membros;
4. Inserção do artigo 51 e respectivos parágrafos no Estatuto Social, para criar transitoriamente a estrutura de Co-Presidente no âmbito do Conselho de Administração da Companhia;
5. Eleição de 3 (três) membros e respectivos suplentes para o Conselho de Administração, sendo um deles o Co-Presidente, caso sejam aprovadas as propostas mencionadas nos itens 3) e 4);
6. Alteração do parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social, para aumentar o limite do capital autorizado da Companhia de 250.000.000 de ações ordinárias para 500.000.000 de ações ordinárias, de forma a permitir o aumento de capital decorrente da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na ANBID em 5 de junho de 2009;
7. Modificação do item 9) do artigo 18 do Estatuto Social, para excluir a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a abertura e o encerramento de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia exclusivamente em qualquer ponto do território nacional, passando tal atribuição do Conselho de Administração para a Diretoria Executiva;
8. Deliberar sobre os termos e as condições do Protocolo e da Justificação da Incorporação das Ações de Emissão da HFF Participações S.A. pela Perdigão S.A. ("Protocolo e Justificação") relativos à incorporação de ações da HFF Participações S/A ("HFF") pela Companhia;
9. Ratificar a contratação e a nomeação das empresas avaliadoras: (a) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S/A, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 ("Credit Suisse"), responsável pela elaboração do laudo de determinação da relação de substituição das ações de emissão da HFF por ações de emissão da Perdigão; (b) Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.163.798/0001-23, responsável pela avaliação das ações da Companhia e da HFF para fins de determinação do aumento de capital da Companhia;
10. Deliberar sobre os laudos e sobre a relação de substituição contida no laudo elaborado pelo Credit Suisse;
11. Deliberar sobre a incorporação das ações de emissão da HFF pela Companhia e autorizar o aumento do capital social da Companhia a ser realizado com as ações incorporadas.

DELIBERAÇÕES

1. Aprovada a alteração do artigo 1º do Estatuto Social da Companhia, alterando a sua denominação social para BRF – Brasil Foods S.A., passando a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 1º - A BRF – BRASIL FOODS S.A. é uma Companhia constituída por instrumento arquivado na JUCESP sob nº 35300149947, em 14.05.97, a qual se rege por este Estatuto e disposições legais aplicáveis"
2. Aprovada a alteração do artigo 2º do Estatuto Social, para modificar o endereço da sede social da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo para a Cidade de Itajaí, Santa Catarina, passando este a vigorar com a seguinte

redação: “Artigo 2º - A Companhia tem sede e foro jurídico na Cidade e Comarca de Itajaí, Estado de Santa Catarina, na Rua Jorge Tzachel, nº 475, Bairro Fazenda, podendo estabelecer filiais, agências, escritórios e outras dependências em qualquer ponto do território nacional ou do exterior”.

3. Aprovada a alteração do artigo 16 do Estatuto Social, aumentando o número de membros efetivos e suplentes do Conselho de Administração de 8 (oito) para o intervalo de 9 (nove) a 11 (onze) membros, passando este a vigorar com a seguinte redação: “Artigo 16 - O Conselho de Administração é composto por 9 (nove) a 11 (onze) membros efetivos e igual número de suplentes, dos quais, pelo menos, 20% (vinte por cento) deverão ser Conselheiros Independentes (conforme definido no Parágrafo 1º), acionistas da Companhia, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, sendo permitida a reeleição”.

4. Aprovada a inclusão do artigo 51 e respectivos parágrafos no Estatuto Social, para criar transitoriamente a estrutura de Co-Presidente no âmbito do Conselho de Administração da Companhia, passando o Estatuto Social a conter a seguinte disposição: “Artigo 51 – O Conselho de Administração terá transitoriamente 2 (dois) Co-Presidentes, com idênticas prerrogativas e atribuições, que serão indicados pela Assembleia Geral, observados os parágrafos abaixo. Parágrafo 1º - Nas deliberações do Conselho de Administração não assistirá a qualquer dos Co-Presidentes o voto de qualidade, no caso de empate na votação, mas apenas seus respectivos votos pessoais, ficando com a eficácia suspensa a regra do voto de qualidade prevista no parágrafo segundo do Artigo 17 deste Estatuto Social. Parágrafo 2º - As prerrogativas e atribuições do Presidente do Conselho de Administração previstas neste Estatuto Social serão exercidas conjuntamente pelos Co-Presidentes. Parágrafo 3º - Nas ausências ou impedimentos dos Co-Presidentes, bem como no caso de vacância dos cargos, os mesmos deverão ser substituído pelo Vice-Presidente, o qual também será indicado pela Assembleia Geral. Parágrafo 4º - O disposto neste Artigo deixará de ser aplicado a partir da Assembleia Geral Ordinária que se realizará dentro dos quatro primeiros meses após o término do exercício social de 2011, ocasião em que serão eleitos os membros do Conselho de Administração e indicado um Presidente e um Vice-Presidente, voltando a ter eficácia a regra do voto de qualidade prevista no parágrafo segundo do Artigo 17 deste Estatuto Social.”

5. Tendo em vista a aprovação das matérias indicadas nos itens “3” e “4” acima, aprovar a eleição de 3 (três) membros e respectivos suplentes para o Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária de 2011, sendo um deles o Co-Presidente, a saber: o Senhor Luiz Fernando Furlan, Brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 019.489.978-00, RG nº 2.985.393 SSP/SP, residente e domiciliado em Barueri para o cargo de Co-Presidente; e como respectivo suplente: Sra. Diva Helena Furlan, brasileira, casada, advogada, CPF nº 023.323.648-11, RG nº 2.985.455-6 SSP/SP, residente e domiciliada em São Paulo-SP; Senhor Walter Fontana Filho, brasileiro, casado, economista, CPF nº 947.648.408-04, RG nº 4.250.008 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP para o cargo de Conselheiro; e como respectivo suplente: Sr. Eduardo Fontana D’Ávila, brasileiro, casado, engenheiro civil, CPF nº 947.648.328-87, RG nº 5.142.157 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP; e o Senhor Vicente Falconi Campos, Brasileiro, casado, Engenheiro, CPF nº 000.232.216-15, RG nº 1.476.273 SSP/MG, residente e domiciliado em Belo Horizonte-MG, para o cargo de Conselheiro; e como respectivo suplente: Sr. Roberto Faldini, brasileiro, casado, administrador de empresas, CPF nº 070.206.438-68, RG nº 3.182.138-8 SSP/SP, residente e domiciliado em São Paulo-SP;

6. Aprovada a alteração do parágrafo 1º do artigo 5º do Estatuto Social, aumentando o limite do capital autorizado da Companhia de 250.000.000 de ações ordinárias para 500.000.000 de ações ordinárias, de forma a permitir o aumento de capital decorrente da oferta pública de distribuição primária de ações ordinárias de emissão da Companhia, cujo pedido de registro foi protocolado na ANBID em 5 de junho de 2009, passando este a vigorar com a seguinte redação: “Parágrafo 1º - A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 500.000.000 (quinhentos milhões) de ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização”.

7. Aprovada a modificação do item “9” do artigo 18 do Estatuto Social, excluindo a competência do Conselho de Administração para deliberar sobre a abertura e o encerramento de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia exclusivamente em qualquer ponto do território nacional, sendo tal atribuição, a partir de agora, da Diretoria-Executiva; com a seguinte redação proposta para o item 9) do artigo 18 do Estatuto Social: “9) manifestar-se sobre a abertura e o encerramento de filiais, agências, escritórios e outras dependências da Companhia fora do território nacional.

8. Aprovados integralmente e sem ressalvas os termos e as condições do Protocolo e da Justificação, firmados pelas administrações da Companhia e da HFF em 22 de junho de 2009, cuja cópia autenticada pela mesa ficará arquivada na sede da Companhia;

9. Ratificada e aprovada a nomeação e a contratação das empresas avaliadoras, (a) Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.987.793/0001-33 (“Credit Suisse”), responsável pela elaboração do laudo de determinação da relação de substituição das ações de emissão da HFF por ações de

emissão da Perdigão cuja cópia autenticada pela mesa ficará arquivada na sede da Companhia; (b) Planconsult Planejamento e Consultoria Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 51.163.798/0001-23, ("Planconsult") responsável pela elaboração do laudo de avaliação das ações da Companhia e da HFF para fins de determinação do aumento de capital da Companhia, cuja cópia autenticada pela mesa ficará arquivada na sede da Companhia;

10. Aprovados, sem ressalvas, os laudos de avaliação referidos no item "9" acima;

11. Aprovada a incorporação da totalidade das ações de emissão da HFF ao patrimônio da Companhia, nos termos do Protocolo e da Justificação, com a consequente averbação nos registros competentes e a conversão da HFF em subsidiária integral da Companhia, bem como autorizar o aumento de capital da BRF, mediante a conferência de 226.395.405 ações de emissão da HFF, com base no valor econômico das referidas ações, no montante de R\$ 1.482.889.902,75, mediante a emissão de 37.637.557 novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 39,40 por ação, passando o capital, portanto, dos atuais R\$ 3.445.043.795,00 para R\$4.927.933.697,75. 11.1 Registrada em ata que: (a) nos termos da Cláusula 3.1 do Protocolo e da Justificação, os acionistas da HFF receberão 0,166247 ações ordinárias de emissão da Companhia em substituição de cada ação ordinária de emissão da HFF a ser incorporada ao patrimônio da Companhia; e (b) nos termos da Cláusula 3.2.2 do Protocolo e da Justificação, as frações de ações ordinárias resultantes da substituição da posição de cada acionista da HFF que não se compuser com outros acionistas da HFF de sorte a formar inteiros serão arredondadas para baixo, para o número inteiro mais próximo, e a diferença será paga em dinheiro, pela BRF, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar do recebimento dos recursos decorrentes da alienação, na BM&FBovespa S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, das ações correspondentes a esse conjunto de frações; 11.2 Registrada em ata que os administradores da Perdigão são autorizados a tomar todas as providências necessárias para a efetivação e a formalização da incorporação de ações ora deliberadas, incluindo a transferência das ações de emissão da HFF para a sua titularidade, assim como aquelas referentes ao arquivamento e a publicação dos atos societários e às averbações necessárias junto aos registros públicos competentes; 11.3. Em decorrência, foi aprovada a alteração do *caput* do artigo 5º do Estatuto Social da Perdigão, que passa a vigorar com a seguinte redação: "ARTIGO 5º - O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$ 4.927.933.697,75 (quatro bilhões, novecentos e vinte e sete milhões, novecentos e trinta e três mil, seiscentos e noventa e sete reais e setenta e cinco centavos), dividido em 244.595.660 (duzentos e quarenta e quatro milhões, quinhentas e noventa e cinco mil e seiscentas e sessenta) ações ordinárias, todas escriturais e sem valor nominal".

EXTRA PAUTA SEM DELIBERAÇÃO : 12. Tendo em vista as deliberações tomadas acima, os acionistas consolidam o Estatuto Social da Companhia, mantendo-se inalteradas as suas demais disposições, o qual integra a presente ata na forma de anexo.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

1. Aprovar.
2. Aprovar.
3. Aprovar.
4. Aprovar.
5. Aprovar.
6. Aprovar.
7. Aprovar.
8. Aprovar.
9. Aprovar.
10. Aprovar.
11. Aprovar.

JUSTIFICATIVA

1. Decisão conjunta dos controladores.
2. Decisão conjunta dos controladores.
3. Decisão conjunta dos controladores.

4. Decisão conjunta dos controladores.
5. Decisão conjunta dos controladores.
6. Decisão conjunta dos controladores.
7. Decisão conjunta dos controladores.
8. Decisão conjunta dos controladores.
9. Decisão conjunta dos controladores.
10. Decisão conjunta dos controladores.
11. Decisão conjunta dos controladores.

Companhia: GTD Participações S/A

Participação da FAPES no capital votante: 11,87%

Participação da FAPES no Capital Total (Ações): 10,82%

Percentual dos Recursos Garantidores das Reservas Técnicas da FAPES aplicado na Companhia: 0,19%

Representante da FAPES: Procuração ao Administrador

Cargo do Representante: Administrador do Fundo

Tipo de Assembleia: Assembleia Geral Ordinária

Data: 30/4/2009

PAUTA DA ASSEMBLEIA

- a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2008, acompanhadas do parecer dos auditores independentes;
- b) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- c) Eleição dos membros do Conselho de Administração e de seus respectivos suplentes;
- d) Fixação da remuneração anual global dos administradores.

DELIBERAÇÕES

Aprovação, sem ressalva, das demonstrações financeiras.

Aprovação da destinação do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$2.665.622,05, sendo R\$133.281,10 para constituição de Reserva Legal, equivalente a 5% do Lucro Líquido, distribuição de dividendos de R\$2.223.625,04, sendo R\$0,0052065 por ação ordinária e R\$0,00572715 por ação preferencial, saldo remanescente de R\$308.715,91 a rubrica de Reserva de Retenção de Lucros.

Aprovação, por unanimidade, dos seis membros do Conselho de Administração, até a AGO de 2010, Arthur Prado Silva, Edson do Nascimento Mello, Sylvio Murad Carolino dos Santos, Carlos Eduardo Reich de Sampaio, Joaquim Manuel André Afonso, Renato de Mello Gomes dos Santos, Eustáquio Coelho Lott e suplentes.

Aprovada a ser distribuída conforme previsto nos artigos 12 e 19 do Estatuto Social da Companhia.

VOTO DO REPRESENTANTE DA FAPES

- (a) Aprovar.
- (b) Aprovar.
- (c) Indicar o Sr. Eustáquio Lott para a vaga de Titular do Conselho de Administração, referendando os demais.
- (d) Aprovar o valor da "Proposta para os Acionistas Controladores".

(*) Os critérios de participação de representantes da FAPES em assembleias de acionistas estão definidos na Resolução do Conselho-05/2002, de 26.06.2002, estabelecidos com base na Instrução Normativa SPC nº 07, de 10.08.2005.

Ricardo Weiss - Diretor de Finanças

10.4 Informações segregadas de despesas dos planos de benefícios

Detalhamento dos Custos de Administração dos Recursos em 2009 (Em R\$ Mil)

A abertura dos custos com a administração dos recursos do Programa de Investimentos, conforme detalhamento exigido pela legislação, abrange gastos referentes à gestão de carteiras, taxas de *performance*, serviços de custódia, corretagens pagas, acompanhamento da política de investimentos, consultorias, honorários advocatícios, auditorias, avaliações atuariais, viagens e transporte e outras despesas relevantes, sendo parte dos Custos com a Administração da FAPES.

O quadro abaixo demonstra os custos totais de 2009, por programas.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO FAPES

RUBRICAS	PROGRAMA PREVIDENCIAL	PROGRAMA DE INVESTIMENTOS	PLANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - PAS	2009	%
Pessoal e Encargos	6.694	18.313	17.870	42.877	72,43%
Servicos de Terceiros	1.580	6.379	3.142	11.101	18,75%
Despesas Gerais	713	2.045	1.771	4.529	7,65%
Depreciacoes e Amortizacoes	102	253	338	693	1,17%
Total dos Custos Administrativos	9.088	26.990	23.121	59.199	100,00%

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

Com relação aos custos com a Administração dos Investimentos, devemos considerar a diversidade da natureza dos itens listados e que, no encerramento do ano de 2009, 100% dos recursos de renda fixa e 99% dos de renda variável estavam aplicados em fundos de investimentos. A apresentação dos Custos da Administração dos Recursos só é possível observando dados contábeis (Custeio Administrativo - Programa de Investimentos) e extracontábeis (Custeio Administrativo registrado nas demonstrações contábeis próprias e embutido nas Cotas dos Fundos de investimentos).

Desta forma, a apresentação dos custos referentes à administração dos recursos da FAPES está dividida nos dois grupos conforme demonstrado no quadro a seguir:

CUSTOS DA ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

	2008	2009	% DO PATRIMÔNIO	% DOS INVESTIMENTOS
Custeio Administrativo - Programa de Investimentos	28.152	26.990	0,39%	0,43%
Custos Embutidos nos Fundos de Invest. FAPES	11.519	10.427	0,15%	0,17%
Custos de Administração dos Recursos	39.671	37.417	0,54%	0,60%

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

O Custeio Administrativo do Programa de Investimentos - CAPI - engloba um conjunto de itens registrados na contabilidade da FAPES, que estão concentrados, principalmente, em Pessoal e Encargos (gestão, planejamento, controle, administração da carteira de renda variável, imóveis e operações com participantes, etc.), Serviços de Terceiros (a contratação da prestação de serviços de auditoria, consultoria, apoio operacional, administração dos *shopping centers*, etc.) e Despesas Gerais. O Custeio Administrativo do Programa de Investimentos acumulado no ano de 2009 foi equivalente a 0,39% do patrimônio e 0,43% da carteira de investimentos (0,51% e 0,58%, respectivamente, em 2008).

Os custos de gestão Interna do Programa de Investimentos diminuíram 4,13% em relação a 2008, devido, principalmente, à redução dos gastos com pessoal e encargos, já que em 2008 houve o pagamento da dívida da FAPES contratada com os patrocinadores, relativa à redução do teto do INSS, no valor aproximado de R\$ 3.864. Essa redução foi aplacada pelo aumento de:

- Outros gastos com pessoal e encargos - R\$ 733;
- Gastos com serviços de terceiros, referente à consultoria para alteração da estrutura organizacional da FAPES - R\$ 1.040;
- Despesas com serviços de administração e avaliação de imóveis - R\$ 433, relacionadas diretamente com o aumento da receita de aluguéis em 2009; e
- Gastos com despesas gerais referentes ao registro do aluguel do 5º andar do Edifício Castelo Branco - R\$ 404.

CUSTEIO ADMINISTRATIVO – PROGRAMA DE INVESTIMENTOS

	2008	2009	% DO CAR	% DO CAPI
Custeio Administrativo - Programa de Investimentos	28.152	26.990	72,13%	
Pessoal e Encargos	21.444	18.313	48,94%	67,85%
Material	74	71	0,19%	0,26%
Serviços de Terceiros	4.722	6.379	17,05%	23,64%
Serviços Terceirizados	249	155	0,41%	0,58%
Serviços Técnicos Especializados	699	1.847	4,94%	6,84%
Honorários Advocatícios	233	139	0,37%	0,52%
Auditoria	174	87	0,23%	0,32%
Serviços do Sistema Financeiro	177	250	0,67%	0,93%
Administração e Avaliação de Imóveis	1.825	2.258	6,04%	8,37%
Copa e Serviços Gerais	105	101	0,27%	0,37%
Serviços de Comunicação	96	81	0,22%	0,30%
Serviços de Informática e Telecomunicações	1.012	1.264	3,38%	4,68%
Locação de Máquinas e Equipamentos	41	31	0,08%	0,12%
Manutenção e Conservação	39	78	0,21%	0,29%
Outros Serviços	73	87	0,23%	0,32%
Despesas Gerais	1.554	1.974	5,28%	7,31%
Depreciações/Amortizações	358	253	0,68%	0,94%

CAR - Custos de Administração dos Recursos

CAPI – Custeio Administrativo – Programa de Investimentos

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

Os Custos Embutidos nos Fundos de Investimento da FAPES – CEFI englobam o total das despesas administrativas contabilizadas nos fundos de investimento, respeitado o percentual de participação da FAPES em cada um deles. Os principais itens dos custos embutidos nos Fundos de Investimento da FAPES são: Taxa de Administração, Taxa de Performance e Corretagem.

Os custos dos fundos de investimentos apresentados nesse relatório já foram deduzidos no cálculo do valor das cotas, portanto não há registro desses valores na contabilidade da FAPES, sendo os mesmos apurados nas demonstrações contábeis desses fundos.

Não houve movimentação na carteira interna da FAPES em 2009, não existindo taxa de corretagem, assim como já ocorrera em 2008. Os valores apurados abrangem os custos dos fundos de gestão interna, externa e *private equity* e podem ser visualizados no quadro a seguir:

CUSTOS EMBUTIDOS NOS FUNDOS DE INVESTIMENTO DA FAPES

	2008	2009	% DO CAR	% DO CEFI
Custos Embutidos nos Fundos de Invest. FAPES	11.519	10.427	27,87%	
Tx. Administração	6.986	6.600	17,64%	63,30%
Tx. Performance	1.297	453	1,21%	4,35%
CPMF	0	-		
Custódia	1.606	1.890	5,05%	18,12%
Corretagem	712	867	2,32%	8,32%
Corretagem BM&F	245	281	0,75%	2,70%
Corretagem BOVESPA	467	586	1,57%	5,62%
Consultorias	125	70	0,19%	0,67%
Auditoria	215	88	0,24%	0,84%
Desp adm diretas-Tx CVM	281	254	0,68%	2,44%
Serviços Jurídicos	231	141	0,38%	1,35%
Outras Despesas	66	64	0,17%	0,61%

CAR - Custos de Administração dos Recursos

CEFI - Custos Embutidos nos Fundos de Investimentos da FAPES

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

A Taxa de Administração refere-se à administração fiduciária e gestão especializada dos recursos de terceiros. Nos fundos sob gestão da FAPES, leia-se Sabiá, Bem-Te-Vi, Albatroz, Águia e Andorinha, este último a partir de 21/10/2009, foi pago à Mellon apenas a Taxa de Administração Fiduciária (R\$ 2.060 no ano). A Taxa de Performance, que ocorre nos fundos de gestão externa – Tiê, Uirapuru, Graúna, Falcão, Gaivota e Canário - é a taxa aplicada em caso de sucesso, representada através de um percentual do que superar um determinado índice de mercado previsto no regulamento do fundo.

No ano, o total dos Custos Embutidos nos Fundos de Investimentos - CEFI da FAPES foi equivalente a 0,15% do patrimônio e 0,17% da carteira de investimentos (0,21% e 0,24%, respectivamente, em 2008) e o somatório dos custos de gestão dos investimentos (CAPI + CEFI) apurado foi equivalente a 0,54% do patrimônio e 0,60% da carteira de investimento (0,72% e 0,82% em 2008).

A demonstração e a consolidação dos custos embutidos nos fundos de investimento é uma exigência legal recente, portanto, no quadro a seguir, só é possível comparar a evolução dos Custos de Administração dos Recursos a partir do ano de 2006. Também é possível observar no quadro, o histórico da relação do custeio administrativo do programa de investimentos com o patrimônio e com o total dos investimentos.

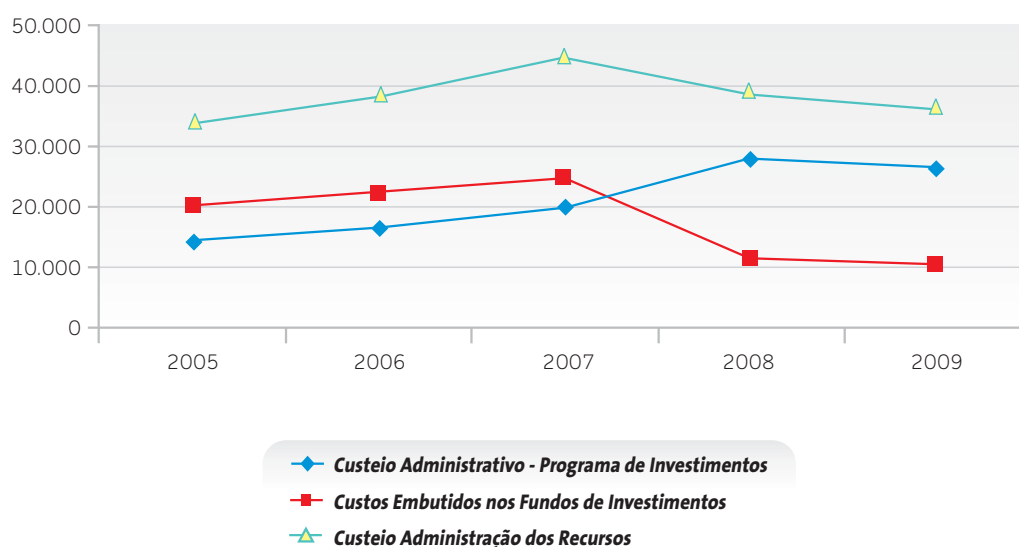
EVOLUÇÃO DOS CUSTOS DE ADMINISTRAÇÃO DOS RECURSOS

	EM R\$ MIL				
	2005	2006	2007	2008	2009
Patrimônio	4.168.474	4.717.671	5.747.038	5.478.727	6.941.115
Investimento	3.586.018	4.126.514	5.132.852	4.831.804	6.285.819
Custeio Administrativo - Programa de Investimentos	(14.558)	(16.887)	(20.688)	(28.152)	(26.990)
% Crescimento (período anterior)		16,00%	22,51%	36,08%	-4,13%
% do Patrimônio	0,35%	0,36%	0,36%	0,51%	0,39%
% dos Investimentos	0,41%	0,41%	0,40%	0,58%	0,43%
Custos Embutidos nos Fundos de Investimento	(20.562)	(22.582)	(25.351)	(11.519)	(10.427)
% Crescimento (período anterior)		9,82%	12,26%	-54,56%	-9,48%
% do Patrimônio	0,49%	0,48%	0,44%	0,21%	0,15%
% dos Investimentos	0,57%	0,55%	0,49%	0,24%	0,17%
Custos de Administração dos Recursos	(35.120)	(39.469)	(46.040)	(39.671)	(37.417)
% Crescimento (período anterior)		12,38%	16,65%	-13,83%	-5,68%
% do Patrimônio	0,84%	0,84%	0,80%	0,72%	0,54%
% dos Investimentos	0,98%	0,96%	0,90%	0,82%	0,60%

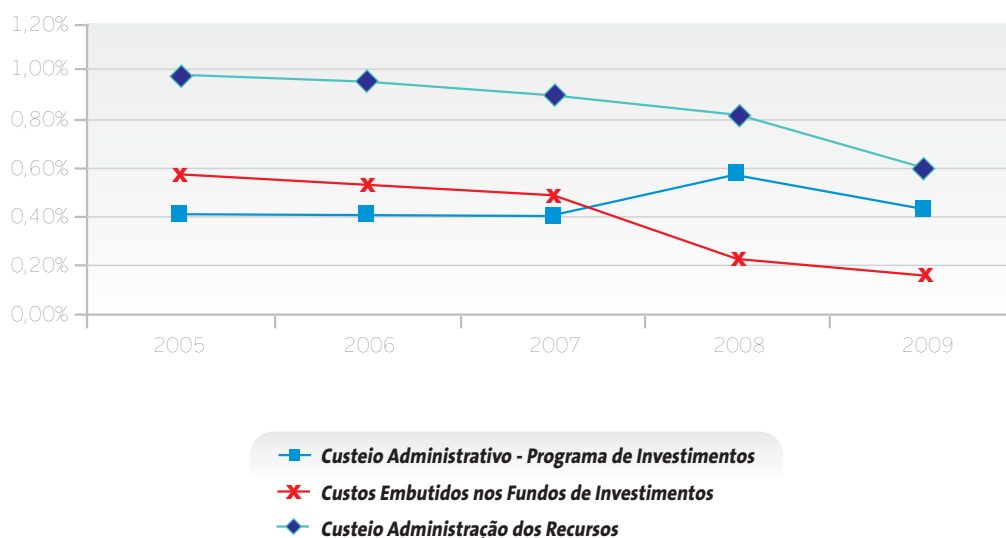
Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

No gráfico a seguir, demonstramos a evolução nominal e percentual dos custos administrativos do programa de investimento, dos custos embutidos nos fundos de investimento e do custo total da administração dos recursos.

EVOLUÇÃO EM VALORES NOMINAIS



EVOLUÇÃO / PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA DE INVESTIMENTOS



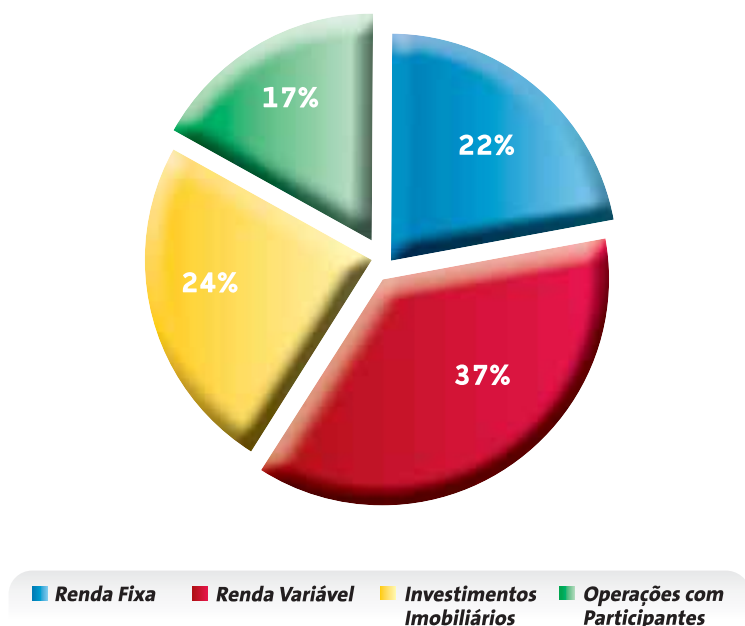
Na sequência serão apresentadas a demonstração dos custos e despesas do custeio administrativo do Programa de Investimentos, por tipo de alocação, e a comparação do custeio administrativo, por alocação, com o valor representativo de cada carteira em 31/12/2009.

**DEMONSTRAÇÃO DE CUSTOS E DESPESAS DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DO
PROGRAMA DE INVESTIMENTOS POR TIPO DE ALOCAÇÃO**

	RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	TOTAL NO ANO
Custeio Administrativo - Gestão Interna	6.032	9.912	6.506	4.540	26.990
Pessoal e Encargos	4.339	7.230	3.361	3.383	18.313
Material	15	27	15	14	71
Serviços de Terceiros	1.209	1.838	2.756	577	6.379
Serviços Terceirizados	30	51	35	39	155
Serviços Técnicos Especializados	559	733	243	313	1.847
Honorários Advocatícios	31	49	32	28	139
Auditoria	19	32	22	15	87
Serviços do Sistema Financeiro	111	124	8	7	250
Administração e Avaliação de Imóveis	0	0	2.225	33	2.258
Copa e Serviços Gerais	23	43	19	15	101
Serviços de Comunicação	18	30	20	13	81
Serviços de Informática e Telecomunicações	377	707	106	74	1.264
Locação de Máquinas e Equipamentos	6	9	6	10	31
Manutenção e Conservação	17	29	18	14	78
Outros Serviços	19	32	21	16	87
Encargos Diversos	414	716	329	516	1.974
Depreciações/Amortizações	55	101	46	51	253

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

**PARTICIPAÇÃO NO TOTAL DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO
DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS**

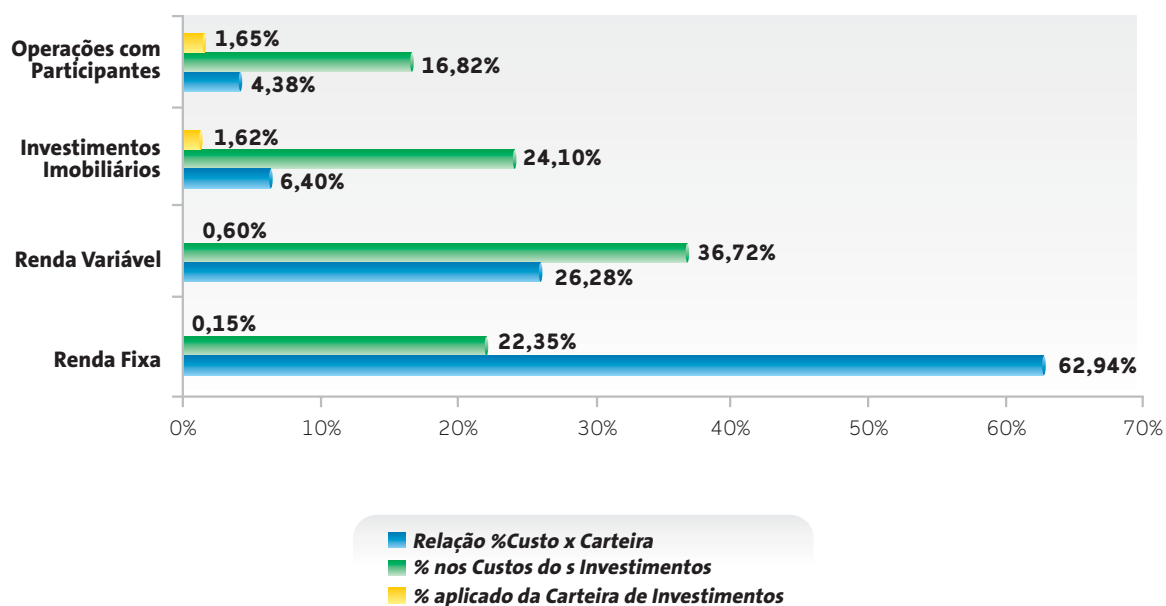


QUADRO COMPARATIVO DO CUSTEIO ADMINISTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM RELAÇÃO À CARTEIRA

	RENDA FIXA	RENDA VARIÁVEL	INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS	OPERAÇÕES COM PARTICIPANTES	TOTAL NO ANO
Carteira em 31/12/2009	3.956.308	1.652.114	402.070	275.327	6.285.819
% aplicado da Carteira de Investimentos	62,94%	26,28%	6,40%	4,38%	100,00%
Custeio Administrativo - Gestão Interna	6.032	9.912	6.506	4.540	26.990
% nos Custos dos Investimentos	22,35%	36,72%	24,10%	16,82%	100,00%
Relação % Custo x Carteira	0,15%	0,60%	1,62%	1,65%	0,43%

Fonte: DIRSUP/DECONT/GEACO

RELAÇÃO ENTRE CUSTO E VOLUME APLICADO



10.5 Demonstrativo Patrimonial e de resultados do Plano de Benefícios em 31 de dezembro de 2009 e 2008

DEMONSTRAÇÃO PATRIMONIAL

ATIVO	2009	2008	PASSIVO	2009	2008
Ativo	6.969.292.500,94	5.891.922.100,83	Passivo	6.969.292.500,94	5.891.922.100,83
Disponível	185.949,92	1.212.327,77	Contas à Pagar	26.796.292,59	412.267.651,19
Contas à Receber	678.828.536,78	1.054.208.189,23	Valores em Litígio	1.381.050,32	927.175,53
Aplicações	6.288.338.954,82	4.834.382.272,06	Compromissos com Participantes e Assistidos	6.163.904.423,00	5.500.437.399,00
Renda Fixa	3.956.308.180,91	3.086.937.074,12			
Renda Variável	1.652.113.717,51	1.140.273.704,34	Fundos	166.349.124,52	117.873.598,70
Imóveis	404.560.886,75	354.074.073,92			
Empréstimos/Financiamentos	275.356.169,65	253.097.419,68	Equilíbrio Técnico	610.861.610,51	(139.583.723,59)
			Resultados Realizados	610.861.610,51	(139.583.723,59)
Bens de Uso Próprio	1.939.059,42	2.119.311,77	Superávit Técnico Acumulado	610.861.610,51	-
			(-) Déficit Técnico Acumulado	-	(139.583.723,59)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

DESCRIÇÃO	2009	2008
(+) Contribuições	597.030.605,27	194.249.411,29
(-) Benefícios	(371.701.479,07)	(273.642.498,76)
(+/-) Rendimentos das Aplicações	1.242.379.010,70	(183.486.200,32)
(=) Recursos Líquidos	1.467.708.136,90	(262.879.287,79)
(-) Despesas com Administração	(59.702.747,80)	(6.605.175,88)
(-/+) Formação (Utilização) dos Compromissos com Participantes e Assistidos	(663.467.024,00)	(368.726.465,00)
(-/+) Formação (Utilização) de Fundos para Riscos Futuros	5.906.969,00	73.174.866,00
(=) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	750.445.334,10	(565.036.062,67)

GLOSSÁRIO

Com o propósito de facilitar a compreensão deste Relatório, foram definidos os seguintes termos:

AUTOGESTÃO: é, em assistência à saúde, o sistema no qual a própria empresa ou outro tipo de organização institui e administra, sem finalidade lucrativa, o programa de assistência à saúde de seus beneficiários, reduzindo os gastos decorrentes com a intermediação das empresas de plano de saúde do mercado.

BENCHMARK: expressão em inglês que significa ponto de referência ou unidades padrão. É utilizado para que se estabeleçam parâmetros entre produtos, serviços, títulos, taxas etc. com o intuito de saber se eles se encontram acima ou abaixo do que serve como referência.

BIOMÉTRICAS: relativo à idade e à sobrevivência.

BLOOMBERG: é um dos principais provedores mundiais de informação para o mercado financeiro.

BOVESPA: Bolsa de Valores de São Paulo.

CDI: sigla para os Certificados de Depósitos Interbancários. O depósito interbancário é uma modalidade de investimento que os bancos usam para aplicar os seus recursos excedentes ou para captar dinheiro de outros bancos com o objetivo de melhorar sua posição de liquidez. O CDI é usado como *benchmark* para se comparar a rentabilidade de fundos de investimento que aplicam primordialmente em títulos de renda fixa, como os fundos DI e todas as subcategorias de fundos de renda fixa.

COMMODITIES: o termo significa literalmente mercadorias em inglês. Expressa os produtos agrícolas, minerais e vegetais produzidos para exportação. Na cesta de exportações do Brasil, soja, café, algodão e minério de ferro estão entre as principais.

DEBÊNTURES: valor mobiliário, emitido pelas sociedades por ações que asseguram, a seu titular, um direito de crédito contra a companhia emissora, nas condições constantes da escritura de emissões e do certificado, quando este for emitido.

DERIVATIVOS: operações financeiras cujo valor de negociação deriva de outros ativos, denominados ativos objetos, com a finalidade de assumir, limitar ou transferir riscos. Abrangem um amplo leque de operações:

a termo, futuros, opções e *swaps*, tanto de *commodities* quanto de ativos financeiros, como taxas de juros, cotações futuras de índices etc.

DESSAZONALIZADOS: operação de retirada da sazonalidade, isto é, variações estacionais de uma série estatística. A sazonalidade, ou os efeitos de ocorrências sazonais regulares sobre uma série estatística, pode provocar alterações sobre as tendências fundamentais desta mesma série, por isso muitas vezes ela é retirada para a comparação entre diferentes períodos.

FAMS: Fundo de Assistência Médico Social constituído exclusivamente por recursos das empresas do Sistema BNDES, cuja finalidade é proporcionar assistência médica, hospitalar, odontológica e complementar para empregados e ex-empregados aposentados e seus dependentes, de acordo com as normas estabelecidas pelo Regulamento do Plano de Assistência e Saúde - RAS, aprovado pela Resolução BNDES nº 1.483, de 14/08/2007.

FMI: Fundo Monetário Internacional.

FUNDO PREVIDENCIAL: destinado à cobertura de oscilação de risco, tem a finalidade de suportar parcialmente o ônus causado pelo ingresso de novos participantes até o exercício de 2012.

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IBrX: índice de preços que mede o retorno de uma carteira teórica composta por 100 ações selecionadas entre as mais negociadas na BOVESPA, em termos de número de negócios e volume financeiro.

IDE - Investimento Direto Externo: investimentos provenientes de pessoas ou entidades não residentes no Brasil destinados à aquisição ou participação na gestão de empreendimentos no país.

IGP-M - Índice Geral de Preços do Mercado: registra a inflação de preços, desde matérias-primas agrícolas e industriais, até bens e serviços finais e origina-se da média ponderada do Índice de Preços por Atacado - IPA-M (60%), do Índice de Preços ao Consumidor - IPC-M (30%) e do Índice Nacional de Custo da Construção - INCC-M(10%).

IMA - Índice de Mercado Andima: calculado a partir do valor ponderado das carteiras do IRF-M, do IMA-S, do IMA-C e do IMA-B.

IMA-B: subíndice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados ao IPCA (NTN-B) em poder do público.

IMA-C: subíndice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados ao IGP-M (NTN-C) em poder do público.

IMA-S: subíndice do IMA, composto por títulos públicos federais atrelados à Taxa Selic (LFT) em poder do público.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor: registra a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos de 1 (um) a 6 (seis) salários-mínimos e cujos chefes são assalariados.

INSTITUTOS: são direitos do participante que não esteja em gozo de benefício e que teve perda em seu salário-de-participação, respeitadas as condições regulamentares.

IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo: registra a variação de preços de um conjunto de produtos e serviços consumidos pelas famílias com rendimentos de 1 (um) a 40 (quarenta) salários mínimos, qualquer que seja a fonte de rendimentos. O IPCA é considerado o índice oficial de inflação do país.

IRF-M: subíndice do IMA, composto pelos títulos públicos federais prefixados (LTN e NTN-F) que estejam em poder do público.

ISO 9001: a série ISO 9000 é um conjunto de normas que formam um modelo de gestão da qualidade para organizações. A ISO 9001 especifica os requisitos para a implantação desse modelo de gestão da qualidade na organização, visando melhorar a eficácia dos processos internos e aumentar a satisfação do cliente.

ISO (International Organization for Standardization) é uma organização não-governamental especializada em padronização e questões conexas, localizada em Genebra, Suíça.

LIQUIDEZ: no mercado financeiro, o termo é usado para determinar a capacidade que um título tem de ser convertido em moeda. Ela varia conforme tipo de investimento, prazo e a conjuntura econômica. A liquidez absoluta só é conferida ao papel-moeda, de forma que todos os outros títulos têm liquidez inferior.

Para uma empresa, a liquidez é representada pelo disponível (dinheiro em caixa mais títulos de mercado) e pelo realizável a curto prazo (mercadorias vendidas a prazos inferiores a seis meses, duplicatas e promissórias).

LFT - Letra do Tesouro Nacional: título pós-fixado emitido pelo Tesouro Nacional que é remunerado pela taxa SELIC e que possui rendimentos e principal pagos no vencimento.

MACROALOCAÇÃO: investimento dos recursos dos planos administrados das EFPCs nos segmentos de aplicação permitidos pela legislação, a saber: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, investimentos no exterior, imóveis e operações com participantes.

META ATUARIAL: valor mínimo esperado para o retorno de investimentos dos recursos garantidores do Plano de Benefícios, geralmente fixado como sendo a taxa de juros adotada na avaliação atuarial em conjunto com o índice do plano que, no caso da FAPES, é o percentual de reajuste salarial. Como não há forma de prever tal taxa, a mesma é estimada como a inflação medida pelo INPC.

NTN-F - Nota do Tesouro Nacional Série F: título de renda fixa pré-fixado emitido pelo Tesouro Nacional que prevê o pagamento de cupons semestrais equivalentes a 10% a.a., sendo o resgate do principal realizado no vencimento.

PASSIVO ATUARIAL: formado pelas Provisões Matemáticas e pelo Fundo Previdencial, é o valor necessário ao cumprimento dos compromissos futuros do Plano de Benefícios da FAPES para com seus participantes.

PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA-PGA: tem a finalidade de registrar as atividades referentes à gestão administrativa das Entidades

Fechadas de Previdência Complementar com intuito de proporcionar maior transparência para as receitas e despesas do sistema previdenciário. Os recursos do PGA são utilizados para a cobertura das despesas administrativas dos fundos de pensão na administração dos planos de benefícios.

PORTABILIDADE: instituto que faculta, ao participante o direito à transferência de valores correspondentes a direito acumulado, de uma entidade de previdência complementar ou sociedade seguradora autorizada para outra. No caso da FAPES equivale ao valor de resgate.

PRIVATE EQUITY: termo em inglês que denomina uma forma de financiamento alternativa utilizada por empresas que visam garantir o desenvolvimento e a expansão de suas atividades. As empresas alvo deste investimento temporário, em geral, apresentam taxas significativas de crescimento e nível de risco médio ou baixo.

PROVISÕES MATEMÁTICAS: representam a expressão monetária dos compromissos líquidos assegurados pelo plano de benefícios aos seus participantes e beneficiários ao longo do tempo, em determinado momento.

RATINGS: expressão em inglês utilizada para a qualificação de títulos transacionados no mercado. A classificação desses papéis é realizada por várias empresas, mas as que têm maiores tradição e respeitabilidade são Standard & Poor's, Moody's Investors Service e Fitch Ratings.

RESGATE: é o instituto que faculta ao participante desligado de patrocinador optar por receber a restituição do somatório das contribuições e jória vertidas por ele ao Plano de benefícios, deduzidos os valores previstos no Regulamento e na legislação vigentes.

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia: depositário central dos títulos emitidos pelo Tesouro Nacional e pelo Banco Central do Brasil e nessa condição processa, relativamente a esses títulos, a emissão, o resgate, o pagamento dos juros e a custódia.

SIMULAÇÃO ESTOCÁSTICA: é uma técnica estatística utilizada para estimar os parâmetros, através da geração de amostras de variáveis aleatórias, com o propósito de minimizar uma função objeto.

SPREAD: expressão em inglês referente à diferença entre o preço de compra (procura) e venda (oferta) da mesma ação, título ou transação monetária.

SUSTENTABILIDADE: termo amplo que se refere a todas as atividades humanas, sob aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais, que satisfaçam as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades. Do ponto de vista econômico, crescimento sustentado se refere à manutenção de um ciclo de crescimento mais ou menos constante, ou estável, por um longo período de tempo.

TÁBUAS BIOMÉTRICAS: são observações consolidadas de comportamento de determinada massa estudada ao longo do tempo quanto às probabilidades de sobrevivência/mortalidade, morbidez ou invalidez. Para a sua aplicação em determinada população, deve ser observada a sua adequação, verificada por meio de testes estatísticos de aderência.

TAXA SELIC: taxa média das operações de empréstimos de reservas bancárias com lastro em títulos públicos federais pelo prazo de um dia. A taxa de juros fixada na reunião do Copom é a meta para a Taxa Selic.

VaR: sigla em inglês de Value at Risk, é uma medida que demonstra a maior perda esperada de um ativo ou carteira, para um determinado horizonte de tempo e dada probabilidade de ocorrência.

VOLATILIDADE: medida da intensidade e da frequência das flutuações dos preços de um ativo financeiro ou dos índices numa Bolsa de Valores. Em geral, quando se afirma que uma aplicação é extremamente volátil, entende-se que esta aplicação está sujeita a fortes oscilações.

Composição FAPES

Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

Patrocinadores

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

BNDES Participações S.A. – BNDESPAR

Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME

Fundação de Assistência e Previdência Social do BNDES – FAPES

Diretoria-Executiva

Sebastião José Martins Soares

Diretor-Superintendente

Ricardo Weiss

Diretor de Finanças

Mariza Giannini

Diretora de Segurança

Administrador Responsável

Ricardo Weiss

Diretor de Finanças

CPF: 231 220 567-04

Administradores Fiduciários

Mellon Serviços Financeiros DTVM S.A

Custodiantes

CETIP, SELIC, CBLC e Banco Itaú S.A

Conselho Deliberativo

Aluysio Antonio da Motta Asti

Presidente

Jorge Kalache Filho

Gil Bernardo Borges Leal

Cícero de Oliveira Cruz

Gabriel Rangel Visconti

Sebastião Bergamini Junior

Conselho Fiscal

Antonio Miguel Fernandes

Presidente

José Paulo Cosenza

Orlando Zeferino de Oliveira

Patrícia Barros Ramos

Auditoria das Demonstrações Contábeis: Deloitte Touche Tohmatsu



FAPES

Av. República do Chile, 230 8º andar
CEP: 20031-170 Centro Rio de Janeiro RJ
www.fapes.com.br